

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM SETE DE JULHO DE DOIS MIL E QUINZE** -----

----- **ATA NÚMERO SETENTA E SEIS** -----

----- Aos sete dias do mês de julho de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, Av. de Roma nº 14 L – Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mandes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves S. A. Saavedra, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço

Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Francisco Alves da Silva Ramos, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, Emília Cristina Antunes Serra, Miguel Martins Agroução, Isabel Maria Teixeira Fraga, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Jaime Correia da Silva Matos, Artur David Cunha Reis, Nelson Pinto Antunes, Patrícia de Oliveira Caetano Barata e António José do Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira.-----

----- Belarmino Ferreira Fernandes Silva (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal, Deputada Municipal Isabel Maria Teixeira Fraga.-----

----- Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal, Deputado Municipal Artur David Cunha Reis.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal, Deputado Municipal Jaime Correia da Silva Matos.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputada Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata.-----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Martins Agroução.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Ricardo Amaral Robles (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Francisco Alves da Silva Ramos.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade Carvalho.-----

----- Maria Luísa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- José Luís Sobreda Antunes (PEV), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Emília Cristina Antunes Serra.-----

----- José Alberto Ferreira Franco (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo. -----

----- A Mesa da Assembleia, reunida em 7 de Julho de 2015, deliberou: -----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD) à 73ª Reunião da AML (3ª Sessão Ordinária) realizada em 16 de Junho de 2015;-----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Davide Miguel Santos Amado (PS), Presidente de Junta de Freguesia de Alcântara, à 74ª Reunião da AML (46ª Sessão Extraordinária) realizada em 23 de Junho de 2015; -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, Paula Marques, Manuel Salgado, João Paulo Saraiva e Jorge Máximo.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Paulo Quaresma. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- “Senhores Deputados boa tarde. -----

----- Os serviços indicam que já temos quórum, agradecia que tomassem os vossos lugares, vamos dar início à nossa sessão.-----

----- Eu tinha vários avisos importantes, pedia a atenção dos Senhores Deputados e dos membros da Câmara presentes, neste momento só vejo Vereadores da oposição, mas são muito bem-vindos. -----

----- Pedia a vossa atenção Senhores Deputados. -----

----- Nós, na quinta-feira, vai realizar-se aqui nesta sala uma audição pública, sobre a proposta da câmara de alienação dos terrenos da Feira Popular, começa às 18 horas e 30 minutos nesta sala. Eu queria avisar os Senhores Deputados que esta audição pública não é uma sessão da Assembleia Municipal, ela coincide com uma reunião conjunta da 1ª e 3ª Comissões Permanentes. Nesta sala ficarão lugares marcados para a 1ª e 3ª Comissões Permanentes, mas não haverá lugares marcados para os Senhores Deputados, nem para os partidos, nem para os Grupos Políticos, uma vez que no público as pessoas se sentarão indistintamente. Quem vier assistir, mesmo que os Senhores Deputados estejam a assistir ou os Senhores Vereadores sentar-se-ão nas cadeiras destinadas ao público indistintamente.-----

----- As inscrições para falar na audição abrem amanhã, dia 8, até um limite de 30 pessoas para se inscrever. Eu peço aos Senhores Deputados e aos Grupos Municipais para não inscreverem Deputados Municipais, estas inscrições é para o público, para nós ouvirmos as pessoas que querem pronunciar-se sobre a matéria. Da Câmara Municipal de Lisboa estarão presentes apenas na mesa da Câmara o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Manuel Salgado, apoiados pelos seus assessores se assim o entenderem, os outros Senhores Vereadores que queiram estar presentes estarão também no público. -----

----- A audição destina-se a ouvir o que as pessoas têm a dizer sobre esta matéria e não a fazer o debate político da proposta. Era isto que queria que ficasse bem claro, porque vão ver uma configuração, para depois não estranharem que assim será.-----

----- Na Mesa estarei eu como Presidente da Assembleia e relatora do assunto e estará os Senhores Presidentes da 1ª e 3ª Comissões, que são as comissões que vão acompanhar e, que têm que produzir o seu relatório sobre esta matéria.-----

----- Portanto, é isto que eu quero que fique claro para depois não terem dúvidas no momento, virem a sala com uma configuração diferente e não estranharem.-----

----- A sessão será, naturalmente, toda gravada e transmitida em direto como habitualmente no Youtube, no nosso local normal de transmissão das sessões.-----

----- Posto isto, relativamente à sessão de hoje temos cinco pessoas inscritas, temos um Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Doutora Maria de Jesus Barroso, ele foi subscrito pelo PS e pelos Independentes, pela Mesa, pelo MPT, pelo PAN e pelo PSD, se mais alguém quiser subscrever, o CDS também subscreve, o PNP também subscreve. Pergunto, todos os Grupos Municipais subscrevem? E portanto, fica a questão clarificada, portanto, é subscrito pela Mesa e por todos os Grupos Municipais, é pela Assembleia no seu conjunto, pela Assembleia no seu conjunto, é por todos os Senhores Deputados Municipais, é assim que poremos que ficará mais claro assim. ----

----- E depois temos, logo veremos, as declarações políticas, logo veremos se depois da matéria agendada para hoje aquilo que temos tempo para analisar. De qualquer maneira informo que todas as propostas têm os seus devidos pareceres e estão em condições de serem apreciadas, veremos como é que decorre a sessão e até onde é que poderemos conseguir chegar.-----

----- Sendo assim eu ia dar a palavra neste momento ao público inscrito, temos seis inscrições, informar as pessoas do público que têm 3 minutos cada um.-----

----- A Senhora Dona Marta que vai falar sobre um assunto, eu tenho que dar uma informação prévia para sua informação que é o seguinte, para si e para todos os Senhores Deputados. A Senhora Dona Marta inscreveu-se para falar da passagem da gestão da CAF para a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, da EB1 das Laranjeiras, informo todos os Senhores Deputados que nós recebemos uma petição sobre este mesmo assunto, a Petição n.º 12/2015, ela ainda não foi encaminhada para as comissões porque eu tive a tentar esclarecer de quem era a competência sobre esta matéria.-----

----- Daquilo que eu pude apurar, das investigações que fiz, daquilo que eu pude apurar, a legislação o que diz é que a competência é das autarquias, no caso concreto de Lisboa houve uma delegação de competências, a CML não assumiu esta competência, mas há uma deliberação da Assembleia Municipal sobre delegação de competências que incide nesta matéria. Portanto, eu tinha pedido aos Grupos Municipais para se pronunciarem, recebi duas opiniões de dois grupos, um a dizer que sim que devíamos aceitar e outro a dizer que não que não devíamos aceitar. O meu critério é que acho que devemos aceitar, uma vez que até já temos uma deliberação da Assembleia Municipal sobre um assunto que é este mesmo.-----

----- Portanto, se os Senhores Deputados não virem inconvenientes nisso, será aceite a petição, será dada a devida entrada. Eu estou a dar esta explicação toda para sua informação, naturalmente agora vamos ouvi-la, mas isto significa que a petição vai ser analisada em comissão, que os peticionários vão ter que cá vir explicar à comissão o seu ponto de vista e que a Assembleia terá que se pronunciar. -----

----- Peço desculpa deste introito, mas tive que esclarecer o que é que se passava com a proposta que eu não tinha conhecimento. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Tem então a palavra a Senhora Dona Marta.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Marta Ramilo Abrantes** residente na Rua dos Soeiros, 325 5º Esquerdo, 1500-580 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- *O meu nome é Marta Ramilo Abrantes, Relações Internacionais do Instituto Superior Técnico mas, essencialmente, mãe de uma criança que frequenta a Escola Básica das Laranjeiras. -----*

----- *Não pertença aos corpos gerentes da Associação de Pais da mesma escola. Na Escola EBI das Laranjeiras, que fica situada na Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, a gestão dos tempos livres e das atividades extracurriculares e das férias tem sido feita pela Associação de Pais, há cerca de dez anos. Tem sido um exemplo de excelência. Porquê? Pergunta-me. Porque tem uma equipa de monitores com uma formação técnica muito acima da média. São raros os nossos monitores que não são, ou licenciados, ou mestres, porque gerem as atividades de uma forma transparente, e informam as famílias, atempadamente, do que se vai passar para que estas se possam organizar....eu peço desculpa, mas provavelmente os senhores não estão interessados no que estou a dizer.” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** interrompeu, e referiu o seguinte: -----

----- “É meu dever chamar a atenção dos Senhores Deputados, pois têm de ouvir a cidadã que está a falar, em silêncio. Se alguém tem outro assunto para tratar, dirija-se lá fora, e não perturba os nossos trabalhos. -----

----- Pode continuar.” -----

----- **A Senhora Marta Ramilo Abrantes** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- *Então, retomando as razões pelas quais a CAF é gerida de forma excelente é porque tem uma equipa de monitores com uma preparação técnica muito acima da média, em que são raros os monitores que não são licenciados, ou mestres, porque gerem as atividades de uma forma transparente, e informam as famílias, atempadamente, do que se vai passar para que estas se possam organizar serenamente, porque se submetem ao um escrutínio constante dos pais com inquéritos, e está sempre aberta para mostrar as atividades e os relatórios que produz, porque não se cansam de envolver os pais nas decisões que afetam as crianças durante o tempo que passam na escola, não só nos tempos livres, mas também na parte curricular, porque garante aos monitores vínculos de trabalho*

dignos, não recibos verdes mas sim, contratos de trabalho, porque não têm dívidas, porque angaria de forma incansável material e dinheiro para desenvolver atividades e passeios para todas as crianças, porque faz com que os pais possam ir trabalhar descansados, sabendo que deixam os seus filhos com figuras de referência que se mantêm ao longo dos anos. Mas, essencialmente, porque garante a quatrocentas crianças, independentemente, da sua proveniência social, tempos livres de qualidade, cultura e tranquilidade que tanta falta faz às nossas crianças, hoje em dia. -----

----- É por isso, com enorme espanto e indignação que recebi a notícia de que esta gestão passará para a responsabilidade da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, sem negociação, sem qualquer acordo, sem qualquer programação, num ato de desrespeito à intervenção cidadã dos pais e a dedicação voluntária de todos os que se esforçam todos os dias por participar e fazer da escola pública um lugar melhor. ---

----- Ironicamente, Lisboa é a capital europeia do voluntariado, em 2015. -----

----- Muito obrigada.” -----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----*

----- “Senhora Dona Marta tirámos a devida nota da sua intervenção.-----

----- Naturalmente irei dar o despacho de admissão da petição. Irei pedir um esforço adicional à 7ª Comissão que o tem de apreciar, porque atendendo a que isto é uma matéria que tem a ver com o ano letivo, convinha que nós analisássemos esta matéria com alguma celeridade para ver o que entendemos dizer sobre ela. -----

----- Vamos dar agora a palavra, ao segundo orador inscrito. -----

----- Muito obrigada, Senhora D. Marta.” -----

*----- **O Senhor Bartolomeu da Costa Cabral** (não cedeu morada) no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----*

----- “Sou o arquiteto Costa Cabral que tomei a decisão de vir a esta Assembleia Municipal para trazer um assunto que julgo ser importante e que pode servir de exemplo a outras questões, e é um assunto de violação, segundo o meu ponto de vista, de direitos de autor, da escola do castelo, em Lisboa, um projeto feito por mim nos anos de 1970, é uma zona histórica de Lisboa, e que é propriedade da Câmara Municipal. Recentemente está a fazer umas obras de demolição das casas de banho para substituir por uma coisa que eu não sei o que é que vai ser, e que não fui consultado. Ora, sendo um projeto de autor e ele estar presente, julgo que seria o mínimo terem-me consultado para, se quisessem, fazer uma alteração. -----

----- Eu já escrevi uma carta ao Senhor Presidente da Câmara sobre a qual não obtive resposta.-----

----- Julgo ser importante trazer aqui este assunto a público. -----

----- Após visitar no passado dia vinte e quatro, as instalações da Escola Básica do Castelo, construída em 1970, com projeto da minha autoria, verifiquei que têm sido feitas alterações sem que tenha sido consultado. -----

----- Ora, prevê o número 2, do artigo 60º, do Código do Direito de Autores, que qualquer obra de arquitetura quando edificada segundo o projeto, não pode o dono da obra durante a construção, nem após a conclusão, introduzir alterações sem

consulta prévia ao autor do projeto. Não precisa da minha autorização, mas tem de me consultar, é o que está escrito nos direitos de autor e, nesta situação, não ocorreu.

----- As alterações verificadas consistem na demolição que está em curso, não sei se já acabou, do corpo das instalações sanitárias que era um telheiro do alpendre do recreio das crianças. E também, embora feito anteriormente, a substituição do envidraçado da entrada da escola que estavam a precisar de reparação, com um desenho e um material que nada tem a ver com o projeto inicial. Há que haver respeito pela obra de arquitetura sobretudo de uma coisa que é património municipal. -----

----- Eu gostava de ver este assunto discutido e ter uma resposta de informação da Câmara para saber como é que estas coisas são possíveis de acontecer, e que não haja um maior respeito pelo trabalho dos arquitetos e pela arquitetura. -----

----- Muito obrigado.” -----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte: -----*

----- “Muito obrigada, Senhor Arquiteto. -----

----- Irei, naturalmente, procurar junto da Câmara, saber exatamente o que se passou, e porque é que ainda não foi dada resposta às cartas que o Senhor Arquiteto já enviou, sendo que esta situação fica no conhecimento de todos os Senhores Deputados. -----

----- Vamos dar a palavra à Senhora Dona Marcela Almeida.” -----

*----- **A Senhora Marcela Almeida** residente na Estrada de Benfica n.º313, 1ºEsq, 1500-074 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----*

----- “Sou a Marcela Almeida, sou advogada, mas estou aqui na qualidade de mãe de um menino que frequenta a Escola Básica das Laranjeiras. -----

----- O Projeto de Associação de Pais da Escola Básica das Laranjeiras mostrou-me que, apesar das dificuldades criadas pelo difícil sistema de ensino português, é possível acreditar numa escola melhor, uma escola onde os pais lutam e fazem coisas para melhorar o que é seu, e não estão à espera do Estado ou qualquer entidade grandiosa. -----

----- O meu filho chegou este ano a esta escola, e fomos recebidos não por um funcionário, mas sim por um pai que nos explicou o que era esta escola, como funcionava, qual era a sua experiência, enfim, mostrou-nos que existia um projeto especial, os pais estão na escola. E foi essa a experiência que vivemos neste ano letivo que agora terminou, os pais envolvidos na comunidade escolar, a participar ativa e diretamente na educação dos seus filhos. -----

----- Pois bem, a alteração agora proposta, condena ao desaparecimento este projeto vencedor, um projeto de participação cívica, um projeto de inclusão dos pais na escola, um modelo a seguir e a incentivar, um projeto sustentado no voluntariado. E isto acontece, ironicamente, no ano em que Lisboa é capital europeia do voluntariado. -----

----- Por outro lado, não posso deixar de partilhar a indignação de como todo este processo tem sido conduzido. Veja-se: -----

----- Decide-se alterar uma gestão de dez anos sem ouvir, sem dar uma palavra aos interessados diretos, pais e Associação de Pais. -----

----- Apesar da Câmara Municipal de Lisboa ter sido instada antes do final do ano letivo a pronunciar-se sobre esta temática a breve resposta surge depois de os alunos estarem de férias e muitas famílias se encontrarem fora de Lisboa.-----

----- Em todo o processo denota-se, ainda, uma desconsideração por todos os trabalhadores da Associação de Pais que desconhecem o seu futuro laboral já a partir do próximo dia trinta e um de julho.-----

----- Em resposta aos pais, a Câmara Municipal de Lisboa justificou a presente alteração das entidades executoras do CAF em critérios de igualdade para todos os alunos do agrupamento. Pois permitam-nos dizer-vos, não queremos ser iguais às outras escolas, queremos continuar a preconizar o caminho da excelência, queremos fazer diferente, não queremos igualdade por igualdade, pois diz-nos a experiência que isso nos leva à mediocridade, ao conformismo, ao desinteresse. Acima de tudo, queremos continuar no lugar onde pertencemos na escola, e continuarmos o nosso trabalho, o nosso projeto.-----

----- Por último, mas não menos importante, em setembro teremos eleições. Já sabemos como é que vão apelar ao voto de todos. Ora, não podemos querer participação eleitoral da sociedade civil, e depois afastá-la da participação ativa nas decisões que tão diretamente lhes dizem respeito.-----

----- Sabemos, infelizmente, que não existem decisões irrevogáveis. Estamos a tempo de fazer marcha atrás.-----

----- Convido todos a visitar a nossa escola até dia trinta e um de julho e, certamente serão recebidos por um pai, ou uma mãe e, sentirão no terreno a nobreza e a grandiosidade deste projeto, condenado agora, à sua extinção.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora D. Marcela. Ouvimos com atenção.-----

----- Vamos agora ouvir a próxima oradora inscrita.”-----

----- **A Senhora Susete Rodrigues Arouca da Silva Pinheiro,** residente na Rua Jerónimo Côrte-Real, nº 10 - 2º Direito 1700-245 Lisboa, fez a seguinte intervenção: --

----- “Muito boa tarde, e muito obrigada pela oportunidade.-----

----- Eu venho chamar a atenção para um assunto que já está pendente há mais de quatro anos, e que tenho andado a ser persistente na Câmara Municipal de Lisboa. ---

----- Eu moro na Rua Jerónimo Côrte-Real, aqui perto da Avenida de Roma. É uma rua que não tem saída e há muito movimento de carros e o prédio que eu habito tem garagem e as pessoas estacionam o carro em cima do passeio, uns quatro ou cinco, mesmo junto à boca-de-incêndio, e nós queremos entrar dentro da nossa casa e não podemos subir os degraus.-----

----- Há três anos, o meu marido caiu, ficou mal, ficou com medo de vir para a rua. Já faleceu, faz agora três anos, mas eu continuo a persistir em que não quero carros estacionados em cima do passeio porque quero entrar na minha casa com a possibilidade de ter o espaço normal.-----

----- Quando a EMEL foi fazer os tracejados para os carros, não teve em atenção a entrada das pessoas para o prédio, não é o meu caso porque eu só tenho passeio, mas

nos outros sítios e no prédio ao lado, o número oito, no primeiro andar até existe uma pessoa que é ama e não têm espaço para os carrinhos passarem do passeio para a estrada. -----

----- A EMEL esteve lá no dia vinte e três de junho a pôr, e pôs aquilo como sendo residentes, só para residentes da área trinta e seis, mas aquilo está péssimo e o sinal que puseram não se vê, mas eles andam lá a toda a hora a plicar as multas, e a partir das seis e meia, um quarto para as sete, que eles não vão lá inspecionar os carros para verem se são da área, ou não, começa o problema dos estacionamento em segunda fila, e no meu passeio tenho logo cinco carros, é na esquina, é depois do sinal onde termina, e também há o problema de um buraco que era grande, foi arranjado, voltou a ficar grande e já está a ficar concavo e perigoso para as pessoas andarem ali. Agradecia a atenção de colocarem lá uns pilaretes do tracejado para a garagem até à parede do portão, até porque o prédio foi para obras desde que o marido morreu, ainda estão em obras, estragaram as árvores do logradouro para fazerem o estacionamento para o prédio, e a garagem que nós temos dizem que vai passar a ser um estacionamento público, como acontece naqueles prédios que vão abaixo e quando eles vão reconstruir vão alugando o espaço. Não sei se é verdade, ou se é mentira, sei que estão a pôr o portão elétrico para poder abrir eletronicamente, porque o senhorio não disse nada, e eu continuo lá em casa com aquelas obras horrorosas e aquilo está mau e a Câmara não fiscaliza, não vê, não sabe, e na Câmara a resposta que dão é que o senhorio é o dono e faz aquilo que quer, e até as mobílias foram pela janela fora porque não as querem pegar, porque tinham de fazer a obra e, pronto. -----

----- Isto é assim, uma coisa muito simples, e não dá para explicar mais nada. ” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Ouvimos e percebemos bem a explicação, e agradeço o cuidado que teve em trazer estes documentos. A Mesa irá agora solicitar junta da Câmara.-----

----- Muito obrigada, Senhora Susete.” -----

----- **A Senhora Manuela Correia** residente na Rua Ribeiro Sanches, 23, Cave A, 1200-786 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de começar, queria expressar como cidadã a minha enorme gratidão à Dr.ª Maria de Jesus Barroso pela grande mulher, e portuguesa maior que foi, cidadão de Lisboa, que foi uma lutadora de causas e valores de cidadania, antes e depois do 25 de Abril. -----

----- Como todos devíamos de saber as árvores representam um bem essencial sem o qual a vida na terra não seria, simplesmente, possível e, por força disso, também, a vida nas cidades seria impossível. -----

----- Como todos devemos saber, as árvores são seres vivos e não mobiliário urbano, e como tal devem ser tratadas. Na sua manutenção, tratamento e abate, devem-se utilizar boas práticas baseadas no respeito pela vida desses seres vivos e no conhecimento científico. Ora, não se tem verificado em muitas das intervenções no arvoredo da Cidade de Lisboa. -----

----- Assim, é natural o sentimento de revolta generalizado dos lisboetas como resultado da forma desrespeitosa como viram serem tratadas as suas árvores, e a falta de informação e envolvimento num processo que pela sua dimensão, a todos diz respeito. -----

----- Acresce que muitas dessas intervenções extravasaram de alguma forma, inaceitável qualitativa e quantitativamente, os pareceres técnicos emitidos pelos serviços da Câmara e pelo ISA. Também foram efetuados pareceres na sua maioria assentes unicamente, no chamado método à vista, insuficiente por se ter a certeza absoluta se determinada árvore está em processo de morte irreversível, ou se manterá de médio ou longo, porte por muitos e bons anos. -----

----- Essa revolta também se compreende, pelo facto, de a Câmara e as Juntas de Freguesia não cumprirem, nem com o regulamento em vigor, nem com o despacho do anterior Presidente, designadamente sobre a obrigatoriedade de prestarem informação correta, cabal e atempada, junto da população, sobre a poda e abate em curso, árvore em árvore. -----

----- Dando seguimento a essa revolta, foi recentemente, criada a plataforma em defesa das árvores que aqui represento, e que é formada por cidadãos e por várias ONG's com passado credível na defesa das árvores. -----

----- Não pretendemos mais nada, senão lutar pela boa manutenção das árvores de Lisboa, sejam as de alinhamento, sejam as dos nossos jardins e logradouros. Queremos apenas que a legalidade seja cumprida e que as boas práticas sejam práticas correntes na Cidade de Lisboa. -----

----- Não conseguimos compreender como é que se mutilam árvores em vez de as podar com saber, exemplo recente da Avenida Guerra Junqueiro, ou se abatem árvores porque tal é necessário para que um projeto paisagismo seja possível, os abates antigos do Campo Pequeno, ou porque alguém ficou com o automóvel sujo, exemplo na Avenida Rio de Janeiro, ou que os cepos das árvores sejam abatidos e se mantenham durante muito tempo por arrancar. -----

----- Nós temos aqui um conjunto de propostas que queríamos que a Câmara, ou as Juntas, tivessem em consideração e vou enumerá-las, então, porque tenho pouco tempo: -----

----- Tenho engenheiros e técnicos devidamente certificados para executar trabalhos de arvicultura urbana e que dependem menos do outsourcing. -----

----- Valorizem e recuperem os viveiros municipais. -----

----- Cumpram e façam cumprir escrupulosamente, os pareceres técnicos emitidos pelo ISA e pelos serviços da própria Câmara, e que introduzam de forma complementar métodos mais robustos do que o método chamado "à vista". -----

----- Utilizem na avaliação e na monitorização de cada árvore os procedimentos consentâneos com o conhecimento científico atual. -----

----- Medição das variáveis biométricas, características endométricas, bem como os parâmetros relativos á estabilidade, estado vegetativo e perspectivas de conservação. --

----- Materializem na prática, a prerrogativa legal disponível de procedimento de classificação de árvores e maciços verdes como de interesse municipal. -----

----- Respeitem escrupulosamente, o estatuto de interesse público dos espécimes e conjuntos já classificados, designadamente o respeito pelo raio de cinquenta metros de proteção e por via da requisição dos pareceres requeridos pelo CNF.-----

----- Procedam à fiscalização da legislação em vigor no sentido da sua plena aplicação, nomeadamente no que respeita no acesso e conservação das árvores classificadas quando estas estão localizadas em espaços privados.-----

----- Alarguem o conceito de defesa do património urbanístico às árvores nas respetivas áreas de intervenção e que os processos de planeamento e gestão estejam sempre em estreita articulação com as dimensões das intervenções urbanísticas.-----

----- Solicitamos a todos vós, designadamente aos representantes das Juntas de Freguesia aqui presentes que suspendam todos os trabalhos de poda e abate, salvaguardando os casos em que, justificadamente, possam colocar em perigo bens e pessoas. E que esta Plataforma seja convidada pela AML para o debate decisório em matéria de estrutura verde da cidade.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Terminámos as intervenções do público, tomámos devida nota e, posto isto, vamos entrar no Período da Ordem do Dia e vamos neste momento o Senhor Primeiro-Secretário vai ler o Voto de Pesar pelo falecimento da Maria de Jesus Barroso.-----

----- É subscrito por todos os Senhores Deputados Municipais.”-----

----- **Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria de Jesus Barroso Soares**-----

----- “*Maria de Jesus Barroso Soares nasceu em Olhão, a 2 de Maio de 1925, filha de Alfredo José Barroso, oficial do Exército, e de Maria da Encarnação Simões, professora primária. Foi a quinta de sete filhos. Morreu na madrugada de hoje, com 90 anos, no Hospital da Cruz Vermelha, em Lisboa.*-----

----- *Grande lutadora da liberdade contra todas as formas de tirania, Maria Barroso distinguiu-se desde muito cedo como atriz. Diplomou-se em Arte Dramática, na Escola de Teatro do Conservatório Nacional e licenciou-se, mais tarde, em Ciências Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde conheceu Mário Soares, com o qual se casou quando ele se encontrava preso pela ditadura.*-----

----- *Trabalhou com Amélia Rey Colaço no Teatro Nacional D. Maria II, sob a direção de Palmira Bastos. No cinema, participou em filmes de Paulo Rocha e Manoel de Oliveira, nomeadamente em “Benilde ou a Virgem Mãe”.*-----

----- *A sua promissora carreira de atriz não a impediu de intervir ativamente na resistência à ditadura, nomeadamente através das sessões de poesia que fazia por todo o país, declamando, com a sua extraordinária dicção e presença, os poetas proibidos, o que acabou por implicar a sua saída, por ordens da PIDE, do Teatro Nacional.*-----

----- *Em 1969 foi candidata a deputada pela Oposição Democrática e participou no III Congresso de Aveiro, em 1973, sendo a única mulher a intervir na sessão de*

abertura. No mesmo ano esteve em Bad Münstereifel, na fundação do Partido Socialista, com Mário Soares, cujos exílios partilhou. Companheira de uma vida de Mário Soares, nunca prescindiu, no entanto, da sua própria autonomia, nas posições políticas e na ação. -----

----- Regressou a Portugal com o 25 de Abril, tendo sido eleita deputada pelo Partido Socialista à Assembleia da República, pelos círculos de Santarém, Porto e Faro, nas legislaturas iniciadas em 1976, 1979, 1980 e 1983. -----

----- Foi primeira-dama de Portugal durante dez anos, papel que exerceu com brio e dignidade, continuando a lutar pelos valores da família e da liberdade, bem como contra todas as formas de racismo, xenofobia, antissemitismo e exclusão social. -----

----- Foi distinguida com o título de Doutora Honoris Causa pelo Lesley University, pela Universidade de Aveiro e pela Universidade de Lisboa, além de Professora Honorária da Sociedade de Estudos Internacionais de Madrid. Recebeu também a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade a 7 de Março de 1997. -----

----- Foi agraciada com inúmeros prémios nacionais e internacionais e com as mais altas condecorações de Portugal, Hungria, Grécia, Suécia, Venezuela, Espanha, Brasil, Zaire, França, Colômbia, Alemanha, Luxemburgo, Finlândia, Dinamarca, Bulgária, Países Baixos e Malta. -----

----- Integrou e presidiu às mais diversas organizações não-governamentais, em defesa da liberdade, dos direitos humanos, da solidariedade e dos direitos das mulheres, destacando-se a Presidência da Cruz Vermelha, da UNICEF em Portugal e da Fundação Pro-Dignitate. Teve igualmente um papel ativo em associações culturais, tendo feito parte do júri de diversos prémios culturais. -----

----- Franzina e de pequena estatura, Maria de Jesus era capaz da maior coragem e de total dedicação, não apenas à família, mas a todos os seus compatriotas e às causas que abraçou com determinação e persistência. Várias gerações de crianças e jovens conheceram, no Colégio Moderno, o misto de ternura e autoridade que impregnou a sua vida. -----

----- Deixa um sentimento de orfandade em todas e todos quantos tiveram o privilégio de com ela privar. Mas deixa sobretudo uma marca indelével na História de Portugal, o país que tanto amou e tanto a amou, por ver nela uma mulher forte, que ficará para sempre como uma grande referência cultural, republicana e democrática do século XX português. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa curva-se perante a morte de Maria Barroso, envia as mais sentidas condolências a toda a família e delibera recomendar que o Município de Lisboa lhe preste as devidas homenagens, contribuindo para que o seu nome e o exemplo da sua vida fiquem condignamente ligados à memória da cidade de Lisboa. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- “A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Pesar n.º 1/76 pelo Falecimento de Maria de Jesus Barroso Soares**, subscrito por todos os Senhores Deputados Municipais. O Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- (Neste momento a Assembleia, de pé, prestou um minuto de silêncio em homenagem à personalidade constante do voto de pesar) -----

----- Senhores Deputados não é habitual nos Votos de Pesar batermos palmas, mas eu sinto-me no dever de, de pé, darmos uma salva de palmas à memória de Maria João Barroso. -----

----- Terei ocasião de pessoalmente transmitir o voto à família e agradeço a todos os Senhores Deputados. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **PONTO 1 - DECLARAÇÕES POLÍTICAS AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO; GRELHA J, LIMITE MÁXIMO 280 MINUTOS; INTERVENÇÕES E VOTAÇÕES;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- “Então temos hoje um período agora para declarações políticas e, portanto, a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde. -----

----- Eu vinha aqui trazer três temas, bastante díspares, mas que são todos reveladores de uma falta de estratégia, de uma falta de eficácia e de um laxismo da Câmara que nos deveria preocupar a todos. Também reveladores de uma prática que está a anos-luz da propaganda que é feita. -----

----- Começamos pois por estas conclusões bastante interessantes do Relatório de Boas Práticas de 2014. Se consultarmos o documento verificamos que o número de processos pendentes, já considerado excessivo em 2013, aumentou. Que existe um excesso de burocracia na tramitação processual, que há desvalorização do tempo no cumprimento dos prazos legalmente fixados e que a estes indicadores se junta a ausência de decisão em tempo útil.-----

----- A análise do relatório permite-nos também chegar a uma conclusão muito curiosa, nos processos que dependem das chefias houve um aumento de processos pendentes e atrasos muito significativos na decisão. Estou a falar de projetos de licenciamento, de urbanização, de edificação e de emissão de alvará, em todos eles se verificou um aumento processos pendentes. -----

----- Curiosamente, nos processos em que há delegação de competências a variação dos processos pendentes desceu, desceu de 27% a 63%, o que significa um desenvolvimento muito positivo em termos do funcionamento dos serviços de urbanismo, mas que o problema continua a estar nas chefias. -----

----- Constatando-se neste último aspeto que a Câmara piorou no seu desempenho em relação a 2013 e, que a morosidade da decisão sobre processos representa um entrave real à vida económica da cidade, pergunto, como explica a Câmara este retrocesso? O que pretende fazer para o inverter?-----

----- O meu segundo tema visa as pragas da cidade. De acordo com o *site* da Câmara e, passo a citar, ‘São efetuadas ações diárias, previamente calendarizadas, de controlo

da população de ratos e baratas quer na rede de esgotos quer à superfície, bem como o controlo sazonal de outras pragas e espécies nocivas. Contudo, verificando o relatório de atividades de Abril 2015, o Departamento de Higiene Urbana, constata que houve um aumento de pedido de intervenções que chegaram aos 269 só no mês de Abril, ou seja, 8,9 pedidos por dia durante aquele mês, todos por solicitação, ou seja, após a constatação da praga. Bom, se há prevenção, não parece, algo se passa, algo está a correr muito mal. Se a Câmara efetua ações diárias, como se afirma no *site* e mesmo assim há mais 8 pedidos diários para evitar as pragas, o que é que se passa? -----

----- Na Baixa de Lisboa já toda a gente conhece o final da tarde como a altura da dança das baratas, porque não são raros os casos em que os turistas saltam nos passeios exatamente para evitar estes bichos. Também temos conhecimento de que muitos apartamentos de que muitos apartamentos turísticos alugados naquela cidade, de noite são visitados pelas ditas baratas. Também nós, por experiência própria ou alheia, já fomos confrontados com esta visão.-----

----- Senhoras e Senhores no início de Junho solicitei à Câmara o envio do Plano de Estratégia e Prevenção Contra o Controlo de Pragmas e também a indicação do local da cidade onde elas são efetuadas, até agora não obtive qualquer resposta. Peço pois aos Senhores Vereadores que nos digam que podemos estar descansados quanto a este tema. Eu sei, eu sei que é um problema de menos importância, eu sei que este problema não chega ao Castelo, à torre de marfim onde o PS gosta de estar, mas Senhores Deputados é um problema das barbacãs que sustentam a torre onde os Senhores estão e é um problema de saúde pública, eu sei que é desagradável estarmos a discutir isso, mas é um problema de saúde pública e eu tive o cuidado de visitar o *site* para não vir aqui fazer declarações sem saber. E a verdade é que há um mês que estou à espera de resposta da Câmara e ainda não tive, portanto, tenho direito a uma resposta, todos nós lisboetas temos direito a essa resposta.-----

----- Por último, gostava de deixar nota de uma notícia que passou ao lado de muitos e que certamente não demonstra que a Câmara tem as contas em ordem. De acordo com uma recomendação do Provedor de Justiça a Câmara tomou posse de três imóveis no Casal Ventoso em 2002, mas nunca indemnizou os proprietários. O Senhor Provedor de Justiça considera o caso reprovável e insta o Município a ‘pôr termo a uma situação abusiva que assume traços de confisco’.-----

----- Sim Senhores Deputados, eu sei que o Presidente na altura era o Senhor Doutor Santana Lopes, mas também sei que os senhores estão no poder há 8 anos e que são os Senhores que apregoam a saúde das contas da Câmara, mais, foram os Senhores que construíram uma ciclovia em cima de um destes espaços.-----

----- Diz o Provedor de Justiça ‘durante estes anos não foram promovidas as diligências necessárias para regularizar a aquisição de parcelas, o que é reprovável, considerando que o Município não ignorava estar a lesar os direitos de outrem já que de facto passou a ter posse desses prédios’. Mas o Senhor Provedor diz mais, em 2014 e depois de concluído o levantamento de um cadastro referente à área crítica e reconversão do Casal Ventoso, foi-nos transmitido pela Câmara que estava a ser calculado o montante indemnizatório pela extinção dos direitos reais sobre os mesmos

prédios, mas que as restrições orçamentais não têm permitido satisfazer em tempo útil os compromissos assumidos.-----

----- Bom, Senhores Vereadores, então e os quatro dias tão apregoados? E as boas contas da Câmara? E a honorabilidade da Câmara? Em que é que ficamos Senhores Vereadores, isto é para propaganda, mas as ações não condizem? Como é que é? -----

----- Eu espero que tenham uma explicação razoável porque o Senhor Provedor de Justiça pelos vistos discorda do bom nome e da boa prática.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O MPT assume-se como um partido ecologista e humanista, pelo que para esta sessão dedicada às declarações políticas irá debruçar sobre estas duas ideologias apresentando uma moção sobre o extermínio do rato preto e coelho das Berlengas e uma recomendação acerca das crianças com necessidades educativas especiais e a sua inclusão na escola regular.-----

----- Em relação ao primeiro documento começaria por salientar que o MPT não tem como hábito apresentar questões alheias à cidade de Lisboa, todavia, quando se trata de algo tão importante como a biodiversidade não poderíamos ficar de braços cruzados.-----

----- Geograficamente a Ilha das Berlengas localiza-se a Oeste do Cabo Carvoeiro, classificada como reserva mundial da biosfera pela UNESCO, engloba um interessante património biológico dos quais se destaca o seu ecossistema insular terrestre e vulnerável ecossistema marinho, um dos mais ricos das águas Portuguesas. -

----- No âmbito do programa Life 2014-2020 está em curso o projeto Life Berlengas, cujo objetivo é preservar e conservar os habitats naturais em terra e mar patentes neste arquipélago, bem como identificar quais as principais ameaças que afetam os valores naturais das Berlengas, definindo estratégias para as minimizar e erradicar. Contudo este projeto, que está sobre a coordenação da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves em parceria com outras entidades, tem vindo a levantar algumas questões entre a comunidade científica, políticos e até o cidadão comum por pugnar pelo extermínio de populações animais que fazem parte do ecossistema Berlenga afim de artificialmente fomentar o crescimento de populações de aves.-----

----- O MPT considera que o Life Berlengas viola claramente os objetivos alancados no Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas, pelo que manifestamos o nosso repúdio para com este projeto, através da moção supramencionada.-----

----- Relativamente ao segundo documento, interessa compreender que o conceito de uma sociedade inclusiva baseia-se numa filosofia eco legítima e valoriza a diversidade como característica inerente á constituição de qualquer sociedade. Porém, em pleno Século XXI a inclusão e integração que tantas vezes fazem parte do discurso político continuam a não passar do papel para a realidade, visto que milhares de crianças e jovens com necessidades educativas especiais sofrem todos os dias discriminações, desigualdades e injustiças.-----

----- Entende-se por crianças com necessidades especiais ‘aquelas que por alguma diferença no seu desenvolvimento requerem certas modificações ou adaptações complementares ou suplementares no programa educacional, visando torna-las autónomas e capazes o mais independente possível para que possam atingir todo o seu potencial’. Deste modo a educação deve-se desenvolver de forma especial numa tentativa de atender às diferenças individuais de cada criança através de uma adaptação do sistema educativo.-----

----- Ao longo dos anos o termo de educação especial foi sofrendo algumas alterações no que diz respeito ao seu significado, tradicionalmente era utilizado para designar um tipo de educação diferente da que se praticava no ensino regular e que se desenvolvia paralelamente a esta, sendo a criança a quem era diagnosticada uma deficiência, incapacidade ou diminuição, segregada para uma unidade ou centro específico. Nesta perspetiva a educação especial era assim dirigida a um grupo de alunos diferentes dos restantes alunos considerados normais.-----

----- Com a Declaração de Salamanca cujo princípio basilar assenta no pressuposto de que todos os alunos devem aprender juntos sempre que possível, independentemente das dificuldades e diferenças que apresentam a educação especial começou a decorrer pelas mesmas vias que a educação regular, dando origem ao conceito de escola inclusiva.-----

----- Em Portugal este novo conceito começou a dar os primeiros passos com a publicação do Decreto-Lei 319/91, onde muitos dos professores começaram a mudar o seu discurso e a debater-se pela inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular. Assim a escola começa a ser vista como um lugar onde todas as crianças têm o direito de aprender, ou seja, uma escola para todos.-----

----- O MPT defende que a integração de alunos com necessidades educativas especiais na escola regular veio exigir alterações aos mais variados níveis, desde uma maior competência profissional por parte dos professores a projetos educacionais mais completos, adaptações curriculares mais ajustadas, entre outros.-----

----- Contudo desengana-se quem pensa que estas crianças por frequentarem a escola regular passa a ver a sua inclusão, integração. Pelo contrário, com o alargamento da escolaridade obrigatória decretada pelo Governo, os alunos do ensino básico e com necessidades especiais têm 80% do seu horário letivo fora do âmbito escolar e as horas que permanecem na escola não passam pela realização de atividades em turmas.

----- Será isto a noção de inclusão e integração?-----

----- Para reflexão.-----

----- No ensino básico e secundário a implementação de uma escola inclusiva ainda é uma ilusão, mas no ensino superior nem legislação específica existe. A legislação em vigor apoia-se na aplicação no Decreto-Lei 3/2008 que ‘vem enquadrar as repostas educativas a desenvolver no âmbito da educação, do processo educativo, às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e participação num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de caráter permanente e das quais resultam dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia,

do relacionamento interpessoal e da participação social'. Na nossa opinião este Decreto-Lei necessita de ser revisto dado que a atual legislação não dá resposta às diversas necessidades das crianças nos seus diferentes estados de desenvolvimento, no entanto, já foi anunciado que o Governo se prepara para alterar este diploma.-----

----- O MPT espera que esta nova revisão não restrinja ainda mais os parques apoios existentes, pois caso isso aconteça, ocorrerá uma maior segregação ao invés da inclusão.-----

----- Face ao exposto, o MPT no seguimento desta declaração política, apresenta a recomendação supramencionada que alerta para as dificuldades que muitas famílias enfrentam quando têm a seu cargo estas crianças. Apesar da evolução nas políticas desta área e não obstante o enorme trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, as mesmas necessitam de uma constante monitorização e atualização, pelo que o MPT recomenda à Câmara que esta continue a considerar criar mecanismos de sustentabilidade, por exemplo, a criação de ATL inclusivos que envolvam os seus parceiros sociais de forma a permitir uma melhor qualidade de vida a estas crianças e respetivas famílias.-----

----- Para finalizar o MPT considera que apesar de esta temática ser uma responsabilidade do Estado, as autarquias locais e, neste caso específico a Câmara de Lisboa, poderão desempenhar um papel de extrema relevância no futuro destas crianças.-----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**-----

----- “A Mesa quer lembrar a todos que nestes debates de declarações políticas a seguir à intervenção de cada Grupo Municipal ou partido, há um período para perguntas ou intervenção sobre aquilo que acabou de ser dito.-----

----- Há pouco a Senhora Deputada Margarida Saavedra fez uma declaração política e a Mesa não perguntou quem é que se queria inscrever sobre a sua intervenção, portanto, vamos terminar esta e se acharem que não está errado fazer isso, porque o lapso foi da Mesa, nós iremos perguntar se alguém quer intervir sobre a intervenção da Deputada Margarida Saavedra e, a Deputada Margarida Saavedra se houver intervenções terá depois a possibilidade de concluir.-----

----- Mas neste momento vamos concluir esta declaração política do MPT para terminarmos.-----

----- Há uma intervenção sobre esta?-----

----- A Senhora Segunda Secretária pode dar a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Gostaríamos só de fazer aqui uma pergunta ao MPT, aliás, é uma questão que surge com algumas das recomendações e moções que hoje surgem nas declarações políticas em que sentimos que existe uma certa falta de foco relativamente aos assuntos.-----

----- Relativamente à primeira moção sobre o extermínio do rato preto e coelho das Berlengas, independentemente da validade dos argumentos, parece-nos um bocadinho

extemporâneo que a Assembleia Municipal de Lisboa seja chamada a pronunciar-se sobre este assunto, fica claramente fora da sua área geográfica, fora das suas competências.-----

----- É certo é uma moção, mas parece-nos que teria sido muito mais acertado que o MPT pudesse ter colocado estas preocupações junto da Assembleia Municipal de Peniche, em que seria sim uma preocupação válida e deste âmbito, portanto, gostaríamos de deixar aqui esta ressalva. Que não achamos adequado e, portanto, não iremos votar, obviamente, a favor e gostaríamos até que justificasse a razão desta escolha, desta moção específica que nos parece claramente desadequada a este Plenário.-----

----- Relativamente aos apoios a crianças com necessidades educativas especiais as nossas reservas são diferentes, não obviamente a esta questão, é de extrema importância e localizada precisamente nos alunos, nos jovens que em Lisboa têm esta problemática, no entanto, achamos que o que aqui está é uma recomendação à Câmara para que ela crie os mecanismos necessários.-----

----- Acaba por desresponsabilizar um pouco o papel do Governo que tem claramente que investir nesta área em termos de apoios e, precisamente a CML, aliás, como vem reconhecido no próprio texto tem feito tudo o que está ao seu alcance para os complementar. Mas gostaria até de colocar esta questão, não só ao MPT como à própria CML se assim fosse possível, se de facto isto é exequível? Porque não nos parece que seja possível a CML substituir o Estado nesta tarefa, aliás, sem que haja a transferência das verbas necessárias para o assegurar.-----

----- Se isto fosse uma moção ao Governo para que transferisse as verbas para que a CML pudesse criar estes mecanismos, então acharíamos muito bem e votaríamos a favor, assim não nos sentimos, obviamente, em condições de votar a favor.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra respondeu às questões colocadas:-----

----- “Senhor Deputado relativamente a esta recomendação sobre as crianças com necessidades de ensino especiais houve de facto uma pequena alteração ao texto deliberativo da recomendação que vou-lhe entregar agora.-----

----- Relativamente à questão do rato preto das Berlengas, como lhe disse o MPT não costuma trazer questões que são alheias à Assembleia Municipal de Lisboa, ao contrário de outras forças políticas, no entanto, como achamos que é uma questão que trata da biodiversidade podia ser de qualquer parte do País, achamos que todos devíamos ter algum certo interesse nesta questão.-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Agora então sim voltamos um pouco atrás, a Senhora deputada Margarida Saavedra fez uma declaração política em nome do Grupo Municipal do PSD e eu não perguntei se alguém queria intervir sobre essa declaração política.-----

----- Tenho indicação que a Câmara Municipal queria intervir sobre essa declaração política, portanto, a palavra ao Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente, a Senhora Deputada Margarida Saavedra levantou duas questões que se relacionam indiretamente com pelouros da minha responsabilidade.-----

----- Quanto à questão do licenciamento urbanístico, queria-lhe referir que temos tido reuniões periódicas com a Comissão de Boas-Práticas, temos tido respondido aos relatórios da Comissão de Boas-Práticas. E aquilo que se constata é que o número de processos que estão anormalmente pendentes são processos que não depende da Câmara diretamente resolvê-los, nomeadamente processos que estão pendentes em tribunal e que não são referidos como tal, processos que estão dados para o arquivo e que têm que ser digitalizados e depois de serem digitalizados é que são abatidos à lista de processos pendentes.-----

----- Portanto, é isso que está de facto a desequilibrar a resolução deste problema e a acrescer os tempos de licenciamento, porque se a análise for feita em relação aos processos dos últimos anos os prazos de licenciamento estão conforme os limites estabelecidos na lei. -----

----- Relativamente à segunda questão que resolveu que se relaciona com a situação das finanças da Câmara, nomeadamente, com o pagamento das indemnizações do Casal Ventoso, queria esclarecer o seguinte. Em 2012/2013, foram resolvidas vinte situações e pago pela Câmara o montante de 6,5 milhões de euros de indemnizações, referentes à aquisição dos terrenos do Casal Ventoso. -----

----- Ficaram pendentes cerca de seis casos, cinco a seis casos, neste momento não sei precisar, em que os proprietários não conseguiram fazer prova que são proprietários dos terrenos, ou porque se tratam de casos de heranças indivisas ou porque efetivamente não detêm documentação suficiente que os habilite a realizar as escrituras. Aliás, entre este grupo de proprietários que apresentaram esta reclamação junto da Provedoria, estão alguns proprietários que já foram indemnizados por outros terrenos. -----

----- Quanto à questão do IMI, a questão do IMI, qualquer destes proprietários, uma vez que os edifícios já não existem, podem ir diretamente às finanças com uma declaração, que é um modelo que está previsto, declarando que o prédio já não existe e, portanto, ficarão isentos ao pagamento do IMI. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- O Senhor Vereador João Paulo Saraiva também quer usar o tempo da Câmara. Houve aqui um erro em que estavam a contabilizar o vosso tempo no tempo de intervenção, a Câmara não tem tempo de intervenção nas declarações políticas, tem apenas tempo no espaço para perguntas que é um tempo de 15 minutos do qual o Senhor Vereador já gastou uma parte, agora o Senhor Vereador João Paulo Saraiva

gastará o que entender, sendo que há um tempo total para todas as intervenções que queiram fazer nesta parte da ordem de trabalhos.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.-----

----- Eu queria só tranquilizar a Senhora Deputada Margarida Saavedra e com essa sua tranquilidade todos os outros Deputados, sobre a situação financeira da Câmara, nomeadamente, naquilo que diz respeito aos prazos de pagamento, ao prazo médio de pagamento que como muito bem referiu a Senhora Deputada em 31 de Dezembro eram 4 dias, mas também dar-lhe a feliz notícia de que à data de 30 de Julho são 2 dias e, portanto, continuamos a melhorar.-----

----- Relativamente às dívidas a fornecedores também eram 5,1 milhões a 31 de Dezembro e à data de 30 de Julho são 3,8 milhões.-----

----- Como vê Senhora Deputada podemos estar tranquilos sobre esta matéria e, de forma consistente, mantemos a saúde económica e financeira do Município de Lisboa.

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- A Senhora Deputada Margarida Saavedra pede a palavra para uma intervenção final para a qual tem, salvo erro, julgo que são 5 minutos. São 4 minutos.-----

----- Tem 4 minutos mas a Senhora Deputada é sempre muito sucinta.-----

----- A Senhora Deputada Margarida Saavedra para uma intervenção final.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu queria só dizer o seguinte, eu baseei as minhas informações em dados da comissão e, Senhor Vereador peço desculpa, nas afirmações que o Senhor Provedor diz que a Câmara disse, e eu vou citar, ‘A Câmara disse que as restrições orçamentais não têm permitido satisfazer em tempo útil os compromissos assumidos’.-----

----- Oh Senhor Vereador se assim é, eu peço-lhe uma coisa, faça o favor oficie para o Senhor Provedor e peça para corrigir porque as declarações do Senhor Provedor nós temos que as ter por boas e, se são incompatíveis com aquelas que o Senhor Vereador diz nós merecemos a verdade. Portanto, como fazemos estas afirmações com base em declarações de fontes que consideramos fidedignas e, se o Senhor vereador com certeza que teve conhecimento oficial desta declaração do Senhor Provedor, porque ele certamente enviou à Câmara, eu pergunto-lhe se fez algum desmentido ou se fez alguma correção a estas afirmações do Senhor Provedor? E se o fez gostava que nos facultasse esse documento. Muito obrigado.-----

----- Quanto ao Senhor Vereador Manuel Salgado eu julgo que este Relatório das Boas-Práticas já vem do ano passado e, portanto, se efetivamente tem tido reuniões normais era natural que isto já tivesse sido corrigido, mas também não foi e volto a dizer-lhe que voltamos a estar com dados que aparentemente são contraditórios. Eu estou a ver por exemplo aqui nos processos de licenciamento de Janeiro a Dezembro

de 2014, em 2013 estavam pendentes 2104, em 2014 estavam dependentes 2122, portanto, são mais. -----

----- Os critérios têm que ser normais e inteligíveis porque nós temos entidades fidedignas e públicas, não podem é estar a dizer coisas diferentes. Quando os Senhores têm conhecimento destes relatórios têm muito bom remédio, oficialmente refutem-nos em vez de estarem à espera que algum Deputado mais atento e mais estudiosos leia os documentos para vir aqui interpelar, isso é que não pode ser, peço imensa desculpa. Se não houve reação oficial é natural que haja, se houve então façam o favor de nos dizer para nós termos conhecimento oficial delas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- “Senhora Deputada, naturalmente, nos termos regimentais a Câmara já não pode falar depois de uma declaração final, mas ficou registada a sua posição e vamos prosseguir. -----

----- Eu corrijo a informação que dei há pouco, o tempo total desta grelha para a Câmara Municipal são 10 minutos na totalidade do debate.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nesta sessão que hoje decorre o BE apresenta uma recomendação à CML no sentido de que sejam renovados os protocolos de colaboração sobre a componente de apoio à família, bem como sobre as atividades de animação de apoio à família que têm vindo a ser desenvolvidas pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Jardim de Infância das Laranjeiras, aliás, tivemos hoje aqui alguns representantes precisamente desta associação de pais que aproveito para cumprimentar se ainda aqui se encontrarem. -----

----- De facto esta associação de pais, conhecida como APE 120 das Laranjeiras, presta serviços à comunidade desde 1998, tendo desenvolvido um exemplar projeto de intervenção social que hoje abrange mais 400 crianças, com uma estrutura de cerca de 40 funcionários que zelam pelo bem-estar destas crianças. -----

----- Tendo por base esta larguíssima experiência e inegável qualidade educativa ao longo destes anos a CML bem como o Agrupamento de Escolas das Laranjeiras, entregaram a gestão da componente de apoio à família e das atividades de animação de apoio à família, precisamente à APE 120 das laranjeiras. -----

----- No dia 8 de Outubro de 2014, mais uma vez, este protocolo foi renovado, no entanto, este compromisso está em risco de continuar com a intenção de entregar a gestão destas atividades à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, medida que surge sem que tenham sido auscultadas nem a comunidade escolar nem a associação de pais em causa. -----

----- Esta súbita mudança motivou a mobilização da comunidade afetada que entregou nesta Assembleia Municipal uma petição, precisamente sobre este assunto. E assim sendo, já tivemos oportunidade de ouvir algumas destas pessoas, mas gostaríamos também de citar as palavras dos peticionários que nos parece ser uma forma bastante explícita de melhor percebermos esta situação. Assim, os peticionários referem que

esta decisão coloca as crianças e os familiares em situação de grande incerteza sobre o seu futuro próximo, desencadeando fundado receio em mudanças atabalhoadas e altamente desestabilizadoras, daquele que se pretende ser um ambiente de harmonia, qualidade, tranquilidade e segurança em nome do bem-estar e desenvolvimento das mais de 400 crianças.-----

----- Ao dia da alteração, sem a devida preparação e antecedência, demonstra total desprezo pelos compromissos assumidos, desde logo para com os cerca de 40 profissionais envolvidos neste projeto, fazendo perigar os 14 contratos de trabalho, as atividades previstas, as planificações para as férias de Setembro e para o próximo ano letivo, as inscrições em férias escolares e tantos outros encargos e projetos que não foram tidos em conta atempadamente.-----

----- Tendo em conta a boa experiência vivida nesta escola básica das Laranjeiras e atendendo a que a CML deve incentivar e apoiar iniciativas de intervenção social que acrescentam valor e qualidade ao serviço público, o BE recomenda que seja mantido o protocolo de colaboração com a Associação de Pais da Escola das Laranjeiras.-----

----- Esta é uma medida de bom senso e que permite assegurar a continuidade e a estabilidade do bom trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta escola. Não nos parece que nada fique melhor quando se destrói uma política educativa que está sedimentada, acolhida por toda uma comunidade educativa e que tem vindo a provar recorrentemente a sua qualidade.-----

----- Respeitar esta comunidade e estes profissionais, estes educadores, mas acima de tudo respeitar estas crianças, não passa por terraplanar um projeto de intervenção que tem vindo a ser tão bem sucedido.-----

----- Gostaríamos também de nesta sessão de dar entrada de duas propostas de declaração de invalidade de normas regulamentares, uma visando declarar a invalidade da Taxa Municipal de Proteção Civil e uma outra declaração de ilegalidade das normas respeitantes à substituição tributária da Taxa Municipal Turística. Desta forma cumprimos aquilo que consideramos ser o nosso dever perante os lisboetas com lealdade e boa-fé e, esperamos pelo urgente agendamento da discussão e votação destas propostas.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ouvimos com atenção a intervenção do BE sobre esta matéria e, uma conclusão liminar é possível extrair, que é uma intervenção parcial e desinformada.-----

----- Parcial porque aparentemente replica argumentos que já aqui foram apresentados pela associação de pais, sem oscultar também, colher informação, sobre o processo que tem sido desenvolvido em articulação entre a Câmara e a junta.-----

----- Desinformada porque reflete posições que não têm um mínimo de fundamentação. É falso que a junta de freguesia se predisponha a prescindir ou despedir, como quiserem, os atuais colaboradores desta ação da CAF.-----

----- É falso que a junta de freguesia não se predisponha a incentivar e aprofundar o diálogo com a associação de pais, mas não é só com a associação de pais da Escola

das Laranjeiras é, também, com as associações de pais da Escola António Nobre e da escola Frei Luís de Sousa. E não deixa de ser peculiar e estranho que o BE com os ideais que normalmente apresenta, não se preocupe em que uma autarquia tenda a garantir condições de uniformidade e universalidade de acessos a atividades extracurriculares por parte de todas as crianças de uma freguesia, não são apenas as crianças da zona mais favorecida da freguesia, são todas as crianças da freguesia. As crianças cuja escola está nas imediações do Bairro das Furnas, as crianças cuja escola está situada no Bairro Novo, portanto, são todas as crianças. -----

----- As CAF são feitas, e aí a junta de freguesia tem uma responsabilidade de não ficar dependente de um maior ou menor dinamismo de uma associação de pais, a junta de freguesia enquanto poder público democraticamente eleito tem a responsabilidade de criar condições para que todas as crianças possam usufruir de melhor qualidade de vida, crianças e agregados familiares. E mais, a junta de freguesia com esta responsabilidade, predispõe-se também a assumir o compromisso de manter as atividades e reduzir o custo que atualmente é pago pelos agregados familiares para que as crianças frequentem. E portanto, quando se fala também em voluntariado, atenção que não é só voluntariado de que estamos aqui a falar, estamos a falar de uma componente remuneratória, de uma componente patrimonial que a junta de freguesia assume também o compromisso de reduzir ampliando o serviço e ampliando os potenciais beneficiários. -----

----- Portanto, se há alguma coisa que a Assembleia Municipal pode e deve fazer, é incentivar o aprofundamento do diálogo que haja uma concertação em prol dos verdadeiros interessados que são as crianças, para que a 1 de Setembro todos os programas estejam assegurados e em condições de funcionarem corretamente, é este o voto que deixamos. -----

----- Relativamente à breve incursão sobre as taxas do Município, temos apenas a registar que esta Assembleia Municipal deliberou, como deve ser, por maioria a aprovação das taxas municipais que a Senhora Deputada refere. Se na execução concreta dessas taxas algumas vicissitudes se revelarem, algum problema concreto, se formos confrontados, pois cá estaremos para o analisar no âmbito dos poderes de fiscalização. Agora, *a priori*, lançar o caos, a catástrofe, a problematização para dificultar a gestão municipal, não contem connosco para isso.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não há mais pedidos de palavra dirigidos à Senhora Deputada Cristina Andrade, portanto, tem a palavra para uma intervenção final a Senhora Deputada Cristina Andrade. -----

----- Não sei se é a Senhora deputada que responde ou se é outro Senhor Deputado, aqui já podia ser outro Senhor Deputado se quisesse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado eu sinto-me imbuída do espírito demagógico tomando conta de mim, aquilo que estamos aqui a falar é de uma coisa relativamente simples. -----

----- Não confundamos direitos das crianças em geral com os direitos daquelas crianças em particular, nem nós estamos a negar direitos a nenhuma criança nem o direito ao acesso à educação a ninguém, pelo facto de considerarmos que há aqui um bom exemplo. Há aqui um bom exemplo de uma boa estratégia educativa que tem vindo a ser implementada e, que pode e deve, continuar a ser implementada é tão simples quanto isto.-----

----- O facto de aquelas crianças terem acesso a um bom sistema, não significa que as outras todas não devam ter ou que aquelas devam passar a ter um sistema que é menos bom, portanto, não confundamos as coisas.-----

----- E no que diz respeito ao acesso à educação, desculpe lá, mas nós não levamos educações nem lições propriamente do PS. Quem colocou os recibos verdes nas AEC não fomos nós, foi o PS, quem introduziu as propinas no ensino superior não fomos nós, quem as manteve não fomos nós, portanto, defender os direitos, defender o direito a que este projeto educativo se mantenha com a qualidade que tem tido até agora, é defender o direito daquelas crianças e o direito ao acesso à educação das várias crianças. -----

----- Agora, estamos de acordo, o projeto está em andamento, tem havido conversações com a escola, então, garanta, diga-nos em que ponto de situação é que estão as negociações e se está ou não garantida a qualidade do projeto que estava em andamento. Diga-nos em que ponto é que estão as negociações.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**-----

----- “Senhores Deputados vamos prosseguir.-----

----- Relativamente às propostas que deram entrada na Mesa, a mesa vai analisá-las naturalmente e o mais provável é levá-las à conferência de representantes para ver qual é o seguimento que elas devem ter, uma vez que suscitam aqui invalidades sobre matérias que a assembleia Municipal já aprovou, portanto, irão ser analisadas em sede de conferência de representantes e depois se verá qual é o seguimento que vão ter.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em defesa do património de Lisboa.-----

----- Na intensa resistência dos Portugueses e dos lisboetas à ofensiva neoliberal das Troikas nacional e internacional, está a defesa dos bens públicos como o saneamento, a água, o abastecimento, a eletricidade, a saúde, as comunicações, os transportes, o ensino e mesmo a defesa do património habitacional histórico, cultural e desportivo.---

----- Os bens e serviços públicos são considerados áreas essenciais para a vida humana pelo seu uso intensivo e específico e, que na sua génese, tem normalmente uma forma de produção com carácter integrado e muitas vezes centralizado para um dado território.-----

----- O provimento de bens públicos, um elemento de base da sociedade moderna, deve estar garantido em termos de acessibilidade, fiabilidade, qualidade e custos socialmente aceitáveis.-----

----- A boa gestão pública visa a satisfação de necessidades reais das populações, garantindo bons resultados em termos de efetividade e eficiência macroeconómica. A garantia de qualidade é assegurada pelo critério de planificação da resposta, a necessidade de participação das populações e recorrendo às tecnologias mais efetivas, vantajosas em custo-benefício e respeitadoras do ambiente. -----

----- Como não visa em primeiro lugar o lucro mas sim corresponder a necessidades, não tem o desperdício crematístico próprio dos sistemas anárquicos capitalistas. -----

----- Os defensores do neoliberalismo contestam, afirmando que o primata da gestão privada baseada no lucro e na concorrência, nos bens públicos é quase sempre pseudoconcorrência, assegura maior eficiência económica e garante qualidade visto que são respeitadas as regras e o controle dos consumidores. Tudo falácias não comprovadas, com a eventual exceção de algumas microeficiências pontuais. A prática demonstra o que a teoria estabelece sobre a contínua perda de capacidade do capitalismo para gerir racionalmente e de forma equilibrada um moderno modo de viver. -----

----- São cada vez maiores os desequilíbrios das condições de vida e de rendimento e não para de crescer as injustiças, a pobreza, a grande produtora do subdesenvolvimento, do sofrimento e até da morte antecipada. -----

----- As privatizações são uma decisão de classe de ideologia de direita e com implicação em causa própria, quem decide sobre as privatizações espera receber em troca vantagens ideológicas, económicas e até de assistência que nós todos conhecemos. -----

----- Nos casos mais recentes de privatização das empresas e de bens públicos, da recolha e tratamento do lixo doméstico, do correio e das ameaças em vias de concretização da privatização do fornecimento de água, dos transportes públicos de Lisboa, o favorecimento privado na prestação de cuidados de doença, mostram claramente os objetivos do Governo PSD-CDS e deixam a descoberto, as mal disfarçadas e muitas vezes coniventes posições do PS. -----

----- A defesa dos bens públicos por razões objetivas em favor das populações, exige uma mudança de política e não só uma alternância de Governo. -----

----- Os bens públicos geridos pelos interesses privados são cada vez mais entregues a entidades capitalistas, não só nacionais mas internacionais. Vejamos alguns casos como os transportes rodoviários, ferroviários e aéreos onde os interesses privados já não são não só nacionais e onde o objetivo é a gestão com lucro pondo em causa o serviço público que é um objetivo secundarizado. -----

----- O património construído da cidade e em particular a habitação e não só dos bairros municipais atingiu um ponto gravíssimo de degradação. Chegam agora, com muito atraso, propostas e planos de recuperação que consideramos bem-vindos do património, do senhorio CML, mas chamamos a atenção, cuidado com as intervenções de fachada e de cosmética. O plano elenca genericamente prioridades que não esgotam as necessidades e precisam de um diagnóstico mais preciso com uma métrica técnica, mas também social. Sem diagnóstico preciso, nunca o planeamento será rigoroso e sem rigor não há controlo. A experiência aconselha a estar atento aos

programas formalmente corretos, apoiados por todos, mas que a realidade ignora. E atenção, não deixar cair na armadilha de que há um privilégio para alguns Vereadores da CML de fazerem planos muito bonitos, socialmente corretos, mas sem suporte financeiro ou organizativo para serem concretizados.-----

----- No caso muito particular do Pavilhão Carlos Lopes, o bem público e a fruição do desporto popular vai estar em causa. A entrega a ATL vai alterar o critério de acesso, quem quiser atividade desportiva, pague-a, lembrando um velho aforismo ligado à saúde, enfim, já de um saudoso dirigente político que quase premonitoriamente quase 30 anos antes ia saber o que pretendem fazer os políticos de hoje.-----

----- O património urbanístico continua a ser delapidado com novos projetos, novas urbanizações que contrariam os interesses populares e da cidade. Neste caso particular, devemos chamar particular atenção à Estamo, empresa pública que em Lisboa assume o papel odioso de em nome do Governo transacionar os bens públicos de espaço de qualidade, com grave prejuízo para a cidade e para os municípios. Por isso, nós temos uma recomendação que aponta para travar o saque ao património da cidade que não é e, nem foi aqui dito, que era privativo só do município, mas, como temos vindo a defender o município não defende só a parte que é do seu interesse e ação direta, mas também é responsável por defender junto do Governo os interesses do Município de Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**-----

----- “A Mesa pergunta se há Deputados...há uma pergunta do Senhor Deputado.-----

----- Microfone aqui ao Senhor Deputado Manuel Lage do PS para fazer uma pergunta ou uma intervenção sobre a declaração política do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Deputado Carlos Silva Santos. É com bom grado que o PS vê e que se junta naturalmente aquilo que foi a grande maioria da intervenção que o PCP aqui fez, relativamente às águas e aos transportes, à privatização, com o qual também somos naturalmente contra estas privatizações que têm vindo a ser feitas à pressa e em cima da hora do ato eleitoral.-----

----- No entanto, não nos conseguimos rever naquilo que é uma proposta, a proposta 342, que amanhã vai ser discutida, aliás, numa comissão a que Vossa Excelência preside. E portanto, da análise dessa proposta e que teve oportunidade de aqui referir algumas conclusões, é curioso que eu também recebi a proposta como o senhor Presidente da Comissão a recebeu, e que, se calhar tipicamente como está habituado a fazer, antes da reunião já têm as conclusões sobre a mesma.-----

----- Mas Senhor Deputado eu acho estranho que tenha aqui vindo fazer essas afirmações, porque aquilo que eu velei aqui na proposta é que a ATL fica obrigada a um contrato em que visa assegurar as possibilidades e a utilização para eventos de natureza desportiva e cultural.-----

----- Portanto, as afirmações que o PCP aqui vem fazer, dizendo que há uma privatização em que lá vai a ATL utilizar o Pavilhão Carlos Lopes de forma cega, e

que estamos a privatizar e que estamos, como diz na recomendação, que merecerá naturalmente o voto contra do PS, saquear, travar o saque do património de Lisboa. ----

----- Oh Senhor Deputado Carlos Silva Santos, naturalmente não podemos acompanhá-lo nesta matéria e a questão que se coloca é, será que vale a pena amanhã fazermos a reunião para analisarmos a proposta? -----

----- É que se calhar é preferível fazermo-la mesmo, Senhor deputado eu respondo-lhe já à pergunta, é preferível fazermo-la porque as conclusões que Vossa Excelência aqui retira hoje, não são certamente as conclusões que a nossa comissão amanhã retirará. ---

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- “Tem a palavra então o Senhor Deputado Carlos Silva Santos para responder.” ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Manuel Lage. -----

----- Não é obrigatório, não tem sido, tirarmos as mesmas conclusões, mas o que aqui estamos a dizer, eu vou ser mais explícito. É assim, é verdade, a proposta vai ser aprovada amanhã, já foi aprovada em Câmara, digamos que o que nós temos a ver é como lemos nós a transferência do património, e já tem sido experiencias anteriores, para a ATL, ou mesmo de outros espaços, ou património público da Câmara.-----

----- Quando nós transferimos para entidades que pretendem dela tirar rendimento, é verdade que os critérios de acesso vão ser os critérios dos rendimentos e do lucro, logo, inclusive de tal maneira isso é confirmado que a CML antecipadamente põe uma argolinha a dizer, mas cuidado não tudo, vamos ter direito a umas tantas realizações anteriores. Mas vejam, eu espero que não cheguemos ao ponto de também fazer para o Fórum de Lisboa a sua entrega a ATL, porque doravante as vezes que se podia vir cá, entidades sociais, partidos e outros, seriam sujeitos a regime totalmente diferente ainda que lá ficasse uma argolinha, temos direito a uma dezena e meia de realizações por ano em que será próprio da CML. -----

----- Isto é natural, se atribuem um edifício, um estabelecimento, um espaço a uma empresa que sendo, e que nós sabemos que havemos de discutir isso o que é a ATL, é verdade que ela vai ter critérios de acesso como tem as piscinas, como tem outros critérios que são próprios, natural da economia com que vamos gerir o estabelecimento ou o espaço. A salvaguarda do acesso a um bem público que implica que não seja pago na totalidade pelo utilizador, porque é o que estamos a fazer, mesmo nos transportes o Governo tentou e está a tentar nos serviços públicos pôr utentes a pagar, já estamos a pagar, para depois entregar e dizer claramente quem quer transporte pague-o. -----

----- Ora nós dizemos que a natureza de um bem público é ser cofinanciado pelo Estado, assente numa forma de promoção da democracia tendo em conta as classes que compõem a cidade de Lisboa, não são só os que têm meios para usar os serviços pagos. -----

----- Portanto, é esta gestão de princípios genérica e que leva a que quem vende não mais manda e que quem tem um burro e o vende, lá se entende. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Terminou então a declaração política do Grupo Municipal do PCP.-----

----- Vamos passar à declaração política seguinte que é do PS.-----

----- A Mesa informa que só há mais uma declaração política solicitada, portanto, agora vamos a estas duas finais.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os recentes acontecimentos na Grécia, nomeadamente a rutura no processo negocial entre o Governo Grego e as instituições e credores, a realização do referendo do passado Domingo, a inesperada e contundente vitória do não a mais uma dose maciça de austeridade, materializada nas propostas apresentadas pelos credores, constituem a meu ver e creio que para a maioria de nós desenvolvimentos de capital importância para o futuro da Grécia e da Europa, que nunca poderiam assim passar sem uma referência por parte da bancada do PS.-----

----- A situação de verdadeira calamidade social e catástrofe económica em que se encontra a Grécia, que foi o país do euro e da União Europeia que esteve sujeito a doses mais brutais de austeridade, de mais cortes na despesa pública e que mais reduziu o défice, constitui o exemplo mais flagrante do fracasso da União Europeia e dos seus dirigentes na abordagem da crise das dívidas soberanas que foi desencadeada, recorde-se, pelo contágio do então colapso do chamado *subprime* dos Estados Unidos.-----

----- É pois com expectativa, mas confesso, com algum apreensão, que encaro o retomar das negociações entre o Governo Helénico, as instituições Europeias e os credores. Deixando aqui os meus profundos votos de que essas negociações conduzam rapidamente a um acordo que permita aquilo que para mim se afigura como fundamental, assegurar a permanência da Grécia na zona euro, permitir que a sua economia respire, regresse a uma rota de crescimento e criação de emprego com perspectivas de futuro, pois sem elas jamais a Grécia poderá assumir as suas responsabilidades e pagar o que quer que seja a quem quer que seja.-----

----- Aqueles que misturam de uma forma, enfim, uma visão serôdia dos assuntos europeus com muito propagandismo eleitoral, pensam que tudo se limita a uma conta simples, subtrair e, que a saída da Grécia da zona euro seria a solução para a agitação, instabilidade e resultados económicos decepcionantes da zona euro, estão profundamente enganados. Tal saída constituiria uma machadada, porventura fatal, no projeto da moeda única e da própria da união. E outros estados se seguiriam na saída do euro, estou muito convencido disso, com Portugal na linha da frente para um processo semelhante.-----

----- E é de Portugal que também quero falar. A avassaladora torrente mediática e noticiosa a que temos vindo a assistir a propósito da Grécia, tem funcionando para o Governo, para o PSD e para o CDS, como uma cortina de fumo na qual esconde, dilui

e tenta apagar da memória dos Portugueses a sua triste atuação nos últimos 4 anos e o balanço aterrador do que foi a sua política. -----

----- Procuram apagar da memória dos Portugueses o corte dos subsídios de férias e Natal. Procuram apagar da memória dos Portugueses o corte das pensões de reforma.--

----- Procuram apagar da memória dos Portugueses a louca obsessão do Primeiro-Ministro em levar por diante um programa de corte permanente da despesa pública de 4 mil milhões de euros que se traduziria nomeadamente em cortes dos vencimentos dos funcionários públicos e dos pensionistas a partir dos 600 euros e, cuja travagem por parte do Tribunal Constitucional e a cuja travagem por parte do Tribunal Constitucional se deve a alguma fraca reanimação da economia. -----

----- Procuram apagar da memória dos Portugueses a destruição de centenas de milhares de postos de trabalho. -----

----- Procuram apagar da memória dos Portugueses o êxodo brutal que se verificou neste país, com a saída de quase 400 mil pessoas no mandato deles, a maioria dos quais jovens e qualificadas e de cujo contributo o País tanto precisava.-----

----- Procuram apagar da memória dos Portugueses os danos sociais terríveis que causaram na sociedade portuguesa com o aumento das desigualdades, da pobreza infantil, do desemprego, o caos das urgências, o ataque sem precedentes à escola pública. -----

----- Muito se tem falado Senhora Presidente do espirito indómito dos Gregos e da sua capacidade de resistência nos terríveis momentos que seguramente vivem. Mas eu hoje queria aqui sobretudo enfatizar o espirito combativo dos Portugueses que pese embora a colossal operação de branqueamento a que o Governo, com fortes apoios na comunicação social e nos comentadores de serviço nos tem sujeitado, darão, estou confiante, uma resposta contundente nas urnas e colocarão um ponto final na vida política deste Governo.-----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Mesa regista um pedido de intervenção do Senhor Deputado Carlos Silva Santos do PCP e do Senhor Deputado José Casimiro do BE. Primeiro o Senhor Deputado Carlos Silva Santos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os meus respeitosos cumprimentos Senhor Deputado, os meus respeitosos cumprimentos pelo diagnóstico no essencial, é um diagnóstico que está de acordo com a nossa perspetiva de leitura da realidade do que aconteceu ou vem acontecendo. -----

----- Só queremos acrescentar, dizer que nada começou ontem, mas tudo começou anteontem e, portanto, aqui lhe vou dizendo que o que disse também se aplica a tempos mais vastos que o território do atual Governo PSD/CDS. Queria ver esse comentário. -----

----- Outro comentário que lhe digo é, se eu lhe dou os parabéns a dizer que gostei do seu discurso e que estamos no essencial de acordo, se queira comprometer-se para

mim, para nós e para os presentes de que dizer que quem lê assim é porque tem ideias de que é contra o que está assim, vai fazer no futuro. -----

----- Ora, mudança de política é que é importante, não é mudança só de políticos. Queremos alternativa e não só alternância, é um desafio que lhe deixo. -----

----- Outro entusiasmo meu, dizer o combativo a resistência do povo Português a estas medidas, excelente, lá temos estado sempre, não vou dizer que não o tenha visto, lá temos estado sempre em todos os lugares e também na rua, não sei se o vi, mas também não estou sempre a olhar para quem está. Agora, dizer que é verdade que o povo tem sido combativo, mas às vezes gostávamos tanto de dizer, estavam lá também não só os independentes do PS, mas estavam lá também os PS connosco no combate a esta política. Sair da zona de conforto de alcatifa e descer na torreira do sol em luta por melhores condições.-----

----- Ainda vos havemos de lá ver, gostaria de vos lá ver e tenho essa esperança de vos lá ver se assim que a correlação de forças o venha a determinar.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Apreciei a intervenção do PS e do Deputado Hugo Lobo sobre o não ter vencido e a resposta que mais uma vez o povo Grego deu, ou Helénico deu, aqui neste momento de referendo e de resposta á Europa. À Europa que se assiste como um rolo compressor de todos os direitos e dos estados sociais e, por isso, as questões que ficasse bem ter combatido aquilo que o PSD e o CDS têm feito, mas também é preciso mais, é preciso ir mais além do que é que vai ser o futuro.-----

----- Nós contamos com todos, com o povo Português e com todos os partidos da esquerda, mas é preciso horas de definição e essas horas de definição são muito importantes para o futuro que se vai apresentar.-----

----- Aquilo que eu queria perguntar ao Senhor Deputado era o seguinte. Era como é que vai ser em relação ao futuro, a esta Europa que nós estamos a ver, que está a ter este comportamento em relação ao povo Grego e que não saberemos se um dia mais tarde não poderá ter em relação a nós, porque há questões que têm que ser claras e passam por políticas alternativas. Nomeadamente o problema da renegociação da dívida, em relação ao combate ao tratado orçamental que é esmagador em relação às políticas económicas, sociais de todos os povos da Europa e em relação ao diretório que manda nesta Europa.-----

----- Portanto, aquilo que eu queria saber do PS é se está no combate dos partidos da esquerda, como temos que fazer em toda a Europa, dos trabalhadores de toda a Europa, se está disponível para acompanhar todo este processo a partir de agora em relação ao combate a estas políticas europeias que nos esmagam e que nos afogam, como temos visto em relação ao povo Grego.-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Agora o microfone ao Senhor Deputado Hugo Lobo para reagir a estas duas intervenções, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em relação á intervenção do Senhor Deputado do PCP, disse que concorda no essencial com o diagnóstico que ali fiz, fico satisfeito, penso que não havia muitas de que coincidimos naquilo que é a apreciação da política muito negativa deste Governo e mandato que está a terminar. -----

----- Deploro no entanto e lamento profundamente que o Senhor Deputado aproveite também este momento para, desde já, atirar farpas ao PS e para antagonizar com o PS. Na verdade não estão...sempre o fizeram e, fica mais uma vez provado até a saciedade que não estão interessados em nenhum diálogo com o PS e que a cegueira sectária contra o PS continua a ser verdadeiramente aquilo que norteia a vossa linha e o vosso discurso. Portanto, diria em resumo, nada de novo da parte do PCP o que também não é de estranhar. -----

----- Quanto à questão do Senhor Deputado do BE. Dir-lhe-ia Senhor Deputado que boa parte dessa política alternativa e das medidas diferentes que preconizamos, estão materializadas naquilo que é o programa do PS, daquilo que foi um estado elaborado pelos economistas do PS. É uma política que marca uma viragem...se me deixar terminar...que marca uma viragem e uma clivagem clara com a política que tem vindo a ser seguida até ao momento, que aposta na recuperação de rendimentos dos Portugueses. Essa é uma diferença absolutamente capital em relação à política que tem vindo a ser seguida e, que de facto, só muito sectarismo e só muita má vontade da vossa parte vos impede de poder ver. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Terminámos a declaração política do PS. -----

----- Temos mais uma última declaração política, neste caso do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “«Os Verdes» trazem hoje a esta Assembleia uma declaração política sobre a questão do pessoal não docente nas escolas. -----

----- Muitas escolas têm falta de pessoal não docente e este é um problema que afeta a qualidade do serviço público podendo, nalguns casos, chegar mesmo a afetar a segurança dos alunos e até comprometer o cumprimento da legislação específica sobre higiene e segurança nos estabelecimentos de ensino. -----

----- É sabido que a escola pública tem falta de profissionais qualificados para trabalhar com os alunos, sejam professores, auxiliares, psicólogos ou outros, e que os profissionais que trabalham nas escolas têm visto as suas condições de trabalho degradarem-se por causa das políticas do Ministério da Educação. -----

----- Perante isto, e uma vez que os diretores das escolas têm solicitado a abertura de um concurso para contratação de novos assistentes operacionais, seria natural que o Ministério da Educação dotasse as escolas de meios humanos adequados e suficientes. Mas não. Ao mesmo tempo que não faz nada para colmatar esta carência, ainda reduz o corpo não docente nas escolas, ou contrata pessoas que estão desempregadas e que são recrutadas pelos centros de emprego para executar tarefas de vigilância. Muitas destas pessoas poderão nunca ter trabalhado numa escola, nem ter formação, vocação e sensibilidade para essa função. E depois, quando termina o ano letivo, os contratos também terminam, não podendo ser renovados. -----

----- Estas soluções até poderão responder no momento a algumas necessidades, mas estão a adiar a necessidade de uma intervenção profunda e definitiva sobre esta problemática. -----

----- Também importa salientar que tem havido outras medidas que em nada vêm beneficiar o funcionamento das escolas, como por exemplo os assistentes operacionais terem novas funções, nomeadamente no reforço do seu papel de co educadores, mas terem que continuar a exercer, integralmente, as funções de auxiliares de ação educativa, e também a criação de mega agrupamentos ter tornado muito mais complexa a gestão dos recursos humanos não docentes.-----

----- Não nos podemos esquecer que também houve um aumento generalizado do número de alunos por turma em cada sala, redução do número de professores, um aumento e diversificação da oferta educativa. -----

----- Por si só, estas alterações justificariam uma atualização do número de trabalhadores não docentes nas escolas mas, mais uma vez, o Governo ignora as necessidades das escolas e, inclusivamente, ignora pareceres emitidos pelo próprio Conselho das Escolas, ou seja, o Ministério da Educação não pode dizer que não sabia destes problemas. Sabia e optou por ignorá-los e nada fazer para inverter a situação. Mas não ficamos por aqui. Também não está prevista a dotação de pessoal auxiliar, com formação e vínculo, para apoio aos alunos com necessidades educativas especiais e nem se considera a dotação de técnicos na área informática nem para escolas profissionais e artísticas. -----

----- Face a esta realidade, está à vista que o Governo é o único a não querer reconhecer as enormes dificuldades que ele próprio impôs às escolas. -----

----- Como se toda esta situação não bastasse, lembrou-se agora o Governo de anunciar uma nova medida, através da alteração de um diploma que estabelece as normas sobre o recrutamento para as equipas de zona de vigilância nas escolas, vai ser possível contratar militares na reserva para essas funções. -----

----- Parece-nos, portanto, que esta medida é completamente inaceitável. -----

----- Ter elementos das Forças Armadas a fazer a vigilância nas escolas pode trazer vários problemas, que o Governo parece ter querido esquecer, mas que não podem ser ignorados. -----

----- Se há carência de pessoal não docente, o Ministério deverá contratar pessoal habilitado e em número suficiente para colmatar as necessidade e garantir um bom funcionamento das escolas, e não contratar militares, que estarão envolvidos em ações

e atividades para as quais não têm formação e não nos podemos esquecer que o ambiente nos recreios das escolas é completamente diferente dos ambientes a que os militares estão habituados, podendo estes não ter preparação pedagógica para essas funções.-----

----- Por tudo isto, parece-nos que esta medida não vai contribuir em nada para resolver o problema, mas poderá agravá-lo e trazer novos problemas associados. Consideramos que esta não é a opção mais correta e ajustada, e é necessário haver um efetivo investimento na escola pública, de qualidade e segura, dotando-a dos necessários recursos humanos, contratando, para o efeito, trabalhadores com formação na área, de forma a responder às necessidades de funcionamento das escolas nas devidas condições e em segurança para toda a comunidade escolar.-----

----- É nesse sentido que fazemos esta declaração política e que, através de uma recomendação, propomos que a Câmara Municipal de Lisboa defenda o reforço de pessoal não docente habilitado e em número suficiente nos estabelecimentos de ensino e que rejeite a possibilidade de contratação de militares na reserva para fazer vigilância nas escolas, uma vez que é desejável que esta função seja exercida por assistentes operacionais com formação para o efeito. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- A Mesa pergunta se alguém se quer inscrever?-----

----- Senhor Deputado Carlos Silva Santos sobre esta questão? -----

----- Ah, peço desculpa, estava já inscrito o Deputado André Caldas, peço desculpa.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal André Moz Caldas (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhora Deputada Cláudia Madeira. -----

----- A intervenção do PS sobre esta matéria é, no sentido de acompanhar a posição do PEV quanto a esta ideia bizarra de que a disciplina no espaço escolar se assegura através de reservistas das forças armadas.-----

----- Com efeito é evidente para todos que a disciplina é um pressuposto de uma relação eficiente de ensino e aprendizagem, mas essa disciplina numa sociedade civilizada e numa democracia madura será distinta da disciplina militar, pelo menos quando a escola não diga respeito a um ensino militar que também existe, e aí, funcionará nos termos que as forças armadas assim o decidam. Mas esta ideia bizarra não é própria, a nosso ver, de uma democracia madura, como disse e, de uma sociedade civilizada.-----

----- Todavia, há na recomendação do PEV uma omissão, que é uma omissão que a nosso ver é muitíssimo relevante. Porque nos parece estranho que recomendemos à CML que pugne agora por aquilo que na verdade já vem praticando, isto é, a CML tem assegurado, pelo menos no ensino básico onde tem essa responsabilidade, um número de assistentes operacionais no exercício de funções de auxiliar de ação educativa, num rácio superior àquele que é o rácio legal. E no contexto da reorganização administrativa da cidade de Lisboa em que, ao nível do pré-escolar,

essa responsabilidade passou para as juntas de freguesia vinculou hoje a que acompanhassem esse mesmo rácio, superior ao rácio legal. Portanto, há um silêncio estranho e relevante na recomendação do PEV áquilo que são os grandes méritos da CML e das juntas de freguesia da cidade que com o seu esforço e dos seus próprios recursos, têm procurado assegurar que o acompanhamento das crianças seja feito com um número adequado, superior ao legal, de auxiliares de ação educativa. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria colocar uma pergunta simples à Senhora Deputada. -----

----- Se tem alguma interpretação para este desinvestimento público e o aumento significativo da transferência de dinheiros do Ministério da Educação para o ensino privado, para suporte do ensino privado? Se faz alguma relação entre o desinvestimento público e a promoção do ensino privado?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado há mais uma Senhora Deputada que também pediu a palavra.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Olá, boa tarde a todas e a todos. -----

----- Queria apenas reforçar aquilo que o Senhor Deputado André Caldas já disse. -----

----- De facto, por parte da Câmara, este o pugnarem, não é, este é um termo do latino, já existe, como já foi explicitado.-----

----- Por outro lado nós estamos de acordo genericamente, o que achamos é que isto está numa sede deslocada, seria melhor na sede da Assembleia da República, porque cabe de facto ao Governo a tal pugnarem, não o faz, muito pelo contrário e também o rejeitar da possibilidade do que acabou de afirmar.-----

----- Portanto, o Governo acha que militarizando as escolas de alguma forma ocupando, enfim, os militares na reserva que com certeza já contribuíram para algo no País, que a escola e a educação dos meninos e das meninas fica melhor. Nós achamos obviamente que não, não faz muito sentido, a disciplina não é isto, a disciplina é muito de ternura, é muito de compreensão, a disciplina faz-se de várias coisas e temos que perceber de uma vez por todas o que é que é a disciplina num contexto democrático. -----

----- Portanto, o que nos parece é que isto está deslocado, não no tempo mas no modo. Isto é de facto uma recomendação a ser levada à Assembleia da República. -----

----- É só.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, tem a palavra a Deputada Cláudia Madeira para responder, aqui na primeira fila por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado pelas intervenções e pelos comentários.-----
----- Em primeiro lugar queria congratular-me pela posição do PS acompanhando também esta nossa preocupação, porque de facto esta medida, esta em concreto a par de outras implementadas ou anunciadas pelo Governo, são bastante lesivas para toda a comunidade escolar e para aquilo que nós defendemos a nível de uma escola pública, democrática e de qualidade. -----
----- Em relação ao aparte que foi feito em relação à nossa recomendação, nós percebemos esta posição do PS. E queria só também deixar uma nota, é que tem sido habitual nas últimas, pelo menos nas últimas três sessões da Assembleia, termos o PS a querer dizer como é que «Os Verdes» apresentam as moções. O que é que escrevem, o que é que não devem escrever, o que é que devem apresentar, o que é que devem apresentar ou depois retirar e, portanto, percebemos mas como é óbvio não acompanhamos, é assim que ela está redigida, é assim que ela será colocada à discussão e à votação. -----
----- Também concordamos que é importante que haja uma tomada de posição sobre esta matéria na Assembleia da República mas não me parece e, isso será feito naturalmente, mas não me parece que isso inviabilize o facto de a Assembleia Municipal e todos nós aqui que temos preocupações e que defendemos a escola pública de qualidade, que o possamos fazer aqui, que possamos reforçar esta posição. -
----- Em relação às questões levantadas pelo Deputado do PCP, «Os Verdes» resumem este desinvestimento na escola pública e no favorecimento do ensino privado como uma questão ideológica. Tem sido a opção do Governo que nós não acompanhamos, como é natural, e o que se tem passado é que a par do brutal desinvestimento que tem havido na escola pública em todo o País, tem havido um grande favorecimento do ensino privado e das escolas privadas inclusivamente através dos contratos também de associação. -----
----- Não criticamos naturalmente o privado só por criticar, criticamos esta opção do Governo porque a nossa posição é esta, o público deve ser de todos o privado é uma opção para quem poderá, mas o público tem que estar acessível a todos.-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----
----- Senhores Deputados terminámos as declarações políticas, eu pedia agora que pessoas que não são Deputados não estejam presentes no espaço do Plenário, julgo que está um assessor no espaço do Plenário, pedia para saírem e vamos começar as votações. -----
----- Portanto, vamos votar, temos cinco documentos para votar. Vamos votar em primeiro lugar a Moção n.º 1/76. É uma moção naturalmente dirigida ao Governo. -----
----- A Mesa vai, portanto, colocar à vossa consideração, em primeiro lugar, a Moção n.º 1/76, ‘Contra o Extermínio do Rato Preto e Coelho das Berlengas’, apresentada pelo MPT. -----

----- (A Moção n.º 1/76 fica anexada à presente ata como **anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Moção n.º 1/76 ‘Contra o Extermínio do Rato Preto e Coelho das Berlengas’**, apresentada pelo MPT. A Moção n.º 1/76 foi **rejeitada**, com votos contra de PS, PNP, abstenção de PSD, CDS-PP, 6IND e votos a favor de PCP, BE, PEV, MPT e PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*Manuel Portugal Lage, Membro da Assembleia Municipal de Lisboa, do Grupo Municipal do Partido Socialista vem apresentar a sua declaração de voto relativa ao seu sentido de voto na moção n.º 1/76, apresentada pelo MPT, denominada “Contra o Extermínio do Rato Preto e Coelho das Berlengas”, na reunião de 7 de Julho de 2015.*-----

----- *A moção apresentou onze considerandos e quatro pontos deliberativos, tendo o Partido Socialista e o signatário votado contra, sendo a presente declaração emitida a título pessoal.*-----

----- *Se por um lado o signatário não tem, pessoalmente dados técnicos que lhe permitam uma análise científica dos considerandos da moção apresentada, não choca que os mesmos até possam estar cientificamente corretos.*-----

----- *Por outro lado, os pontos deliberativos propostos pelo MPT incidiam maioritariamente sobre o Estado Português, o seu Governo e Ministérios, o que volta a não chocar o signatário.*-----

----- *Ora, se o signatário não discorda dos considerandos (mesmo sem o contraditório científico devido), nem discorda das propostas deliberativas, então porquê o voto contra?*-----

----- *O voto contra, deve-se apenas ao facto de ser entendimento essencial, dir-se-á, mesmo condição “sine qua non”, de que não podem merecer acolhimento propostas que digam respeito a Autarquia que não a de Lisboa.*-----

----- *É que toda a Moção do MPT quer nos seus considerandos, quer nos seus pontos deliberativos, se reporta às Berlengas e ao Município de Peniche.*-----

----- *Assim sendo, qualquer deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa extravasa as suas competências e área de intervenção e influência política e geográfica, podendo ser encarada mesmo como uma ingerência na gestão de outras autarquias, violando-se assim alguns princípios legais básicos.*-----

----- *Ora, qualquer outro sentido de voto (abstenção incluída), permitiria que doravante qualquer autarquia se pronunciasse acerca das decisões dos órgãos Municipais de Lisboa, com todas as consequências que isso implicaria a todos os níveis.*-----

----- *O membro da Assembleia Municipal*-----

----- *Manuel Portugal Lage”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, prosseguiu:-----

----- “Vamos agora passar à votação da Recomendação n.º 1/76.-----

----- Há um pedido nesta recomendação para votar os Pontos 1 e 2 em conjunto e depois separadamente os outros pontos, portanto, são 5 pontos e assim faremos. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Lage anunciou que fazia uma Declaração de Voto sobre a Moção n.º 1/76 e o Senhor Deputado Magalhães Pereira...pois está bem, já foi pedido...Ah então é um de cada vez. -----

----- Então vamos votar pontos um a um que é mais simples.-----

----- Senhores Deputados, então atenção por favor estamos na Recomendação n.º 1/76, apresentada pelo PCP e vou pôr à votação o Ponto n.º 1. -----

----- (A Recomendação n.º 1/76 fica anexada à presente ata como **anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 1 da Recomendação n.º 1/76, ‘Património de Lisboa – Em defesa da Cidade – Travar o saque do património de Lisboa’**, apresentada pelo PCP. O Ponto n.º 1 da Recomendação n.º 1/76 foi **rejeitado**, com os votos contra do PS, PNPN e 6IND, abstenção do PSD, CDS-PP, MPT e votos a favor de PCP, BE, PEV e PAN.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 2 da Recomendação n.º 1/76, ‘Património de Lisboa – Em defesa da Cidade – Travar o saque do património de Lisboa’**, apresentada pelo PCP. O Ponto n.º 2 da Recomendação n.º 1/76 foi **rejeitado**, com os votos contra do PS, PNPN e 6IND, abstenção do CDS-PP, MPT e votos a favor de PSD, PCP, BE, PEV e PAN. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 3 da Recomendação n.º 1/76, ‘Património de Lisboa – Em defesa da Cidade – Travar o saque do património de Lisboa’**, apresentada pelo PCP. O Ponto n.º 3 da Recomendação n.º 1/76 foi **rejeitado**, com os votos contra do PS, PNPN e 6IND, votos a favor de PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e PAN.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 4 da Recomendação n.º 1/76, ‘Património de Lisboa – Em defesa da Cidade – Travar o saque do património de Lisboa’**, apresentada pelo PCP. O Ponto n.º 4 da Recomendação n.º 1/76 foi **rejeitado**, com os votos contra do PS, PNPN e 6IND, abstenção do CDS-PP e votos a favor de PSD, PCP, BE, PEV, MPT e PAN.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 5 da Recomendação n.º 1/76, ‘Património de Lisboa – Em defesa da Cidade – Travar o saque do património de Lisboa’**, apresentada pelo PCP. O Ponto n.º 5 da Recomendação n.º 1/76 foi **rejeitado**, com os votos contra do PS, PNPN e 4IND, abstenção do CDS-PP e 1IND, votos a favor de PSD, PCP, BE, PEV, MPT e PAN. -----

----- Senhores Deputados esta recomendação não passou, vamos agora então passar à Recomendação n.º 2/76. -----

----- Peço desculpa, o CDS pede a palavra para? Fará uma Declaração de Voto quanto à Recomendação n.º 1/76, esta que acabámos de votar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Diogo Moura (CDS-PP)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- **“O Grupo Municipal do CDS-PP, declara que se absteve nos pontos 2 e 5 por considerar que:**-----

----- 1. O CDS-PP sempre defendeu que a requalificação do imóvel sito no Parque Eduardo VII incluisse a criação de um espaço museológico que albergasse o espólio de Carlos Lopes e mantivesse o nome desta glória do desporto internacional, sendo que a atual proposta camararia vem ao encontro da nossa pretensão. A proposta do PCP, em que afirma que a recuperação o Pavilhão Carlos Lopes deve ser efetuada com as verbas do Casino de Lisboa ignora que, por iniciativa do PS, o acordo de contrapartidas do Casino de Lisboa foi alterado, tendo o Pavilhão Carlos Lopes ficado fora do citado acordo; -----

----- 2. O CDS-PP não é contra a existência de um equipamento cultural na friteira construção dos terrenos da antiga Feira Popular. No entanto, o PCP é demasiado vago na sua pretensão, não concretizando que tipo de equipamento pretende. Também na Carta de Equipamentos Culturais da CML não se observa a necessidade de nenhum equipamento cultural nessa zona da cidade pelo que o termo «obrigatoriedade» que consta na recomendação do PCP é manifestamente exagerado. Todavia, julgamos que o assunto deve ser estudado e merece reflexão. -----

----- Pelo Grupo Municipal, -----

----- João Diogo Moura” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, prosseguiu: -----

----- “Vamos passar, agora, à Recomendação n.º 2/76, apresentada pelo BE, sobre ‘Pela manutenção da gestão da CAF e da AAF na EB1 e Jardim de Infância das Laranjeiras’. -----

----- (A Recomendação n.º 2/76 fica anexada à presente ata como **anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 2/76**, ‘Pela manutenção da gestão da CAF e da AAF na EB1 e Jardim de Infância das Laranjeiras’, apresentada pelo BE. A Recomendação n.º 2/76 foi **rejeitada**, com os votos contra do PS e PNPN, abstenção do CDS-PP, 6IND e 4DM PS, votos a favor de PSD, PCP, BE, PEV, MPT e PAN. -----

----- Uma Declaração de Voto do PSD e do PS.” -----

----- (O Grupo Municipal do PSD não entregou posteriormente a respetiva Declaração de Voto) -----

----- (O Grupo Municipal do PS não entregou posteriormente a respetiva Declaração de Voto) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, prosseguiu: -----

----- “Vamos passar à Recomendação n.º 3/76, apresentada pelo PEV, ‘Pelo reforço de pessoal não docente habilitado e em número suficiente nas escolas’. -----

----- Peço desculpa, é a pedir com certeza a votação em separado? Ponto por ponto, é isso? -----

----- A terceira não é preciso. -----

----- Ok, vamos pôr à votação o Ponto n.º 1 desta recomendação que recomenda à Câmara que pugne pelo efetivo que fosse do pessoal não docente, por aí fora. -----

----- (A Recomendação n.º 3/76 fica anexada à presente ata como **anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 1 da Recomendação n.º 3/76**, '*Pelo reforço de pessoal não docente habilitado e em número suficiente nas escolas*', apresentada pelo PEV. O Ponto n.º 1 da Recomendação n.º 3/76 foi **aprovado por maioria**, com abstenção dos 6IND e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e PNP. -----

----- Vamos pôr à votação o Ponto n.º 2 que recomenda à Câmara que rejeite a contratação de militares na reserva. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 2 da Recomendação n.º 3/76**, '*Pelo reforço de pessoal não docente habilitado e em número suficiente nas escolas*', apresentada pelo PEV. O Ponto n.º 2 da Recomendação n.º 3/76 foi **aprovado por maioria**, com voto contra do PSD, abstenção de CDS-PP, 6IND e votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN e PNP. -----

----- O terceiro é uma simples situação de encaminhamento, mas vamos pô-lo à votação também, o encaminhamento desta deliberação. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 3 da Recomendação n.º 3/76**, '*Pelo reforço de pessoal não docente habilitado e em número suficiente nas escolas*', apresentada pelo PEV. O Ponto n.º 3 da Recomendação n.º 3/76 foi **aprovado por maioria**, com abstenção do PSD, 6IND e votos a favor de PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e PNP. -----

----- Posto isto, vamos passar à Recomendação n.º 4/76, apresentada pelo MPT, sobre '*Apoios a crianças com necessidades Educativas Especiais*'. -----

----- Chamo a atenção que houve uma retificação que eu vou passar a esclarecer aqui da Mesa e que me foi apresentada aqui na Mesa, na parte deliberativa da proposta eu vou dizer exatamente qual é a alteração. -----

----- No Ponto n.º 2 a alteração em vez de '*considere*' é '*continue a considerar*', portanto, esta é fácil. -----

----- No Ponto n.º 3 há aqui uma alteração da ordem das palavras, mas não há alteração profunda de conteúdo, o que passará a ficar será '*a Câmara Municipal de Lisboa promova atividades inclusivas durante as férias escolares e nos ATL's, que permitam incorporar crianças com necessidades educativas especiais, englobando apoios, terapias, bem como fomenta as mesmas junto das juntas de freguesia*'. É exatamente o mesmo conteúdo, mas foi para diferenciar a autonomia das juntas de freguesia, portanto, é uma melhoria de redação no sentido de diferenciar a autonomia das juntas de freguesia. -----

----- Portanto, não há dúvidas sobre esta alteração de redação?-----

----- Se não há eu vou pôr à votação a Recomendação n.º 4/76, sem desagregar pontos, vamos pô-la à votação toda junta com estas alterações que eu enunciei. -----

----- (A Recomendação n.º 4/76 fica anexada à presente ata como **anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 4/76**, '*Apoios a crianças com necessidades Educativas Especiais*', apresentada pelo MPT. A Recomendação n.º 4/76 foi **aprovada por maioria**, com abstenção dos 6IND e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNP e PAN. -----

----- Senhores Deputados terminámos o período das Declarações Políticas e vamos entrar agora na restante ordem de trabalhos.” -----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DOS PONTOS 3 E 4 DA PROPOSTA 398/CM/2015 – CONTRATO PROGRAMA 2015-2017 COM A GEBALIS – GESTÃO DO ARRENDAMENTO SOCIAL EM BAIROS MUNICIPAIS DE LISBOA, E.M., S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO Nº 2 DO ARTIGO 25º, DO Nº 2 DO ARTIGO 26º, DO Nº 3 DO ARTIGO 32º, DA ALÍNEA a) DO Nº 1 DO ARTIGO 42º E DOS N.ºs 1 E 5 DO ARTIGO 47º, TODOS DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO; DO Nº 1 DO ARTIGO 62º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, APLICÁVEL POR FORÇA DO ARTIGO 4º DO MESMO DIPLOMA; DA ALÍNEA n) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; DOS ARTIGOS 65º e 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS; DA ALÍNEA c) DO ARTIGO 20º E ALÍNEAS a) E b) DO ARTIGO 24º DOS ESTATUTOS DA GEBALIS EM VIGOR; E DA ALÍNEA c), DO Nº 1, DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; (2XGRELHA BASE - 68MINUTOS);**-----

----- (A Proposta 398/CM/2015 fica anexada à presente ata como anexo VI, e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer Conjunto da 1ª e 3ª Comissões, relativo à Proposta 398/CM/2015, fica anexado à presente Ata como anexo VII, e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Temos o Ponto da ordem de trabalhos, é o contrato programa com a Gebalis.-----

----- A Mesa recorda que este contrato-programa inclui um conjunto de obras e, nomeadamente, uma obra que esta Assembleia recomendou que fosse rapidamente aprovada pela Câmara na sequência da Petição do Lote 541 do Bairro do Condado. Apenas para lembrar que tomámos essa decisão. -----

----- Vamos então apreciar os Pontos 3 e 4 da Proposta 598/CM/2015, ‘Contrato-programa com a Gebalis’. A Senhora Vereadora pede a palavra para fazer uma apresentação da proposta e tem a palavra naturalmente.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde a todas e a todos os Senhores Deputados e Deputadas. -----

----- Esta proposta foi já discutida parcialmente aquando do nosso pronúncio, nosso Assembleia Municipal e o meu, aquando da resposta à petição dos moradores do Lote 561 do Bairro do Condado e também teve a sua apresentação à 3ª Comissão na semana passada, a quem eu agradeço pela célere reunião e também o agendamento da proposta hoje.-----

----- Foi distribuída a proposta com os documentos de consulta que a Assembleia municipal também disponibilizou aos Senhores Deputados.-----

----- Portanto, eu sumariamente o que gostaria de dizer e que reforçando já o que disse anteriormente. Estes 21 bairros em que nos propomos a intervir agora entre 2015 e 2017, vão beneficiar um universo de 43 mil habitantes e incidir na sua reabilitação em áreas generalistas como intervenção em empenas, intervenção em coberturas, intervenção em zonas comuns, em substituição de janelas quando assim for necessário, em intervenções, nomeadamente de fecho de escadas com correção a erros de projeto ou/e erros de construção e uma intervenção concertada de arte urbana com as populações residentes e com a GAU, com a Galeria de Arte Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de precaver vandalismos futuros e esta ação é resultante de experiências positivas que nós já temos tido ao longo do tempo, naquilo que é a prevenção de vandalismo quando fazemos a intervenção e estas intervenções são concertadas com a população residente. -----

----- Dizer-vos também que destas intervenções nas zonas comuns, portanto, empenas, fachadas e coberturas, o âmbito de intervenção serão beneficiados 15448 fogos, sendo que alguns desses 15448 fogos são fogos também que já não são propriedade municipal. Portanto, em alguns bairros municipais há alguns fogos que já forma alienados aos próprios e, portanto, não é por essa razão que essas pessoas deixarão também de beneficiar desta intervenção. Naturalmente, nas situações em que há condomínio constituído e em que há situação de alienação, há participação na permissão de cada um dos moradores. Agora temos a consciência que não faz sentido excluir as pessoas deste processo, as pessoas proprietárias deste processo. -----

----- Nós agrupámos, só para terem uma ideia, este contrato-programa tem um valor global de 25 milhões, sendo que 22,8 milhões são para as partes ditas comuns e o remanescente são para intervenção e reabilitação de fogos devolutos nestes...e intervenção também em condomínios onde a Gebalis responde pela sua permissão no universo dos bairros municipais. -----

----- Atalhando, nós fizemos uma, só para os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas perceberem, destes 21 bairros agrupámos em quatro grandes grupos se quisermos, três bairros terão uma intervenção superior a 2 milhões, cinco bairros terão uma intervenção entre 1 e 2 milhões, 11 bairros terão entre 500 mil euros e 1 milhão de euros e dois bairros com um valor estipulado até 500 mil euros. Portanto, isto só para terem a noção da distribuição daquilo que vos é pedido de aprovação, hoje aqui em reunião. -----

----- A razão pela qual são 25 milhões de euros e repartido desta forma pelos três anos, naturalmente corresponde à capacidade de execução da empresa não pondo em causa a saúde financeira da empresa, mas também é aquilo que o instrumento financeiro que nós utilizamos, isto é, subsídio à exploração, permite de transferência de valor, portanto, é o teto que permite de transferência de valor para a Gebalis ao abrigo da Lei 75. -----

----- Portanto, grosso modo são estas as intervenções. Há bairros que não têm intervenção há muito tempo, portanto, há bairros que há mais de 30 anos não têm intervenção e que nós entendemos que com esta ação estamos a suprir um passivo que se tivéssemos feito uma intervenção sistematizada se calhar não estaríamos nesta

situação. Estamos perante ela, entendemos que estavam reunidas as condições para fazer este programa que é ambicioso sim, mas que é possível de concretizar e, portanto, aquilo que eu peço aos Senhores e Senhoras Deputadas é naturalmente a aprovação desta proposta para também respondendo às questões que foram postas pelas vossas várias forças políticas, o mais rapidamente possamos ir para o terreno fazer as intervenções.-----

----- Gostava também de deixar claro que o acompanhamento desta Assembleia, não só através da 3ª Comissão mas de todas as forças políticas presentes nesta Assembleia, serão bem-vindas e poderão ser acordadas com a Câmara e com a Gebalis, com a empresa, naquilo que é o acompanhamento no terreno. Eu gostaria muito de ver os Senhores e as Senhoras Deputadas a irem ao terreno ver como é que estas obras evoluem, tendo em conta naturalmente as necessidades de segurança e de bom funcionamento da obra, mas teria muito prazer em ver os Senhores e Senhoras Deputadas no terreno a acompanharem este processo.-----

----- E neste momento é aquilo que me apraz dizer Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora.-----

----- Senhores Deputados eu queria perguntar agora à Senhora Deputada Relatora, não a vejo à Senhora Deputada Patrocínia César. Está aqui, não a via, para fazer uma apresentação sumária o relatório, faça favor.-----

----- Queria dizer aos Senhores Deputados que há uma recomendação que estava contida no Parecer e que eu autonomizei, como temos vindo a fazer, para facilitar depois o envio às entidades a quem tem que ser enviada e que será a Recomendação 6/76.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrocínia César (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores, caros funcionários, público em geral, comunicação social presente.-----

----- Na sequência da entrada na Assembleia Municipal da Proposta n.º 398/CM/2015 e da sua remessa à 1ª e 3ª Comissão, concluiu-se que se encontra verificada a competência do órgão Executivo para apresentação da proposta e do órgão deliberativo para sobre ela decidir nos pontos 3 e 4.-----

----- A minuta do contrato-programa respeita o regime jurídico legalmente aplicável e a programação financeira respeitante às intervenções de reabilitação, conservação e beneficiação.-----

----- Encontra-se assim em nosso entender em condições de ser votada e debatida.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigadão Senhora Deputada, sobretudo pelo seu poder de síntese que foi notável.-----

----- E vamos então agora dar a palavra aos Senhores Deputados que se inscreveram para falar sobre esta matéria.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A CML é provavelmente o maior senhorio da cidade, possuindo cerca de 70 bairros municipais que englobam cerca de 30 mil habitações, das quais cerca de 8 mil já foram alienadas em programas anteriores. -----

----- Face ao exposto, reunimos hoje nesta Assembleia para discutir a Proposta 398/CM/2015 que visa apreciar a alteração ao Plano de Atividades e orçamento de 2015, bem como aprovar o contrato-programa 2015/2017 e sobre o qual o MPT pretende tecer algumas considerações. -----

----- O contrato-programa supracitado abrange intervenções em 21 dos bairros de propriedade municipal, o que corresponde a cerca de 15 mil habitações, beneficiando assim aproximadamente 43 mil habitantes. -----

----- No nosso entender a proposta peca por ser tardia, à qual se alia o facto de falta de investimento nos últimos anos neste sector. É lamentável que muito dos imóveis municipais cheguem a um estado de conservação deplorável, colocando em causa as condições de habitabilidade, aliás, no passado dia 23 de Junho foi discutido nesta casa uma petição sobre o estado de conservação do Lote 561 da Avenida João Paulo II. Pela ocasião o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marvila teve oportunidade de comunicar que teve oportunidade de visitar o imóvel na companhia da Senhora Vereadora da Habitação e, que a mesma tinha afirmado que não tinha consciência, nem conhecimento de que o imóvel estava em tão mau estado de preservação. Para o MPT esta afirmação demonstra a falta de conhecimento do real estado de manutenção dos imóveis camarários, o que condiciona a uma maior parte das vezes a uma intervenção atempada como forma de precaver as tão e cada vez mais usuais intervenções profundas, cujo investimento é bastante superior e conseqüentemente mais moroso, devido às tramitações legais ligadas à contratação pública. -----

----- Terminamos esta intervenção saudando esta iniciativa, que reiteramos ser tardia, esperando que a Câmara esteja mais atenta ao estado dos seus imóveis, uma vez que a presente proposta apenas inclui a requalificação de parte do parque habitacional municipal, ficando de fora cerca de 50 bairros municipais que com certeza necessitam de manutenção e conservação também.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos a apreciar a Proposta 398/CM/2015, contrato-programa de intervenção e 21 bairros sociais dos 70 existentes, num valor de 25 milhões. -----

----- Queríamos aqui dizer, em primeiro lugar, que esta proposta foi-nos apresentada também na 1ª Comissão pelo Presidente da Gebalis com o Senhor Vereador das Finanças e, que também tomámos conta e anotámos aquilo que nos foi apresentado para a intervenção nesses bairros. -----

----- No entanto gostaríamos de colocar algumas questões. -----

----- No fundo todos nós vimos como é que estava a situação do Bairro do Condado. Já foi aqui dito que dos 21 para 70 bairros falta muita coisa ser feita, no entanto, e também há muito maior...quer dizer nós consideramos que é necessário uma maior profundidade nesta intervenção, nas obras que vão ser feitas. E porque há exemplos de degradação avançada de edificados como nos bairros da Cruz Vermelha e do Casalinho da Ajuda, que uma operação de mera limpeza que nada resolve, sobretudo quando nesses bairros, alguns desses bairros como é o caso da Cruz Vermelha, a degradação é tão avançada que há prédios de 3 andares sem casas-de-banho. Ou seja, no Século XXI ainda há pessoas a fazerem as suas necessidades em baldes.-----

----- A degradação é tão avançada que os próprios moradores chamam àquela zona do bairro 'Sarajevo'. Então temos que pugnar porque então o programa não é mais abrangente, não é mais largado? Porque é que não é atribuído mais verbas? Por exemplo, na SRU, no caso dos contratos-programa, se for necessário nós interpelamos ali o Senhor Vereador das Finanças porque é que ele dá 31 milhões para a SRU e só dá 25 milhões para este contrato-programa?-----

----- Pois, quer dizer, porque a situação está em tal degradação, como disse a Senhora Vereadora na apresentação. Há situações em que há 30 anos que não há intervenção nos bairros, que é necessário, porque este programa como foi dito agora, é um programa que é tardio, é insuficiente e estamos numa situação em que é preciso ver que estamos numa situação de crise, de pobreza que atingiu as famílias e o desespero e a aflição das pessoas que aqui veem. Todas as intervenções do público, muitas delas, são baseadas para vir aqui pedir uma casa, quer dizer e a situação é desesperante.-----

----- Quer dizer, é preciso então e uma das questões que eu gostava de perguntar à Senhora a Vereadora, é quantas casas por ano é que vão pedir á CML? Quantas é que são atribuídas? É um balanço importante que era bom ser feito, para ver que esta intervenção há muito que já devia ter sido feita e que era importante vermos.-----

----- Por outro lado parece-nos também que é necessário alterar os regulamentos de atribuição de habitações. Aquelas pontuações que são dadas, como foram aqui também já exemplificadas por vários públicos, e que, é preciso atribuir de forma muito mais célere o problema das casas.-----

----- Por outro lado queremos reafirmar aqui, aliás, a Senhora Vereadora acho que sabe disso, a nossa oposição à continuação da venda de fogos. Sei que não é agora a política que está a ser colocada, mas a nossa oposição sempre foi de princípio. Isto são bairros sociais, é para pessoas que têm necessidades sociais e não é para venda, e depois o problema dos condomínios, as pessoas não têm dinheiro, são pobres e não podem pagar as obras, os elevadores, que são muito caros, mas a gente já sabe como é que é esta situação.-----

----- Por isso, os fogos sociais são para necessidades sociais, para responder a isso e, portanto, consideramos um apelo muito forte à Senhora Vereadora e ao Senhor Vereador das Finanças, ao Senhor Presidente da Câmara para que efetivamente ele alargue este contrato-programa a mais bairros sociais e tenha uma intervenção profunda e se veja se os 25 milhões chegam. Porque esse é um problema que a gente

viu como é que estava ali o Bairro do Condado e quer dizer, naqueles lotes todos seguidos aquela situação está muito complicada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em boa hora estamos hoje e aqui a discutir a proposta que visa uma alteração ao Plano de Atividades e Orçamento de 2015, aditamento Gebalis, gestão de arrendamento social em bairros municipais e aprovar o contrato-programa 2015/2017.

----- Digo em boa hora, pois a aprovação desta proposta em Câmara e na Assembleia, aqui na Assembleia no caso apenas do Ponto 3, a minuta do contrato-programa e o Ponto 4 a assunção do compromisso plurianual. Portanto, a aprovação desta proposta, dizia, permitirá ultrapassar uma situação de vários anos de não intervenção nestes bairros com a consequente degradação de edificado, como aliás, temos podido constatar por várias intervenções de moradores nesta Assembleia ou por visitas que temos realizado no terreno. -----

----- Os técnicos da Gebalis identificaram um conjunto de bairros e edifícios ou frações municipais que se reputam de intervenções prioritárias, a carecer de trabalhos para melhorar as condições de vida, segurança, saúde pública, conforto, em suma, qualidade de vida.-----

----- A Gebalis é uma empresa municipal e tal como referenciado na proposta, a sua gestão deve articular-se com os objetivos perseguidos pelo Município, visando a promoção do desenvolvimento local e a coesão social. Para o cumprimento desses objetivos é absolutamente necessário uma intervenção urgente nos casos detetados como mais graves para posteriormente se poder passar, como também foi dito ainda há bocado aqui pela Senhora Vereadora, para se poder passar a uma política de manutenção nestes bairros. -----

----- Neste sentido o PCP apoia e votará favoravelmente esta proposta. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrocínia César (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente antes de uma pequena análise sobre o contrato-programa não queria deixar de responder ao Deputado do BE, com todo o respeito, mas revela um grande mas um grande desconhecimento sobre a situação, pelo menos no que ao Bairro da Cruz Vermelha diz respeito. Uma sugestão, uma pequena sugestão. Estaremos todos sempre ao seu dispor para levá-lo ao local, é só pedir, marcar e faremos consigo uma viagem e tudo lhe mostraremos e nada ficará ocultado. -----

----- Posto isto, quero dizer...posso responder depois, agora não é oportuno...Quero agora passar à análise do contrato-programa a desenvolver com a Gebalis e, penso que, o contrato permite-nos a realização de 23 ações de reabilitação, num valor global estimado de 25 milhões que terá incidência em várias regiões e zonas territoriais da capital que vão desde o Bairro do Armador, Quinta do Cabrinha, Quinta dos Barros, Quinta dos Ourives, Bairro Padre Cruz. Penso que é de salientar ainda algo que há muito era pedido, que é a resposta que foi dada na Quinta do Condado, a recomendação aprovada pela AML a propósito da Petição 6/2015.-----

----- Eu penso que a situação não é a ideal, mas penso também e relembro o Senhor Deputado, que este parecer foi aprovado por unanimidade. Eu não o vi em Comissão, nem na 1ª nem em 3ª, qualquer Deputado ter levantado a mínima, mas a mínima dúvida ou sequer dado alguma sugestão, não vi. Não vi o Senhor Deputado Casimiro em plena Comissão levantar dúvidas ou dar sugestões, estranho o que agora o faça em Plenário, teve todo o tempo para as poder dar, para colaborar, não vejo. Mas poderá dar se ainda quiser, estamos sempre a tempo de poder introduzir algo que vá beneficiar uma proposta.-----

----- Penso que só teremos a ganhar, a Capital, se todo este contrato-programa for aprovado. Tudo me leva a crer que sim, uma vez que em duas comissões foi aprovado por unanimidade.-----

----- É tudo o que de momento me oferece dizer.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nós naturalmente que iremos votar favoravelmente este contrato-programa, mas não queremos deixar de dizer que ele é um bocado tardio, porque de facto o estado a que chegaram os edifícios propriedade do Município na cidade de Lisboa, nos bairros. Bairros que são geridos pela Gebalis são de alguma forma bastante degradantes, ao ponto de nós termos aqui a petição, como sabe, a Petição n.º 6/2015 que nos demonstrou que aquele edifício no Bairro do Condado estava num estado em que nós tivemos oportunidade de ver através das fotografias que nos foram apresentadas.-----

----- Isto é uma situação que não deve voltar a acontecer e, se este contrato-programa permitir que se desenvolvam o mais rapidamente possível, obras que venham colmatar estas e outras falhas e se de futuro toda a degradação que é continuada porque as coisas não se mantêm permanentemente em bom estado e hoje os edifícios que podem não estar em situação degradada, podem amanhã estar. E é preciso ter uma vigilância e um cuidado permanente sobre isso, para que de facto as pessoas tenham uma vida condigna e não lhes aconteça aquilo que nós às vezes aqui verificamos com as queixas dos moradores.-----

----- Por isso eu pessoalmente e em nome do PSD digo que votaremos favoravelmente e fazemos um desejo que a Senhora Vereadora tenha muita força e a Gebalis obviamente, muita força e empenho para que de facto os nossos bairros municipais sejam dignos de nós próprios e de quem os habita.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados esgotaram-se as intervenções e agora a Senhora Vereadora tem a palavra para responder.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Muito sucintamente eu agradecendo as observações e críticas, naturalmente, de todas as forças políticas, eu vou-me centrar na resposta às questões ou algumas das questões que o Deputado Casimiro do BE colocou.-----

----- Eu tenho muita pena e, digo-lhe do fundo do coração, tenho muita pena que o BE não tenha estado presente na 3ª Comissão...pois é Senhor Deputado, esteve na primeira, mas na 3ª Comissão que é a comissão que trata das questões de habitação, das questões de habitação, o BE não esteve presente e algumas das questões que colocou, não só foram discutidas exaustivamente como respondidas, mas eu vou responder. -----

----- Mas tive pena, eu estou a dizer-lhe de coração, tive muita pena de coração que o BE não tenha estado presente na 3ª Comissão, porque algumas das questões que colocou, inclusive de política de habitação, foram discutidas e tenho pena que não tenha estado. -----

----- A comissão para discutir questões de habitação é naturalmente a 3ª Comissão e não a 1ª, sem desprimor para o trabalho que foi feito em relação ao instrumento financeira apresentado na 1ª Comissão, mas tenho pena. Não obstante isso em relação às questões mais macro de política de habitação, o BE fez um requerimento à CML, a mim e, portanto, será respondido e garanto-lhe que será respondido antes do final do período de trabalho da Assembleia Municipal. Portanto, em relação a isso será respondido com todo o rigor às perguntas que me colocou. -----

----- Em relação à alienação vamos, teremos e vamos ter essa discussão em Setembro quando reabrirmos os nossos trabalhos e eu até estou de acordo com algumas das posições do BE, não estando na sua totalidade. -----

----- Em relação à Cruz Vermelha a Deputada Patrocínia César já lhe respondeu. A situação da Cruz Vermelha requer uma intervenção muito mais, eu diria, de uma solução muito mais definitiva de facto. E muito mais definitiva no seu todo, não é só na intervenção naquilo que tem a ver com os espaços comuns, as acessibilidades e a segurança nos lotes, precisa de uma intervenção muito mais definitiva. E essa intervenção definitiva pode passar por outras opções que não seja a reabilitação daqueles edifícios, é isso que nós estamos a estudar. -----

----- Em relação à falta de casa de banho, eu gostaria de ir com o Senhor Deputado ver onde é que há edifícios onde a casa de banho não existe, não é onde a casa de banho esteja degradada ou vandalizada e não possa ser utilizada que são coisas diferentes. Agora, onde de raiz aqueles prédios não tenham casa de banho, eu gostava de ir consigo ver onde é que na Cruz Vermelha não há instalações sanitárias, que são coisas diferentes. -----

----- Em relação à intervenção mais profunda daquilo que é preconizado aqui, eu volto a dizer, convido todos os Senhores e as Senhoras Deputadas a acompanharem este processo mais amiúde para estarem no terreno connosco, para verem que intervenções é que nós vamos fazer. Não me parece que intervenções, ainda que sejam aquelas com valor mais baixo de 500 mil euros, possam ser identificadas como intervenções de cosmética. -----

----- Em relação à relação do valor, eu isso acho que foi explicado na comissão em que o Senhor Deputado esteve, mas eu volto a explicar, o instrumento financeiro utilizado é o subsídio à exploração. O subsídio à exploração tem regras e as regras, Senhor Deputado, são a Câmara não pode transferir e, corrija-me se eu estiver errada

Senhor Vereador das Finanças, a Câmara não pode transferir para a Gebalis mais do que 50% por este instrumento, mais do que 50% daquilo que são as suas receitas. Como se saberá as receitas da Gebalis não serão as receitas, provavelmente, da SRU e as receitas da Gebalis têm vindo a descer Senhor Deputado e têm vindo a descer, e também saberá e estará solidário comigo nesta apreciação, têm vindo a descer porque o grosso das receitas da Gebalis são as receitas que as pessoas pagam. -----

----- E a Gebalis tem feito redução do seu valor de renda cobrada, por redução dos rendimentos das famílias, as famílias têm vindo a perder rendimentos, rendimentos resultantes do seu trabalho e rendimentos resultantes daquilo que são as prestações sociais, tem havido cortes nas prestações sociais, e tem havido cortes nos salários, e tem havido situação de desemprego e, isso naturalmente reflete-se nas rendas que as pessoas pagam, porque a CML adequa as rendas à situação de quando há redução de *income*, portanto, redução de receita dos rendimentos dos agregados. -----

----- E portanto, naturalmente isto... não há milagres, tenha a certeza que não há milagres, isto é, se a Gebalis reduz as suas receitas por via de fazer um trabalho de intervenção social que é adequar as suas rendas dos seus inquilinos aos seus rendimentos, naturalmente o valor que o instrumento financeiro nos permite é este. Aquilo que eu expliquei e o Senhor Vereador das Finanças pode explicar-lhe de novo, é 25 milhões, é o valor limite que nós temos dentro daquilo que são os instrumentos legais para poder transferir para a Gebalis. -----

----- Não quer dizer, que a Gebalis dentro das suas competências e do seu orçamento não vá continuar a assegurar a manutenção ordinária e aqui respondo também ao MPT, não vá continuar a assegurar ordinária noutros bairros municipais para além destes 21. -----

----- Estes 21 bairros foram aqueles que com os critérios que estão presentes nos documentos anexos à proposta, quer os técnicos da Gebalis, quer fazendo a análise das reclamações dos inquilinos, a equipa chegou à conclusão que são os mais prioritários de intervenção, naquilo que tem a ver com a amortização de um passivo de não intervenção Senhor Deputado. Não quer dizer que os outros bairros não continuem a ter intervenção de manutenção que é assegurada também pela Gebalis. ----

----- Por outro lado queria deixá-lo tranquilo noutra coisa e também farei essa visita consigo, é que há bairros municipais que felizmente não têm um estado de degradação tão grande como estes e, portanto, felizmente não precisam de uma intervenção tão profunda. -----

----- É só isto, obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rapidamente só para dizer que de facto este contrato-programa para nós tem um significado muito especial, porque ele de alguma maneira assume, eu diria que de uma forma muito perentória, que o nosso sistema de habitação social é um sistema deficitário e que precisa de subsidio à exploração. Ou seja, a lei, tal como o sistema de habitação social está construído, toda a construção financeira implica que a

Câmara invista no sistema de habitação social porque por si só, com as receitas que advém do arrendamento ele não é sustentável. -----

----- Portanto, no fundo nós trazemos aqui essa realidade, que é uma realidade que tem andado um bocadinho atirada para baixo do tapete nos últimos anos, eu diria, e que nós fomos recuperar ao longo dos últimos anos e que agora lhe damos uma expressão clara e uma, digamos, orientação clara política de que para manter o edificado destinado à habitação nesta cidade, da propriedade do Município é necessário que o Município invista todos os anos. E agora estamos a fazer um esforço suplementar, como eu disse, para recuperar todo um passivo sobre esta matéria para que o sistema de habitação seja sustentável e se mantenha em condições ótimas de habitabilidade. ---

----- Este investimento evidentemente resulta de orientações políticas muito claras do Município que vão ser reforçadas ao longo dos próximos anos. Isso implica uma maior responsabilização das empresas municipais e, portanto, de todo o universo municipal das empresas municipais e do próprio Município na forma como se relaciona com as suas empresas e também monitorização do ponto de vista da operacionalidade, mas também do ponto de vista financeiro da saúde do Município. ---

----- Portanto, o que eu vos posso assegurar é que nos próximos anos manteremos, apesar de todos estes investimentos e todo este esforço quer do Município quer das empresas, vamos manter monitorizadas as empresas e esta relação de forma a que tudo se mantenha sustentável e no respeito pela lei. Como a Vereadora disse esse esforço é um esforço que vai aos limites daquilo que é a possibilidade que o atual sistema de funcionamento das empresas municipais nos permite e, portanto, será também ele monitorizado, porque qualquer derrapagem nas receitas da própria Gebalis, nas receitas próprias que advém do arrendamento, terá que merecer um ajustamento também no próprio subsídio à exploração. -----

----- Mas eu não queria terminar sem salientar que a unanimidade que de alguma maneira esta proposta suscita na Assembleia. Por um lado dos partidos de esquerda que a questão mais saliente que apresentaram foi que é tarde, que de facto é pouco, mas como expliquei dificilmente conseguiríamos ir mais longe nesta fase e, portanto, de alguma maneira estamos completamente alinhados e eu espero que isso se traduza de facto num apoio inequívoco também na hora de votar. E a direita, que do meu ponto de vista já menos genuinamente apoia uma iniciativa deste género, até porque é esta direita... não fiquem incomodados, só estou a tentar expressar a minha ideia... é esta direita, a mesma direita que aqui se mostra muito preocupada e que se mostra muito preocupada quer com o tardio, quer com o escasso do investimento, é a mesma direita que levou nos últimos anos as políticas de austeridade para além da Troika e é a mesma direita que tem as pessoas, grande parte destas pessoas que estão nestes bairros, é esta mesma direita que contribuiu para o seu desemprego.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Oh Senhores Deputados o Senhor Vereador está a falar em tempo cedido pelo PS, eu peço que o deixem terminar depois se alguém quiser reagir, façam favor, a Mesa toma a devida nota.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra prosseguiu a intervenção:-----

----- “É esta mesma direita que está tão preocupada com a situação da habitação social em Lisboa, que com as suas políticas para além da Troika desemprega as pessoas, que as empobrece e que lhes tira a esperança no futuro, portanto, para mim esta demagogia da direita sobre as questões sociais e a sua preocupação, não faz qualquer eco. -----

Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Vereador João Paulo Saraiva é recorrente neste tipo de intervenções. De facto ele transforma aquilo que é pacífico em coisas que deixam de o ser, quando mistura alhos com bugalhos, quando mistura situações que nos dizem a nós respeito com outras situações de política geral de Governo. Cada um poderá ter a sua opinião, naturalmente que não é unanime, mas que não têm nada a ver com estes problemas, não têm nada a ver com estes problemas e, se têm, se vamos buscar à raiz dos mesmos, se calhar temos que recuar muito tempo. -----

----- Eu acredito que o Senhor Vereador queira fazer alguma figura junto do PS, agora, eu acredito que tenha esse interesse e essa necessidade de manifestar a sua posição perante o PS para poder mais tarde lhe gratificar, mas de facto é completamente desajustado, era uma situação que estava pacífica. Nós estamos perfeitamente de acordo, de acordo que a Gebalis veja reforçado os seus meios para ocorrer às necessidades que são da sua responsabilidade para que as populações tenham melhor habitação e mais habitação condigna. Naturalmente que nos custa muito a nós porque todos os Portugueses sofreram, também nós, que as políticas de austeridade que este País foi obrigado por força daqueles a quem o Senhor Vereador quer agora fazer alguma flor, por força desses, também eu digo, por força desses que nos levaram àquilo que levaram. E se calhar, se não tivermos juízo volta-nos a levar outra vez.-----

----- Portanto, Senhor Vereador contenha-se naquilo que diz respeito àquilo que é a sua responsabilidade e responsabilidade desta Assembleia e da Câmara. E em vez de louvar a unanimidade desta situação, que de facto prova que todos nós estamos preocupados com aqueles que têm mais dificuldades nesta cidade de Lisboa e, todos estão preocupados de superar da forma que for possível essas mesmas dificuldades, o Senhor vem agora com essas aleivosias, que são só aleivosias relativamente a esta matéria.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados vamos prosseguir. -----

----- Estão encerradas neste momento as inscrições, a Mesa vai pôr à votação.-----

----- Atenção Senhores Deputados estamos na Proposta 398/CM/2015 da CML, são apenas os Pontos 3 e 4 que são da competência desta Assembleia, que tem a ver com o

contrato-programa e com a repartição de encargos, os outros pontos já foram aprovados pela Câmara.-----

----- A Mesa vai pôr à votação os **Pontos n.º 3 e 4 da Proposta n.º 398/CM/2015, ‘Contrato-programa com a Gebalis’**, apresentada pela CML. Os Pontos n.º 3 e 4 da Proposta n.º 398/CM/2015 foram **aprovados por maioria**, com abstenção de BE, CDS-PP e votos a favor de PS, PSD, PCP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.-----

----- Vamos agora pôr à vossa consideração a Recomendação apresentada pela 1ª e 3ª Comissão Permanente, sobre esta matéria e que têm a ver com o acompanhamento pela Assembleia da execução deste contrato-programa. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 6/76, ‘Acompanhamento da execução do contrato-programa com a Gebalis’**, apresentada pela 1ª e 3ª Comissão Permanente. A Recomendação n.º 6/76 foi **aprovada por maioria**, com abstenção de MPT e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 6IND. -----

----- Senhores Deputados terminámos este ponto e vamos passar agora a um outro contrato-programa.” -----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DOS PONTOS 4 E 5 DA PROPOSTA 397/CM/2015 – CONTRATO PROGRAMA COM A SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, SA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 25º, DO N.º2 DO ARTIGO 26º, DO N.º3 DO ARTIGO 32º, DA ALÍNEA A) DO N.º1 DO ARTIGO 42º, DOS N.º 1 E 5 DO ARTIGO 47º, TODOS DA LEI N.º50/2012, DE 31 DE AGOSTO; DO N.º1 DO ARTIGO 62º DO DECRETO-LEI N.º133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, APLICÁVEL POR FORÇA DO ARTIGO 4º DO MESMO DIPLOMA; DO ARTIGO 75º DO REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA; DA ALÍNEA N) DO N.º1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS APROVADO PELA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; DOS ARTIGOS 65º E 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES; DO ARTIGO 26º DOS ESTATUTOS DA SRU EM VIGOR; E DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; 2 X GRELHA BASE – 68 MINUTOS; APRECIACÃO E VOTACÃO DO PARECER DA 1ª E 3ª COMISSÕES PERMANENTES.** -----

----- (A Proposta 397/CM/2015 fica anexada à presente Ata como **anexo VIII**, e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer Conjunto da 1ª e 3ª Comissões, relativo à Proposta 397/CM/2015, fica anexado à presente Ata como **anexo IX**, e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Contrato-programa com a SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA, e pergunto à Câmara que m é que faz a apresentação da proposta?-----

----- É o Senhor Vereador Manuel Salgado. Muito bem, então vamos ouvir a apresentação da proposta.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra apresentou a Proposta 397/CM/2015:-----

----- “A proposta em causa consiste na celebração de um contrato-programa entre o Município de Lisboa e a Sociedade de Reabilitação Urbana, designada por SRU, que tem o estatuto de empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional. -----

----- O bom trabalho desenvolvido pela SRU desde a sua fundação levou a que a CML entendesse que fazia sentido alargar a área de intervenção da SRU e neste momento adjudicar-lhe, entre aspas, ou transferir-lhe a responsabilidade para a execução de um conjunto de projetos. Projetos estes que ou foram elaborados pelo Município, ou no caso em que não foram elaborados pelo Município, terão que ser aprovados pelo Município. -----

----- Projetos e obras que terão que ser acompanhados pelo Município e que se traduzem em nove edifícios de serviços, um museu, uma biblioteca, seis escolas e um posto de segurança avançado e oito espaços públicos, entre praças e ruas. O montante total da verba que está prevista transferir é de 33,9 milhões de euros, a serem investidos durante 3 anos de acordo com um escalonamento que consta do próprio contrato-programa, nos termos do contrato-programa. -----

----- O contrato-programa estabelece também objetivos sectoriais a promover durante esta operação de reabilitação urbana e acompanhar, portanto, que permitem tanto a Assembleia como à CML, irem acompanhando a forma de atuação da SRU e o cumprimento deste contrato-programa. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados o relatório é um Parecer conjunto da 1ª e 3ª Comissão Permanentes, a relatora é a Senhora Deputada Municipal Irene Lopes a quem eu peço para fazer uma apresentação sucinta. -----

----- Aproveito para informar que também neste parecer está contida uma recomendação que foi autonomizada e que é a Recomendação n.º 5/76, no mesmo sentido de caso a proposta seja aprovada ser recomendado o acompanhamento pela Assembleia da execução da proposta” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)** no uso da palavra como Relatora, apresentou o Relatório da 1ª e 3ª Comissão Permanente: -----

----- “A 1ª e a 3ª Comissão apresentaram um parecer conjunto, do qual eu passo a ler as principais conclusões. -----

----- Por considerar que os bons resultados alcançados pela SRU, na sua atividade, justificam o aproveitamento e a rentabilização da sua estrutura no apoio ao Município de Lisboa na execução de operações de reabilitação na cidade, a CML deliberou aprovar um aditamento ao Plano de Atividades para 2015 da SRU, para realização de dezassete intervenções de reabilitação urbana de edifícios e espaços públicos e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, para este efeito, um contrato-programa, com a finalidade de dotar a SRU dos recursos financeiros necessários para tal, com a previsão de repartição anual de encargos. -----

----- O Contrato Programa visa dotar a SRU com os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do referido aditamento ao plano de atividades, tem

comparticipação pública por parte da CML no valor de 33 milhões e 900 mil euros, tem enquadramento orçamental, está inscrito no plano e tem cabimento orçamental. ---

----- O Fiscal Único da SRU também emitiu parecer favorável sobre a celebração do Contrato Programa, considerando que o valor das indemnizações compensatórias, a receber pela SRU, estão adequadamente calculados e decorrem dos termos do contrato-programa.-----

----- A apreciação da Proposta também cumpriu os prazos fixados. -----

----- E por tudo isto concluiu-se que a proposta está, cumpridos os prazos regimentais aplicáveis, em condições de ser discutida e votada em sessão plenária na Assembleia Municipal, e portanto, os Grupos Municipais à semelhança do que é habitual, reservam para Plenário a expressão do seu sentido de voto. -----

----- Como a Senhora Presidente já disse, portanto, foi também aprovado na reunião conjunta das duas comissões uma recomendação, no sentido que a CML deveria remeter à Assembleia informação sobre a avaliação da execução do contrato-programa produzido nos termos definidos no anexo c do referido contrato.-----

----- Eu também estou inscrita para intervenção, se calhar posso fazer já?” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, em nome do PS agora apresento a intervenção. -----

----- A SRU é uma empresa muito pequena com uma gestão orientada por uma forte contenção de custos e por uma atuação que tem sido unanimemente considerada muito competente, nomeadamente nas áreas da reabilitação do espaço público e da reabilitação de edifícios. -----

----- O Grupo Municipal do PS considera muito positivo o contrato-programa em apreciação que visa dotar a SRU com os recursos financeiros para levar a cabo um conjunto de 17 operações de reabilitação urbana de edifícios e espaços públicos, na sequência do alargamento da sua área de intervenção a toda a área de reabilitação urbana da cidade. Destas 17 operações, 13 situam-se na zona Oriental de Lisboa, as restantes 4 dizem respeito ao edifício do MUDE, ao Posto de Segurança Avançado do Martim Moniz e a duas escolas do ensino básico do Agrupamento Escolar Nuno Gonçalves. -----

----- Este contrato-programa permite desmultiplicar a capacidade de execução do programa de investimentos, extremamente ambicioso do Município, na área da reabilitação urbana neste mandato Trata-se de aproveitar a experiência e bons resultados alcançados pela SRU, para encarregar esta empresa de lançar a empreitada, gerir e fiscalizar obras de acordo com o caderno de encargos previamente definidos pela CML e na maior parte dos casos com projetos da própria Câmara. -----

----- O Grupo Municipal do PS regozija-se pela disponibilidade manifestada pela CML, para aprofundar todos os mecanismos de monitorização, controle e acompanhamento de execução deste contrato-programa e, mais uma vez, felicita o Conselho de Administração e os trabalhadores e trabalhadoras da SRU, pelo bom trabalho que têm vindo a desenvolver na sua anterior área de reabilitação urbana e que

justifica este novo desafio que agora lhes foi lançado e ao qual certamente responderão com as elevadas eficácias e eficiências já demonstradas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos a analisar a Proposta nº 397/2015, ‘Contrato-programa com a SRU’, não só SRU Ocidental como foi já apresentado, na reabilitação urbana da cidade. -----

----- Esta proposta representa uma demissão completa por parte da Câmara de ter políticas de reabilitação urbana e não está aqui em causa o demérito da intervenção da SRU, o que está em causa é que a Câmara tem que ter instrumentos e políticas de reabilitação que intervenham no tecido urbano e a cidade seja repovoada. Uma empresa que assumam a política que pare a hemorragia de habitantes que Lisboa tem sofrido há mais de 3 décadas, em especial os mais jovens e os mais pobres. -----

----- Por isso, na nossa opinião e sempre apresentámos esta proposta, que devíamos ter uma nova visão sobre esta forma de habitação, de reabilitação, que era fundir a Gebalis e a SRU, visto que a EPUL já não existe, foi extinta, que assumisse a dinamização e a reabilitação urbana e do espaço público, passando o apoio social para a Câmara. -----

----- Temos vindo a defender ainda a necessidade de pôr em funcionamento um programa de reabilitação que a cidade precisa, um programa de reabilitação urbana de criação de uma bolsa para arrendamento municipal, um programa de reabilitação urbana que pudesse constituir uma alavanca para a economia, criadora de emprego, que seria levado a cabo por pequenas e médias empresas. -----

----- Com a crise, com a falta de soluções, o direito à habitação está em causa. Devia-se intervir no chamado mercado de arrendamento e constituir uma bolsa de arrendamento municipal, incluindo todas as casas desocupadas que tivessem intervenção pública. Hoje está em causa uma visão de habitação e a reabilitação para a cidade como nós a vemos, nós BE e, por isso, votamos contra esta proposta.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A proposta nº 397/CM/2015 que agora discutimos prevê submeter à aprovação desta Assembleia um contrato-programa a celebrar entre o Município e a SRU para a realização de um conjunto de intervenções em Lisboa, com particular incidência na zona Oriental da cidade. -----

----- «Os Verdes» entendem que estas intervenções deviam ser desenvolvidas pela Câmara Municipal de Lisboa, por se enquadrarem na esfera das suas competências próprias. -----

----- É sabido que, desde a criação de SRU`s em Lisboa, «Os Verdes» manifestaram a sua discordância relativamente às competências que lhe foram atribuídas pela Câmara, nomeadamente no domínio da gestão urbanística, de processos de licenciamentos e expropriações, lançamento de empreitadas e fiscalização de obras, bem como discordamos da sua existência jurídica. -----

----- O facto de se delegar estas competências próprias do município nas Sociedades de Reabilitação Urbana denota uma manifesta incapacidade do Executivo camarário

em concretizar os processos de reabilitação urbana que lhe cabem por lei. Portanto não se trata obviamente de pôr em causa o trabalho desenvolvido pelos técnicos desta empresa municipal, trata-se sim de uma questão de princípio, por sermos contra a existência de SRU's para procederem à reabilitação de edifícios e à reabilitação de espaços públicos na cidade de Lisboa, enquanto a Câmara se demite e desresponsabiliza das suas competências.-----

----- São estas as razões que nos farão votar contra a presente proposta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Começamos por cumprimentar a administração e os trabalhadores da SRU.-----

----- O PCP tem uma posição de princípio de fundo em relação a esta questão. Não nos parece razoável que a CML entregue nas mãos de outros, responsabilidades e competências que são camarárias. Sempre foi esta a nossa posição e sempre continuará a ser.-----

----- Em todo o caso deixamos mais uma vez bem claro que não está em causa o empenho, a entrega e a competência de quem nesta SRU trabalha e dá certamente o seu melhor. O que está em causa é a completa demissão da CML em relação às responsabilidades em termos de reabilitação urbana.-----

----- A reabilitação em detrimento de nova construção devia ser claramente uma prioridade para a CML e, devia ser esta Câmara a assumir na íntegra as suas responsabilidades.-----

----- Manifestamos a nossa oposição a que a SRU possa exercer gestão urbanística e proceder a licenciamentos, mas também manifestamos a nossa oposição a que a SRU possa expropriar ou adquirir património sem qualquer intervenção da CML.-----

----- É por esta oposição de fundo que a nós tanto sentido nos faz, em profunda consciência, votar contra esta proposta.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A SRU Ocidental, que agora já é Ocidental, é a SRU de toda a cidade, é a última sobrevivente das SRU's.-----

----- Todos nós recordamos, que havia ou houve durante muito tempo, alguma relutância em que estas sociedades de reabilitação urbana se desenvolvessem em Lisboa por várias razões. Mas de facto, o exemplo que a SRU Ocidental, então SRU Ocidental, demonstrou na execução das tarefas que lhe foram acometidas, foi de tal que justificou por si própria e impôs por si própria a necessidade de esta SRU se manter.-----

----- Aquilo que atualmente se pede com este contrato programa, é a extensão a um conjunto vasto de situações que necessitam de reabilitação urbana, para que seja responsável através da SRU.-----

----- Aquilo que nós gostaríamos, é de saber caso a caso quanto é que está previsto de intervenção em cada uma destas áreas, em cada um destes edifícios, em cada uma destas escolas.-----

----- De qualquer forma também temos a considerar, se como está proposto na recomendação da 1ª e da 3ª Comissão Permanente desta Assembleia, se for aceite, nomeadamente pelo Senhor Vereador Manuel Salgado aqui, que respeitará esta recomendação, ou seja, que haverá um acompanhamento de proximidade em relação ao desenvolvimento destas atividades de forma a que haja por parte desta Assembleia algum controle sobre esta matéria, o PSD naturalmente votará favoravelmente se esse compromisso for dado.-----

----- Também fazemos aqui um alerta, é que às vezes a passada é maior que a perna. Que de facto a SRU se organize, tenha as componentes necessárias para fazer fé a estas atividades, porque de facto eu não sei e isso é preciso que seja referido também, eu não sei se neste momento a SRU tem capacidade administrativa e técnica para desenvolver este conjunto enorme de responsabilidades em toda a cidade de Lisboa. Eu espero sinceramente que sim e julgo que sim, mas era conveniente que de alguma forma esse sossego nos fosse dado. Que a SRU tem capacidade administrativa e técnica para desenvolver estes projetos na cidade de Lisboa, naturalmente acompanhados pela Câmara e pela Assembleia Municipal.-----

----- Se o Senhor Vereador Manuel Salgado nos garantir aqui que esta recomendação da 1ª e 3ª Comissão é aceite pela Câmara, nós naturalmente votaremos favoravelmente. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos prosseguir, não temos mais oradores inscritos. Pergunto ao Senhor Vereador Manuel Salgado se quer agora intervir para responder às questões que forma colocadas?”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu queria começar por referir que no universo do Município de Lisboa, entre obras feitas diretamente pelo Município ou por empresas como a Gebalis, a SRU, o total de investimento que admitimos que possa ser feito nos próximos 3 anos é de cerca de 200 milhões de euros.-----

----- É um número absolutamente muito significativo quando comparado com aquilo que tem sido a capacidade de investimento do Município nos últimos. E é exatamente por esta razão que foi necessário organizar todo este programa de investimentos com vários intervenientes, descentralizando do lançamento de algumas obras e da sua fiscalização para empresas municipais, mas em estreita articulação com o Município.--

----- Eu chamo a atenção por exemplo que na SRU o Conselho de Administração da SRU é constituído por três membros, dos quais dois, um é o Diretor Municipal de Finanças e o outro é o Diretor Municipal do Urbanismo. E portanto, há uma estreita articulação entre o Município e as empresas municipais e aquilo que se passa, neste caso, são contratos-programa, realizar contratos-programa que transferem verbas para estas empresas com programas previamente definidos, com intervenções perfeitamente estabelecidas, com projetos na maior parte dos casos elaborados pelo

Município, quando não são elaborados pelo Município têm de ser aprovados pelo Município e com um acompanhamento permanente do Município.-----

----- Não tenho qualquer problema em aceitar a recomendação da Assembleia Municipal e penso que aquilo que foi adotado relativamente ao programa PIPARU, com relatórios periódicos que são entregues à Assembleia Municipal com a execução tanto física como financeira, são a forma adequada para responder áquilo que é proposto por esta Assembleia. -----

----- Portanto, era isto que eu queria dizer. Queria também descansar os Senhores Deputados Municipais tanto do PCP como do PEV, que não se trata neste caso de transferir competências, nem na área da gestão urbanística, nem de licenciamento urbanístico, nem de expropriação, nem de aquisição, nem de venda de propriedades. Trata-se única e exclusivamente de celebrar um contrato para a realização de investimentos na área da reabilitação urbana.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu não captei exatamente toda a sua intervenção, queria saber se o Senhor Vereador respondeu à questão colocada pelo Senhor Deputado Vítor Gonçalves?-----

----- Respondeu, muito obrigado.-----

----- O Senhor Vereador João Paulo Saraiva está-me a fazer sinal, tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu queria só complementar a intervenção do Manuel Salgado, reforçando aqui uma ideia que me parece que às vezes não fica clara nestas discussões. -----

----- É que quando nós estamos a falar do universo municipal e, portanto, estamos a falar do Município de Lisboa e dos seus serviços, estamos a falar da Gebalis, estamos a falar da SRU, estamos a falar da EGEAC, estamos a falar da EMEL, estamos a falar do universo municipal, não estamos a falar de uma entidade qualquer externa que é pilotada sabe-se lá como e por quem.-----

----- Estamos a falar de entidades que são detidas a 100% por este Município, é evidente que têm uma outra forma de organização, é evidente que têm uma outra forma de escrutínio, mas que nós também já deixámos claro, nomeadamente nos últimos meses. Mas desde há muitos anos a esta parte que numa forma crescente queremos que esse escrutínio e essa monitorização sejam reforçados, que todos possamos acompanhar essa atividade municipal, porque a sua atividade resulta das orientações políticas, do acompanhamento e da articulação operacional com os serviços e, portanto, é apenas uma forma mais flexível, mais versátil e que responde melhor. Como aliás fica demonstrado com estes contratos-programa a picos que resultam quer da disponibilidade financeira em dados momentos, quer determinados momentos que em política acontecem porque, digamos, seapura determinada orientação e é possível naquele momento executá-la, porque coincide essa mesma orientação e esse apuramento com a disponibilidade financeira. -----

----- E, portanto, isto para reforçar e para vos dizer que estejam completamente descansados, estamos completamente disponíveis quer do ponto de vista operacional,

como salientou o Manuel Salgado, quer do ponto de vista financeiro e patrimonial para escrutinar estas empresas municipais que possibilitarão a este Município terem uma outra capacidade, uma capacidade reforçada. -----

----- É evidente Senhor Deputado Vítor Gonçalves que neste momento a SRU não tem, nem deve ter, seria uma ineficiência considerável que já estivesse completamente preparada para responder a um programa que só hoje está aqui a ser submetido e ainda vai ser submetido ao Tribunal de Contas. Mas como todo sabemos, com a orientação política que está ser seguida, certamente em prazo recorde vamos considerar dotá-la dos meios necessários, quer a SRU quer as outras empresas, para poderem responder a este ambicioso programa. -----

----- Portanto, que fique claro que quando as empresas municipais estão a ter uma determinada atuação, elas estão sobre orientação dos Vereadores responsáveis e seguem a política do Município, como aliás não podia deixar de ser. E, portanto, é isso mesmo com que eu gostaria de terminar para reforçar que não estamos a falar de nenhuma entidade externa, não estamos a perder nenhum controle, estamos a fazer exatamente aquilo que se tem feito por toda a Europa, que este Executivo quer prosseguir, nomeadamente, reforçando essa mesma operacionalidade com serviços municipais, dotando este Município de uma forma organizacional, de formas organizacionais mais modernas e mais eficazes, que é isso que todos procuramos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Vereador, dispôs de tempos dos Deputados Independentes para terminar a sua intervenção. -----

----- Senhores Deputados terminámos as intervenções sobre este ponto, portanto, o que vamos pôr agora à vossa consideração são os Pontos 4 e 5 da Proposta 397/CM/2015, ‘Contrato-programa com a SRU’. Os pontos 4 e 5 dizem respeito ao contrato-programa e aos compromissos plurianuais do mesmo e os restantes pontos da Proposta 397/CM/2015 já forma aprovados pela CML. -----

----- A Mesa vai pôr à votação os **Pontos n.º 4 e 5 da Proposta n.º 397/CM/2015, ‘Contrato-programa com a SRU’**, apresentada pela CML. Os Pontos n.º 4 e 5 da Proposta n.º 397/CM/2015 foram **aprovados por maioria**, com votos contra de PCP, BE e PEV, abstenção de CDS-PP, MPT, PAN, 1DM IND e votos a favor de PS, PSD, PNPN e 5IND.-----

----- Vamos passar à apreciação da Proposta 388/2015, trata-se alteração à delimitação da área de reabilitação urbana de Lisboa, isto tem consequências, peço desculpa.... Peço desculpa, têm toda a razão, falta pôr à votação a Recomendação 5/76. -----

----- A Recomendação 5/76 conhecem o teor, é para que a Assembleia acompanhe a concretização deste contrato-programa através dos relatórios semestrais com o modelo que está incluído no contrato-programa, o anexo C.-----

----- (A **Recomendação n.º 5/76** fica anexada à presente ata como **anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 5/76, ‘Acompanhamento da execução do contrato-programa com a SRU’**, apresentada pela Senhora Presidente

da Assembleia Municipal e pela 1ª e 3ª Comissões Permanentes. A Recomendação n.º 5/76 foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Vamos passar então ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.” -----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 388/CM/2015 – ALTERAÇÃO À DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA r) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADO COM OS ARTIGOS 13.º, 17.º E 20.º-B DO DECRETO-LEI N.º 307/2009 DE 23 DE OUTUBRO, NA REDAÇÃO ACTUAL; (2XGRELHA BASE - 68MINUTOS);** -----

----- (A Proposta n.º 388/CM/2015 fica anexada à presente Ata como **anexo XI**, e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer da 3ª Comissão, relativo à Proposta 388/CM/2015, fica anexado à presente Ata como **anexo XII**, e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Trata-se da Proposta n.º 388/CM/2015, ‘Alteração à delimitação da área de reabilitação urbana de Lisboa’. -----

----- E o Senhor Vereador Manuel Salgado tem a palavra para apresentar.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Trata-se de correções pontuais à área de reabilitação urbana de Lisboa que a prática veio a mostrar necessárias. Nuns casos são incluídas pequenas áreas que tinham ficado de fora da delimitação anterior, mas que se verificou depois com mais detalhe que seria necessário incluir e outras forma excluídas. -----

----- Durante o período de consulta pública foi apresentado uma reclamação, propondo que fosse incluída também na área de reabilitação urbana uma pequena área junto à Calçada de Carriche, onde existem aí edifícios com mais de 30 anos. E, portanto, de acordo com o regime jurídico de reabilitação urbana já podem ser objeto de operações de reabilitação urbana e como tal de beneficiar das condições especiais que a lei fixou para obras de reabilitação urbana, nomeadamente ao nível do IVA, do IMT e do IMI.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, o relatório é um relatório da 3ª Comissão Permanente, o Relator é o Senhor Deputado Vítor Gonçalves, faça favor de o apresentar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra como Relator, apresentou o Relatório da 3ª Comissão Permanente: -----

----- “Este relatório é simples, aliás o Senhor Vereador de certa forma já referiu aquilo que no relatório está escrito, ou seja, ao fim de dois anos de vigência da definição da área de reabilitação urbana chegou-se ao entendimento que era necessário nalguns casos alarga-la, noutros casos diminuí-la. -----

----- E foi isso que foi feito na generalidade das situações, portanto, segundo o próprio parecer da comissão porque pareceram-nos corretas estas alterações. -----

----- Por isso, é só apenas isto que o relatório diz e que naturalmente reserva o direito em Assembleia de cada força política votar da forma como entender.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa não regista pedidos de palavra sobre esta proposta, nessas condições vamos passar imediatamente à votação da Proposta n.º 388/CM/2015. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 388/CM/2015**, ‘*Alteração à delimitação da área de reabilitação urbana de Lisboa*’, apresentada pela CML. A Proposta n.º 388/CM/2015 foi **aprovada por maioria**, com abstenção de PSD, CDS-PP e votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN,PNPN e 6IND.” -----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 299/CM/2015 – ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO DA EPUL, EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME JURIDICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISSOLUÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS (DECRETO-LEI Nº 76-A/2006, DE 29 DE MARÇO), APLICÁVEL À DISSOLUÇÃO DAS EMPRESAS LOCAIS, POR FORÇA DO DISPOSTO DO Nº 4 DO ARTIGO 62º DO REGIME JURIDICO DA ACTIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS (LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO) E EM CUMPRIMENTO DOS N.ºs 1 E 2 DO ARTIGO 61º DA LEI Nº 50/2012, EM CONJUGAÇÃO COM O Nº 1 DO ARTIGO 62º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013 DE 3 DE OUTUBRO, DA ALÍNEA a) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO, DO Nº 2 DO ARTIGO 155º E Nº 4 DO ARTIGO 157º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS BEM COMO DO Nº2 DO ARTIGO 49º E Nº 3 DO ARTIGO 50º DOS ESTATUTOS DA EPUL; (2XGRELHA BASE - 68MINUTOS);** -----

----- (A **Proposta n.º 299/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **anexo XIII**, e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão**, relativo à Proposta 299/CM/2015, fica anexado à presente Ata como **anexo XIV**, e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos entrar agora no Ponto 5 da nossa ordem de trabalhos, a Proposta 299/CM/2015, ‘Encerramento da liquidação da EPUL’. -----

----- A Mesa informa que a Senhora Deputada Margarida Saavedra não está presente na sala, porque tem um impedimento nesta proposta quer para a intervenção quer para naturalmente a votação e, portanto, não estará presente. -----

----- Posto isto, presumo que é o Senhor Vereador João Paulo Saraiva para fazer a apresentação da Proposta 299/2015, por favor.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta matéria já foi debatida em sede própria aqui na Assembleia Municipal, já foi debatida nas reuniões de Câmara, tem sido profusamente debatida na comunicação social e, portanto, a minha apresentação vai ser muito sumária.-----

----- Para dizer que estamos perante a apresentação da liquidação da empresa municipal EPUL. Foi uma decisão que foi tomada em Maio de 2013 e tinha como prazo de conclusão dois anos. Um plano de liquidação aprovado em janeiro de 2014 foi executado no tempo que estava previsto. Tinha objetivos quantificados e transparentes, concordemos ou não com a extinção da empresa. Tinha um plano social associado, com soluções a pensar nas pessoas, não perdendo de vista evidentemente a dimensão coletiva que estava em causa.-----

----- E foram disponibilizados, foi feita uma programação para as receitas a obter com o processo. Foi feita uma dotação de meios de tesouraria por parte da CML para poder acudir a qualquer situação, assegurando desta forma a tranquilidade da operação que decorreu, reconheça-se, com o mínimo de ruídos e sem qualquer sublevação ou incidente como aliás aconteceu em situações similares quer noutros municípios quer em situações ligadas mais diretamente ao poder central. Foi definido, como foi dito, um calendário apertado e os objetivos foram atingidos na sua plenitude, quando não superados.-----

----- Portanto, em primeiro lugar eu queria saudar todos aqueles que estiveram envolvidos neste processo, designadamente a sua comissão liquidatária e em particular o Natal Marques e o Jorge Oliveira, mas também todos aqueles que do lado da Câmara, asseguraram do lado do Município, asseguraram que fosse possível este processo, nomeadamente, naquilo que tinha a ver com as questões patrimoniais, financeiras, mas, e em primeiro lugar dos recursos humanos. E já agora, citando dois nomes que eu costumo aqui citar, porque merecem, que é o Nelson Sousa e a Fátima Fonseca e com eles toda a sua equipa.-----

----- Mas dizia eu que se há coisa que é preciso sublinhar, se há aspeto que é preciso sublinhar deste processo é que ele tinha um plano social, que nesse plano social foram encontradas soluções para todos e para cada um dos trabalhadores da extinta EPUL, que foi realizada receita, o plano de receitas foi cumprido e foi superado em 6 milhões de euros, que com um processo transparente de hastas públicas, que o saldo final de tesouraria disponibilizado pelo Município de Lisboa tem saldo zero, portanto, não foi utilizado.-----

----- E, portanto, para finalizar o que eu gostava de sublinhar é que existe aqui um (...) de como a dimensão social pode assumir prioridade num processo de emergência sem perda de rigor, de profissionalismo e, que nos permite perceber que este processo terminou com tranquilidade e que felizmente está fechado, podemos virar a página. E que as pessoas, todos e cada um daqueles que trabalhavam na EPUL, têm o seu futuro assegurado e digamos expectativas de futuro do ponto de vista profissional.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa pergunta ao Senhor deputado Relator que é o Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre, para vir fazer a apresentação do Relatório.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra como Relator, apresentou o Relatório da 1ª Comissão Permanente:-----

----- “Por isso, a nível daquilo que é o parecer que a Comissão de Finanças fez num processo que é sensível obviamente e que ficou fechado para o Município de Lisboa, faz a análise daquilo que é o processo, faz a análise histórica de um processo que é longo e depois a nível de conclusões, realça que perante o relatório de liquidação é claro quanto ao rigor do cumprimento do plano que foi inicialmente aprovado pela CML, o plano da própria liquidação da empresa. E que sendo depois de realçar a preservação daquilo que é reputação que o Município de Lisboa teve perante o conjunto de credores da EPUL, nomeadamente com a própria reestruturação daquilo que é a dívida bancária, houve o financiamento de curto prazo para operações de liquidação e o pagamento do único *SWAP* ativo que a empresa tinha no valor 301 mil euros. -----

----- De realçar a salvaguarda do conjunto de interesses dos trabalhadores, cumprindo um plano social que foi logo ao início definido para poder ser feita a própria desvinculação de um conjunto de trabalhadores da EPUL.-----

----- Foi feito um trabalho muito grande a nível de preservação do património da EPUL, com um grande trabalho para cumprir no objetivo da EPUL e da própria cidade de Lisboa que foi a conclusão da atividade produtiva da empresa com a conclusão do empreendimento do Martim Moniz, com a venda do conjunto dos fogos e também com o serviço de pós-venda que a comissão do serviço de liquidação fez no ponto de vista de defender o melhor possível o património existente. Bem como resolver outro tipo de questões como o Vale de Santo António e alienação também de várias propriedades que foram os possíveis para aquilo que era o valor de mercado, por forma a poder também ela financiar o conjunto de operações de liquidação, que é importante poder referir que todo o processo foi feito com verbas próprias da EPUL o que também permitiu fazer o pagamento de várias dívidas reconhecidas pondo a EPUL como dívidas suas o que fez com que o valor que passa para a CML também seja menor.-----

----- E face a tudo o que ficou também exposto conclui-se que a proposta está em condições de ser discutida e votada em Plenário.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa salienta também a qualidade e dimensão importante do parecer e vamos então agora passar às intervenções. -----

----- Neste momento temos três intervenções na Mesa, quem se quiser inscrever é a altura.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Apesar de termos ouvido com atenção o que o Senhor Vereador veio dizer e de ele ter referido, nomeadamente, que o processo terminou com toda a tranquilidade,

sem pôr em causa realmente este aspeto da tranquilidade, de qualquer forma não podemos deixar de vir aqui, hoje e agora, reiterar algumas das posições que já temos tido, quer em sede da Câmara Municipal quer na Assembleia, a propósito da EPUL e da sua extinção. -----

----- Portanto, esta proposta que estamos a debater tem como objeto aprovar o relatório da liquidação e as desmonstrações financeiras com data a 31 de Dezembro de 2014, que contém as contas e a respetiva reversão para o Município de Lisboa de todos os direitos ativos, obrigações e passivos no âmbito do processo de internalização da atividade da empresa dissolvida. -----

----- O PCP sempre defendeu a continuidade da EPUL, tendo como tal votado contra quer em Câmara quer em Assembleia Municipal, entendendo que não foram apresentados desde o início do processo argumentos válidos e fundamentos que justificassem a extinção de uma empresa que existia há mais de quarenta anos, com um vasto património, conhecimento e experiência adquirida. -----

----- Não concordámos na época com os argumentos invocados pela Câmara, como o do esgotamento do objeto social da empresa, a situação do mercado imobiliário, a não viabilidade de projetos de reabilitação urbana nos tempos mais próximos, a perspetiva do atual Executivo que este projeto de reabilitação deveria ser levado a cabo pelos promotores e privados, entre outros motivos que foram aduzidos. -----

----- Mais recentemente, aquando da discussão da Proposta 286/2015, lembro que foi a proposta que aprovou uma hasta pública que visava concretizar a alienação do património remanescente da extinção da EPUL, interviemos nesta Assembleia também com as nossas posições sobre esta matéria. -----

----- Entende o PCP que a EPUL se configurava num instrumento de urbanização e custos controlados na cidade, que prometia não só equilibrar o desenvolvimento de urbanização da cidade mas também um instrumento de regulação do mercado, impendendo fenómenos de livre especulação com o valor dos solos da cidade. Defendeu o PCP que não só o seu objeto não se encontrava esgotado, mas como poderia e deveria ter ainda um papel fundamental no que diz respeito à reabilitação urbana. A provada da validade dos argumentos do PCP, consubstancia-se na atual proposta de alienação das frações e lotes que a Câmara se propõe a realizar. -----

----- Sem instrumentos de intervenção pública nas respetivas áreas de atuação, em virtude da extinção da EPUL, a Câmara propõe a alienação. Eu estou a referir-me à hasta pública que aqui veio, obviamente, mas está ligado também com o que estamos agora a votar. Para colocar nas mãos dos especuladores imobiliários a determinação de facto das condições de urbanização da cidade e o aumento especulativo do preço dos solos e consequentemente da habitação, em detrimento de bolsas de fogos acessíveis à população. -----

----- Por tudo isto entendemos que a continuação de atividade desta empresa permitiria a existência de novas possibilidades de atuação no mercado e, seria uma forma pública de regular o mercado e de manter uma forte presença pública e, neste caso do Município, na área da reabilitação urbana. Neste sentido e de uma forma coerente, não vamos votar favoravelmente esta proposta, não pondo em causa a

comissão liquidatária, votaremos contra por sempre termos estado contra a extinção desta empresa e porque consideramos que o seu objeto social não estava de todo esgotado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos a discutir a liquidação definitiva e as demonstrações financeiras da EPUL, para colocar uma interrogação. -----

----- Temos vindo a discutir contratos-programa para as diversas empresas municipais e só para a EPUL discutimos a sua extinção. Assistimos sempre a uma gestão político-partidária da EPUL que é transversal ao PS, PSD e CDS, aos compromissos e comprometimentos políticos que abrangem os vários executivos camarários desde que foi decidido assumir o Euro 2004. -----

----- Depois todos sacodem a água do capote, embora haja a interrogação se as deliberações da Câmara chegam ou se efetivamente era obrigatório a elaboração de contratos-programa à luz da lei para o empréstimo contraído para a EPUL para apoiar o Euro 2004, para o Sporting e para Benfica e os ramais de Benfica, o envolvimento nos projetos de conversão do Parque Mayer e de Alcântara-Mar, através da contratação dos Arquitetos internacionais Frank Gehry e Jean Nouvel, a contratação do arquivo e biblioteca municipal no Vale de Santo António, projetos dos quais a Câmara desistiu depois de a EPUL ter suportado avultados custos. Toma-se também os impactos financeiros do envolvimento da EPUL nos projetos relativos à Quinta do Zé Pinto e do Vale de Santo António. -----

----- A empresa contraiu empréstimos de 60 milhões em 2004 para satisfazer as solicitações da CML, é o que se pode dizer que estamos perante uma gestão política da EPUL, dirigida pela Câmara, não assumida no plano financeiro, como também é uma decisão política da Câmara a proposta de extinção da EPUL. -----

----- Argumenta-se que a mesma se envolveu num conjunto de operações que a enervaram indevidamente e, por consequência os encargos financeiros apesar do esforço dos últimos anos para diminuir o passivo financeiro, foi no entanto possível à empresa conseguir resultados operacionais para cobrir custos e que o não pagamento atempado por parte da dívida do banco da Dexia configurava uma situação de *default* e que agravava as consequências para o País. -----

----- No entanto colocava-se alternativamente a decisão política se teria que ser outra na decisão da Dexia que não passasse pela extinção da EPUL, pois a sua extinção leva ao fim da salvaguarda do interesse público. Ao nível da reabilitação urbana, prejudica a intervenção ativa no espaço urbano e leva à perda da marca EPUL Jovem e põe fim à longa experiência da EPUL na execução de projetos e obras com captação de investimentos internacionais e reabilitação urbana. -----

----- No relatório de gestão e contas de 2012 da EPUL, no sumário executivo de Janeiro de 2013, afirmava-se que houve uma recuperação financeira da empresa, nomeadamente desde 2009 quando tomou posse o novo conselho de administração, quando a EPUL atravessava uma redução do endividamento bancário em 33%, um passivo de 42 milhões, o aumento de capitais próprios em 36 milhões, a redução de

custos com pessoal em 30%, a apresentação de resultados positivos nos últimos 3 anos, o que a aplicar-se a nova Lei 50/2012 do sector empresarial local, a empresa cumpria todos os critérios previstos na lei e nenhum determinava a sua extinção. -----
----- Para além de possuir um património que foi avaliado na altura, também durante este relatório de gestão e contas de 2012, foi avaliado em 350 milhões de euros, no entanto a proposta, hoje como a gente viu no relatório, refere-se só a 112 milhões de euros. -----

----- Hoje apresentam-nos capitais próprios negativos, um SWAP a liquidar, a liquidação do património e da empresa EPUL em definitivo quando poderia ter dado um outro aspeto uma outra dimensão à reabilitação da nossa cidade.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Hoje dá-se o último passo para a extinção da EPUL, é último ato em que nós falamos nesta Assembleia e na cidade em termos da existência da EPUL. -----

----- Eu gostava de ter ouvido da parte dos Senhores Vereadores uma palavra sobre a história da EPUL, eu gostava de ter ouvido aquilo que a EPUL, com muitos defeitos em muitas situações, mas aquilo que a EPUL contribuiu para a cidade de Lisboa não só no plano da urbanização, no plano da construção para jovens, no plano da edificação, ganhou vários prémios Valmor, teve o papel importantíssimo de conseguir controlar o mercado quando ele era especulativo e atribuindo, nomeadamente à classe média a possibilidade de terem habitação a custos mais ou menos controlados, portanto, foi uma empresa que teve um papel importante. -----

----- É óbvio que esta empresa ao longo dos tempos, cerca de cinquenta anos, teve altos e baixos, mas temos que considerar que o seu papel no fundo foi positivo. Serviu muitas vezes de barriga de aluguer da Câmara e não foi só em relação aos Executivos do PS, também acredito que tivesse servido ou serviu em relação a outros executivos, mas principalmente em relação aos executivos do PS foi barriga de aluguer. Foi barriga de aluguer até para a reconversão deste edifício aqui onde nós agora estamos, mas era uma barriga de aluguer que de certa forma era controlada, era controlada pela Câmara e era controlada pela Assembleia, era acompanhada pela Assembleia.-----

----- Agora o Município tem outra barriga de aluguer que nós não controlamos, que nós não temos capital, que nós não dominamos o capital a 100%, como disse o Senhor Vereador das Finanças há bocado, que nós não sabemos como são definidas, que não cumpre as regras da contratação pública, não é obrigada a isso, que não tem que prestar contas ao Tribunal de Contas, que não tem que prestar contas à Câmara, que não tem que prestar contas à Assembleia Municipal e a Câmara atribui-lhe um vasto património de muitas centenas de milhares de euros que no fundo é quase uma empresa majestática nesta cidade e chama-se, a definição, Turismo de Lisboa. A única coisa que tem é que o Presidente da Associação de Turismo de Lisboa é o mesmo que o Presidente da Câmara, mas isto não impede que se assine de um lado e se assine do outro muitas transferências de milhões e milhões de euros. -----

----- Portanto, esta é a diferença e aqui neste caso ao contrário do que foi referido em relação à SRU, em relação às empresas do âmbito municipal, aqui a Câmara não controla o capital, é uma associação meramente privada. -----

----- Portanto, em relação à EPUL ficamos conversados que gostaria de ter ouvido, nomeadamente pelas que pessoas que conhecem, pelas pessoas que acompanharam o seu desenvolvimento nos últimos anos uma palavra da sua história, daquilo que ela contribuiu de positivo para a cidade. -----

----- Acreditamos que em termos de urbanização a cidade de Lisboa já está praticamente urbanizada, acreditamos que a situação que foi sendo criada nos últimos tempos em relação à EPUL, nomeadamente através dos empréstimos do Dexia e do Nederlandse, de 60 milhões de euros cuja EPUL teria dificuldade em liquidar, criou uma situação de alguma dificuldade que era preciso a Câmara intervir. -----

----- Mas que esta Câmara, este Executivo, este Senhor Vereador que está ali sentado, durante sete anos, durante sete anos, teve a tutela da EPUL, os últimos sete anos antes de a decisão ser tomada em 2012 ou 2013. E que fez? Nós verificámos durante esse tempo um constante louvor à atuação da EPUL e muitas das críticas que lançávamos eram totalmente rebatidas pela eficiência, pela eficácia da administração que de momento lá estava a gerir os interesses da EPUL. Verificou-se que depois se zangaram, não houve compatibilidade em termos daquilo que eram os desejos de uns e de outros, há que demitir a administração, há que acabar com a EPUL. -----

----- E acabou-se com a EPUL de uma forma que nós não podemos deixar de dizer que era inevitável pela situação que foi criada, a situação eventualmente difícil que foi criada à EPUL e a situação que ela tinha que era incapaz de dar satisfação aos seus encargos, às suas necessidades. E a EPUL foi durante alguns anos uma situação praticamente morta, era uma existência que não tinha atividade, isso levou a que ela naturalmente tinha mesmo que acabar-se com ela. -----

----- Eu recordo, portanto, que isto foi durante sete anos houve este acompanhamento e este acompanhamento depois resultou naquilo que agora aqui estamos a confirmar. A partir do momento em que se pediu a liquidação da EPUL e se nomeou uma comissão liquidatária, nós vivemos alguns momentos de convulsão. -----

----- Eu recordo-me do que aqui se passou com os trabalhadores da EPUL, eu recordo-me, eu estava nesta bancada, os insultos que nós tivemos, que fomos brindados pelos trabalhadores da EPUL, naturalmente, bem acompanhados por algum partido político. Nós verificámos os insultos que eu tive lá à porta pelos trabalhadores da EPUL quando saí, chamaram-me todos os nomes possíveis e imaginários, claro, em bando, eu recordo-me de isso perfeitamente. Mas aquilo que a Câmara, e isto quando se diz mal tem que se dizer bem, aquilo que a Câmara e a comissão liquidatária fez, de uma maneira geral foi exemplar, conseguiu apaziguar os ânimos na EPUL, do pessoal, com um contrato social que resolveu da forma mais correta todos, ou praticamente todos, não conheço algum que não tivesse sido resolvido, os problemas de pessoal da empresa e um acompanhamento até este momento. -----

----- Há um senão, há um senão, no entanto em relação a este relatório de liquidação que nós não podemos acompanhar. E o senão tem a ver com aquilo que o Senhor

Vereador já deve saber, que é o problema da transmissão do património da EPUL para a Câmara.-----

----- Nós reconhecemos, nós reconhecemos que há aqui neste final, embora esta situação pudesse ser mesmo ser feita neste final, é que a Câmara lucrou com esta liquidação. E lucrou porque os valores que foram transmitidos, os valores do património que foram transmitidos à Câmara foi pelo valor contabilístico e esse valor contabilístico está muito longe do valor real. Isto era como se fizessem uma habilitação de herdeiros onde as pessoas fossem dividir o património pelo valor que os antepassados tinham comprado. Não, não há dúvida, este valor é uma diferença que segundo as minhas contas de 140 milhões de euros, portanto, isto foi um bom negócio para a Câmara, poderá ter sido uma necessidade mas não de qualquer maneira.-----

----- Neste contexto eu não queria, não queria neste momento e o PSD não queria deixar de louvar todos, todos os membros da comissão liquidatária, porque todos eles intervieram da maneira que era as suas responsabilidades nas ações conducentes à liquidação da EPUL, todos os membros pelo trabalho que desenvolveram, o único senão que nos vai levar a votar contra é este relativamente à transmissão do património, que consideramos que deviam ser considerados pelo seu valor contabilístico do relatório de 2012 e não aquele que a Câmara considera o seu valor contabilístico.-----

----- De resto, dar os parabéns à comissão liquidatária e saúdo naturalmente o Vereador responsável que teve em mãos este processo. Por esta razão, o voto contra é naturalmente por causa daquilo que eu afirmei.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Há um pedido de esclarecimento do Senhor Deputado João Pinheiro do PS, microfone ao Senhor Deputado João Pinheiro para fazer o seu pedido de esclarecimento.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado ouvi atentamente a sua exposição, tendo especialmente em conta as responsabilidades que já teve noutros mandatos nesta Assembleia e também na vereação e, portanto, estranhei o uso da expressão ‘barriga de aluguer’, referindo-se à EPUL e identificando como uma dessas ilustrações, dessas ideias, aqui a requalificação do espaço do Fórum Lisboa. -----

----- Ora bem, isso leva-me a questioná-lo muito diretamente nos seguintes termos. É ou não é mais barriga de aluguer o que aconteceu no mandato de 2001 a 2005, em que a EPUL foi também encarregue de suportar o custo de um projeto megalómano do Arquiteto Frank Gehry e da suposta constituição de um fundo de promoção imobiliária entre a EPUL e uma entidade bancária bem conhecida, tristemente conhecida.-----

----- E, portanto, se isso são ou não são exemplos mais nefastos e esses sim desejáveis daquilo que quis fazer referência? E penso que numa intervenção que ficará registada

como uma intervenção final, portanto, da operação de liquidação desta empresa que está refletida num relatório que não é questionado.-----

----- Julgo que merecia trazer à verdade, em vez de se referir ao PS como um partido que no uso do poder para o qual foi eleito, deu uso menos adequados à EPUL, portanto, afirmação com a qual não concordamos. Se vale ou não vale a pena, indo por aí, para esse escrutínio apertado, o que fez o PSD relativamente a estes dois casos concretos? Projeto faraónico de instalação à viva força de um casino no Parque Mayer, pagamento não suportado e não sustentado economicamente de honorários milionários ao arquiteto Frank Ghery e promoção pouco transparente de um empreendimento imobiliário com recurso a fundos à EPUL e ao Município. -----

----- São estas questões que lhe deixo Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado João Pinheiro muito obrigado pela interpelação que me fez, agradeço-lhe, mas devia-se recordar, naturalmente a minha voz não estava muito boa quando eu falei que eu referi que não era só culpa do PS, mas principalmente do PS porque o PS é quem está, é quem tem estado mais tempo no poder, eu referi isso, eu referi isso. -----

----- Eu de qualquer forma ia ver depois a gravação. E de qualquer forma eu quero-lhe dizer que não referi tudo aquilo que foram as obras relativamente lançadas por esses executivos, quer do Doutor Jorge Sampaio, quer do Doutor João Soares, quer também do Doutor Santana Lopes, não tenho dúvidas.-----

----- Agora em relação ao Frank Gehry, eu só lhe quero dizer que isso levou à demissão da administração, levou à demissão da administração, essa parte não levou a julgamento, levou à demissão da administração, levou à demissão da administração. ---

----- Agora, o que eu quero dizer é que foi barriga de aluguer, foi barriga de aluguer porque era mais simples e eu acho que se podemos ter o interesse e o desejo, se podemos ter o interesse e o desejo de desenvolver uma obra muito rapidamente, a toda a velocidade, de uma forma como qualquer privado fará, eu acho que é ótimo para a obra, mas não é ótimo para o cumprimento das regras da administração pública, das regras administrativas que estão inerentes ao funcionamento das instituições como a Câmara. Têm que cumprir, têm que estar de acordo com o código da contratação pública, têm que estar de acordo com a lei das finanças locais, têm que estar de acordo com o Tribunal de Contas, têm que estar de acordo com a Câmara Municipal e têm que estar de acordo com a Assembleia Municipal em muitas situações. -----

----- Isso, isso é que eu disse e é óbvio que a história da EPUL é muito longa. Se a história da EPUL é muito longa e passou por muitos executivos como eu referi, é evidente que houve dificuldades em muitos deles, mas eu que acompanhei mais ou menos o processo, eu acho que foi no período Socialista que ela teve mais intervenção deste género.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado terminou o esclarecimento, temos dois Senhores Deputados inscritos, vamos passar a palavra ao Senhor Deputado que está inscrito a seguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Um ponto inicial que nos parece bastante claro sobre esse tipo de discussão e sobre a discussão que esta proposta traz, é que em causa não está a opção política que já foi tomada da extinção da EPUL, mas do processo da própria liquidação que hoje muitos reconhecem que foi positivo para a CML, que foi positivo para o Município de Lisboa. -----

----- E o Grupo Municipal do PS gostaria também de saudar e de realçar o excelente trabalho da comissão liquidatária da EPUL nas pessoas do Doutor Natal Marques, Norton Oliveira, da Arquiteta nossa colega a Arquiteta Margarida Saavedra e toda a equipa da CML que permitiram, com o excelente trabalho que fizeram, cumprir o plano de liquidação que foi traçado pela CML, com objetivos muito claros, com objetivos que foram sempre quantificados, que foram sempre transparentes, naquilo que foi um dossiê complexo que a CML teve. -----

----- Não tenho dúvidas que foi com certeza o conjunto de decisões mais difíceis que a CML teve que assumir nos últimos tempos e que assumiu com muita coragem, assumiu naquilo que foi o *timing* certo para defender aquilo que é o interesse do Município de Lisboa, assumiu para resolver o problema sem olhar a nenhum tipo de calendário político e isso é importante poder realçar. -----

----- E analisando o processo de liquidação de uma empresa que cumpriu a sua função na altura que teve também que cumprir, verifica-se que foi bem conseguido do ponto de vista financeiro, porque permitiu também estancar o aumento da dívida operacional que pela sua não operação estava a aumentar a cada mês. -----

----- Permitiu também resolver o *default* que a EPUL causou, resolvendo o problema não só a nível do Município de Lisboa como também a nível daquilo que é o País, porque um *default* desses na altura em que foi podia ter causado outro tipo de danos no ponto de vista por exemplo também da dívida pública. -----

----- Recuperou a credibilidade do Município de Lisboa, conseguiu fazer uma reestruturação de vida, conseguiu rentabilizar o ativo para ter fundo de manuseio para todo o processo daquilo que foi o processo de liquidação e, sobretudo, respeitou as pessoas, respeitou os seus trabalhadores e fê-lo logo em primeiro lugar e esse ponto é que é também importante, resolvendo de várias formas e em diálogo. A partir daí nunca mais tivemos aqui os vários funcionários da EPUL a reivindicar nada, porque sempre houve um diálogo franco e um diálogo também positivo que conseguiu resolver um conjunto de situações que a este nível encontrou. -----

----- E também o relatório da própria certificação legal de contas é muito claro e, é mais uma prova daquilo que foi um trabalho feito e um trabalho positivo, e claro também é muito claro e ao contrário daquilo que o PSD diz, quanto aos saldos devedores e também credores que passaram para a CML, um conjunto de provisões que tiveram também que ser constituídas. Por exemplo, só para dar aqui um exemplo,

passou para a CML um saldo devedor em créditos bancários no valor de 71,1 milhões de euros em dois créditos. É verdade que com *spreads* bons, fora outro tipo de saldos também devedores que também passaram para a CML. -----

----- E por outro lado também a nível daquilo que foi a cidade de Lisboa foi importante para, por exemplo, a conclusão do empreendimento do Martim Moniz, vendendo grande parte dos fogos e encerrar pelo loteamento do Vale de Santo António que serviu, por exemplo, para que a EPUL em 2004 no tempo em que o PSD era governo na CML, receber 44 milhões de euros que serviram para algumas das coisas que o meu colega de bancada João Pinheiro já teve oportunidade de dizer e que mostra de uma forma muito clara e, sobre isso, em 2004 ninguém tem dúvidas quem é que era Presidente de Câmara, sobre as barrigas de aluguer que há pouco o Senhor Deputado Vítor Gonçalves teve oportunidade de falar. -----

----- Duas notas finais, um deles, um apontamento para dizer tanto ao PCP como ao BE, que votam sempre contra sempre que a CML propõe um contrato-programa a um subsídio com empresas municipais, dizendo que votam contra porque são contra a existência de empresas municipais, mas que agora lamentam a extinção de uma empresa municipal, sinceramente não consigo perceber. -----

----- E agora que até o conjunto do *core* da EPUL passa para a CML, passa a ser mais fácil até para a Assembleia Municipal ter todo o controle sobre aquilo que pode ser o conjunto de opções que a CML venha também a tomar em relação ao património da EPUL, e como tal, é uma nota que sinceramente não conseguimos perceber. -----

----- E depois um outro ponto que também não consigo perceber, que é algo que foi no ponto de vista técnico exatamente bem feito, que é a integração do ativo patrimonial da EPUL na CML pelo seu valor contabilístico e não por aquilo que era uma mera avaliação de mercado com vários erros que podiam ter. O que é correto no ponto de vista técnico, no ponto de vista também contabilístico, pelo princípio de prudência que esse procedimento teve, o que é sempre feito nesse tipo de casos, o que estava no plano inicial aprovado na CML, até porque no ponto de vista prático o valor de mercado varia muitas vezes ao longo do tempo. Todos nós temos a noção, falando só em terrenos, por exemplo, entre outro tipo de bens, que aquilo que vale numa certa altura, passado um ano ou dois muitas vezes vale muito menos, ou vale mais. -----

----- Depende também muitas vezes daquilo que é o valor comercial, depende da forma como é depois lançado a nível daquilo que é o mercado, depende também muitas vezes se influencia o plano urbano que tem à volta, ou seja, há aqui uma série de influências e, como tal, no ponto de vista de contabilidade, no ponto de vista técnico, não no ponto de vista político, aquilo que interessa é haver prudência quando há a transferência desse tipo de ativos. -----

----- Até porque neste momento a CML recebendo esses ativos pode optar e pode, aquilo que tem sido a política da Câmara, em perceber quais são um conjunto de ativos patrimoniais que considera estratégicos ou não e depois com o consentimento desta Assembleia e com várias avaliações que podem ser feitas, se defender a venda ou não, a forma também de conseguir rentabilizar e, aí sim, é que vamos ao longo dos tempos perceber qual é o valor e não na fase em que foi feita a própria liquidação. -----

----- Porque aquilo que era importante era poder fazer a extinção da empresa, que era ao fim ao cabo o mandato que a comissão de liquidação tinha e que fez bem, fez de uma forma prática e foi sem dúvida nenhuma encerrar uma página, encerrar um episódio daquilo que é o Município de Lisboa, com êxito e que agora aquilo que interessa é que do ponto de vista daquilo que foi o défice que possa, ou não, ter causado ao Município de Lisboa, pela opção e por aquilo que foi a coragem política da opção tomada na altura, evitou que fosse levar a valores maiores. Ao contrário, por exemplo, de outras opções que foram tomadas a nível do Governo da nossa República que por vezes não têm tomado opções na altura certa. Fizeram com que depois todos nós tivéssemos que pagar, por exemplo o BES, valores que se calhar se tivesse sido tomado outro tipo de opções, não tinham que tomar e a Câmara mostrou aqui a diferença de comportamento e a diferença de opção política.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado usou o tempo cedido pelo PNP e tenho agora um pedido de palavra do Grupo Municipal do PCP para um protesto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez o seguinte protesto: -----

----- “Só para manifestar mais uma vez o protesto pelas afirmações. -----

----- Este jovem já tem que ter um bocadinho de mais seriedade, é que dizer que o PCP é contra as empresas, fazem afirmações. Escusam de dizer que eu estou mal penteado pá, que eu sou careca, não tenho o risco torto. -----

----- Sejam sérios, pá. Ele há afirmações que não se podem dizer. -----

----- O protesto que eu quero que fique em Ata. -----

----- Considero uma desonestidade afirmar, dizer que o PCP é contra as empresas privadas ou as empresas municipais.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Está feito o protesto, não sei se há necessidade de contraprotesto? -----

----- O Senhor Deputado Hugo Xambre quer fazer o contraprotesto. -----

----- Palavra ao Senhor Deputado Hugo Xambre. Também apelo ao seu poder de síntese e peço tranquilidade à bancada do PS para terminarmos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra fez o seguinte contraprotesto: -----

----- “De forma muito calma dizer que: -----

----- Ponto número um, no ponto de vista político pôr as coisas como, somos sérios ou não somos sérios, não é a forma mais correta de abordar aquilo que é a diferença de opinião e aquilo que é a diferença de visão que podemos ter, que podemos ter não, aquilo que é a diferença de opinião. -----

----- Não é correto para começar, colocar se as pessoas são sérias ou se não são sérias. Não é a forma mais correta que nós temos na política de convergir ou de divergir e, como tal, é logo como ponto número um aquilo que eu tenho de poder dizer. -----

----- E o segundo ponto é que terei todo o cuidado em pegar nas atas várias afirmações que o PCP fez, para lhe mostrar de forma clara que várias vezes, que várias vezes, sobres propostas que a CML apresenta para empresas municipais, vocês têm o cuidado de dizer que até não discordam daquilo que é a opção em si, discordam que essa opção política seja feita por uma empresa municipal em vez de ser feita pela CML, várias vezes, em várias matérias também disseram isso e, como tal, foi por isso que fiz a afirmação que fiz.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados está esclarecido, tem a palavra o último Senhor Deputado inscrito.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como eu me vou abster nesta votação, contrariamente aos meus colegas de grupo, achei que devia esclarecer o porquê disso e sobretudo deixar uma palavra, primeiro para distinguir aquilo que efetivamente estamos a votar, mas ao mesmo tempo também, assinalar a data que este ato representa. -----

----- Em relação ao trabalho que gostava de salientar, e já aqui foi feito pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva, o excelente trabalho que a comissão fez e sobretudo o cuidado a todos os níveis notável e os bons resultados alcançados relativamente ao pessoal da EPUL. -----

----- Toda a gente sabe que quando este processo se iniciou, poucos de nós acreditávamos ou pelo menos expressávamos com uma grande convicção, que fosse possível chegar a este ponto da maneira como se chegou. Acho que foi algo que merece registo, porque é extremamente difícil gerir um processo de extinção com tanta gente que trabalhava há tantos anos naquela casa e fazê-lo da forma como se fez. -----

----- Por outro lado, também é importante registar a seriedade com que o trabalho foi feito do ponto de vista da contabilização dos deves e dos haveres e como é que se chegou, num prazo tão curto, à regularização destas situações, bem como a uma coisa que aqui não foi falada que foi a transferência de intervenções, e de ações, e património, e, questões que a EPUL tinha que resolver, por exemplo, casas arrendadas, para as outras estruturas da Câmara, sejam elas empresas municipais, sejam elas direções municipais. E tudo isso se fez com relativa tranquilidade e sobretudo eficiência, portanto, não há dúvida nenhuma que este relatório, por esse motivo, merece ou deve merecer o nosso apoio. -----

----- Só que isto é também a data em que o Município enterra de vez a EPUL. E eu não posso esquecer que a EPUL foi, e agora leio que é para não haver dúvidas sobre aquilo que eu digo e más interpretações. A EPUL foi uma grande escola de arquitetura e urbanismo na cidade de Lisboa, aos seus trabalhadores e a ela se devem muitos prémios Valmor nesta cidade. A EPUL foi durante muito tempo um urbanizador, que antes de todos os outros, promoveu a mistura social, bairros onde os espaços verdes e os equipamentos coletivos sempre estiveram presentes desde o início da sua ocupação,

numa altura em que ainda não havia regras para dimensionamento de equipamentos coletivos e de espaços verdes nos loteamentos. A EPUL foi precursora dessa matéria. -
----- O facto de a EPUL ser 100% ou ter sido 100% pela CML, infelizmente não impediu que esta sofresse significativos entorses quanto aos seus objetivos, tendo sido na fase anterior aos mandatos iniciados em 2007, utilizada de forma abusiva, pouco transparente, para projetos e iniciativas sem razão e sem ligação com os interesses da cidade, mesmo quando esses projetos foram aprovados na CML.-----
----- A extinção da EPUL acabou assim por surgir como inevitável, porque se tornou difícil, se não mesmo impossível, regularizar esse passado de contas não saldadas ou mal saldadas com a CML. -----
----- Nessa altura, quando a questão se colocou, já não havia alternativa. E preferiu-se, por isso, extinguir a EPUL do que assumir esse passado pouco abonatório em relação ao que deveria ser uma boa gestão de dinheiros públicos. -----
----- A EPUL pela sua história teria merecido melhor, face àquilo que fez na cidade e pela cidade de Lisboa. E é só por isso que me vou abster.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhores Deputados terminámos as intervenções, vamos pôr à votação. -----
----- Chamou-me o CDS-PP a atenção, ah e o Senhor Vereador Manuel Salgado quer usar da palavra, eu também não perguntei se os Senhores Vereadores querem usar da palavra, é que está aqui mesmo num angulo de visão que eu não vejo, peço desculpa.”
----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Primeiro, espanta-me a dualidade de critérios entre a EPUL e as outras empresas municipais.-----
----- A EPUL foi fundada pelo Marcelo Caetano antes do 25 de abril, tinha uns estatutos aprovados nessa altura, só depois é que passou a ser municipal e, de facto, não era mais municipal do que qualquer outra.-----
----- Segunda nota. A EPUL fez um trabalho meritório e isso é negável. -----
----- Terceira nota. A EPUL ficou ferida de morte, entre 2002 e 2004, com os projetos dos estádios, com o negócio do Vale de Santo António, com as intervenções no Parque Mayer, no Triângulo Dourado em Alcântara e principalmente com o Martim Moniz. -----
----- Quando se fizer a conta final do Martim Moniz, cada fogo do Martim Moniz deve ter saído três a quatro vezes mais do que o seu preço de venda. Não podemos esquecer a quantidade de projetos que foram feitos, obras que estavam adjudicadas e que foram deitadas abaixo porque se quis fazer diferente. E tudo isso foram encargos que em 2008 com a crise financeira, tornaram inviável a EPUL.-----
----- As orientações que foram dadas à EPUL em 2008 foi para fazer uma aterragem suave, porque já sabíamos que não era sustentável a empresa com as dívidas que tinha. Quando chegámos ao final de 2011/2012, era completamente inviável e, portanto, a única decisão possível foi aquela que foi tomada.-----

----- E eu quero finalizar saudando os responsáveis administradores liquidatários da empresa, pela forma corretíssima como resolveram. Todos os funcionários que quiseram foram integrados na CML, portanto, sem crises e conseguindo resolver um problema extremamente delicado para a CML. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rapidamente e para terminar. -----

----- Gostaria de dizer que a forma como por vezes vejo abordada a questão do património da EPUL, parece-me que faltam aí uma série de, mais uma vez, aliás, também tem sido normal cada vez que, nomeadamente o PSD, tem falado sobre contas e falta sempre uma parcela qualquer. -----

----- E há aqui uma questão que não é despiciente na abordagem do património que os senhores não têm feito, que se têm recusado a fazer, não sei se é por não saberem fazer as contas, mas isso nós podemos ajudar com toda a humildade, se é mesmo por interesse político de tentar denegrir aquilo que se faz. Porque de facto há uma parte considerável do património da EPUL, que quando foi para a EPUL era da Câmara e que, portanto, o que é preciso contabilizar não é o valor total desse património mas sim a mais-valia criada. E isso é que é uma questão também importante e os senhores nunca falam nisto, porque os senhores só gostam de falar nas coisas às metades, porque vos interessa eventualmente criar algum ruído à volta disto. -----

----- Não vale a pena criar grande ruído à volta disto. Esta matéria da contabilização do património da EPUL é uma matéria que foi validada pelo Revisor Oficial de Contas, não há uma reserva nas contas, uma Senhores Deputados e, portanto, todo este processo foi acompanhado pelo ROC. Isso dá-nos uma garantia a todos de que as contas foram escorcinadas e, portanto, basta também de levantar mais suspeições sobre as contas. -----

----- No entanto, eu não gostaria de terminar sem de alguma forma também dizer ainda sobre esta matéria, que o que é que não faltaria se o Município por sua iniciativa tivesse resolvido avaliar este património nesta fase de liquidação. Eu imagino o que é que o PSD estaria aqui a dizer. Que nós teríamos inflacionado as contas, teríamos inflacionado o património, portanto, por favor, há situações que são menos dadas a chicana política e a intervenções menos escrupulosas sobre esta matéria. E este momento não é propriamente, um momento que possa e deva ser dado a esse tipo de abordagem. -----

----- A seu tempo seria importante para este Município que se fizesse de facto a análise histórica, não tanto para andar a caçar bruxas, culpados ou outra qualquer situação do género, mas sim para aprendermos com aquilo que fizemos bem e mal na EPUL.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os Senhores Deputados estão-me a chamar a atenção, o Senhor Vereador já esgotou o tempo da Câmara, foi cedido tempo pelos Independentes. -----

----- Eu tenho sempre feito a gestão do tempo desta maneira, os Senhores dos vários grupos recebem tempo dos outros grupos quando é necessário, se não houver cedências de tempo a Mesa já tinha mandado encerrar a intervenção.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra prosseguiu a intervenção:-----

----- “E, portanto, para terminar gostaria de dizer mais duas coisas. -----

----- Uma tem a ver com o esforço que nós vamos fazer e vamos continuar a fazer para que todo o setor empresarial municipal saia reforçado ao longo dos próximos anos. -----

----- Não faremos aquilo que tem sido usual na direita Portuguesa que é, desgastar as empresas públicas até as levar à consequência ou de as privatizar ou de as destruir. Faremos exatamente o contrário, vamos reforçar aquilo que é o setor empresarial público.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Vereador terminou o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra prosseguiu a intervenção:-----

----- “Muito bem Senhora Presidente, para terminar eu peço que ao contrário do que...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Terminou mesmo Senhor Vereador.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra prosseguiu a intervenção:-----

----- “Senhora Presidente é só uma última, um último momento. -----

----- Para terminar e ao contrário do que tem sido meu apanágio.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu peço desculpa Senhor Vereador, terminou o seu tempo, vamos prosseguir. ----

----- Oh Senhores Vereadores, Senhores Deputados, não há apartes. Eu estou a chamar a atenção ao Senhor Vereador que terminou o tempo. -----

----- Estou a chamar a atenção. Senhor Vereador desculpe, terminou o seu tempo, se alguém ceder tempo o Senhor Vereador pode concluir, se ninguém ceder tempo não pode, eu lamento, mas as regras são iguais para todos.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra prosseguiu a intervenção:-----

----- “Era só uma palavra para os trabalhadores.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhor Vereador não pode. -----

----- O PS não tem tempo, o PNPB tem se o quiser ceder. -----

----- O PSD dá tempo para o Senhor Vereador concluir.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra prosseguiu a intervenção:-----

----- “Muito bem, muito obrigado. -----

----- E era só para terminar com uma palavra para aqueles trabalhadores que durante todos estes quarenta anos deram o seu melhor, através da empresa EPUL à cidade de Lisboa.-----

----- Era só isto que eu queria dizer para terminar.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- O Senhor Deputado Vítor Gonçalves pede a palavra para uma interpelação à Mesa ou para um protesto?-----

----- Um protesto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez o seguinte protesto:-----

----- “Eu pensei que depois daquelas aleivosias do Senhor Vereador tomadas há pouco que ele tinha um bocado mais de tento e de sossego, mas dá impressão que aterrou aqui o PREC. Ele é o PREC personificado, ele representa o PREC a 100%, ele está em 74, parece que está a fazer um comício em 74, a direita, a direita terrorista, a direita não sei quê e nós da esquerda.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhor Deputado, o Senhor Vereador exprimiu-se, faça o favor de se exprimir também.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** prosseguiu o protesto: -

----- “Eu também me estou a exprimir Senhora Presidente e a Senhora não interrompeu o Senhor Vereador e está a interromper-me a mim.-----

----- Portanto, eu sei que não sou dos Independentes, mas de qualquer forma tenho o mesmo direito de qualquer outro. -----

----- Portanto, o Senhor Vereador passa a vida nisso. Reserve-se à sua competência, reserve-se ao desempenho da sua função que tem muito que fazer, não esteja aqui a atacar a direita, a direita, a direita, como se estivesse aqui aos tiros.-----

----- Oh Senhor Vereador é que nós aqui, se calhar o Senhor Vereador é muito mais direita do que eu, mas muito mais se calhar. Não tenho dúvidas. Isso da direita e da esquerda é uma coisa que só na sua cabeça, que está formatada. A sua cabeça está formatada no PREC, desforma-te, tire a sua cabeça do PREC, venha para o Século XXI, venha para o Século XXI e desempenhe a sua função em vez de estar a insultar permanentemente os outros partidos. -----

----- Nós estamos aqui há muitos anos e muitos de nós estão aqui há muitos anos em prol desta cidade, temos opiniões diferentes e ainda bem que temos opiniões diferentes, mas muito raramente aparece uma figura como o Senhor Vereador, muito raramente aparece uma figura como o Senhor Vereador.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Vereador tem direito a contraprotesto, peço-lhe que cumpra o tempo, são três minutos no máximo.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez o seguinte contraprotesto:-----

----- “Eu só para terminar gostava de...eu considero, não da pessoa de quem vem, mas vindo do PSD dizer-me que eu sou mais de direita do que os senhores, é uma ofensa. E, portanto, eu quero defender a minha honra. -----

----- Eu não sou de maneira nenhuma mais de direita do que os senhores, pelo contrário, eu prezo muito aquilo que são os valores coletivos, prezo muito aquilo que são os valores coletivos. -----

----- E o que eu tenho dificuldade em aceitar é que os senhores vistam essa pele de cordeiro, para nos momentos em que lhes interessa, para virem aqui defender uma lógica social que na prática todos os dias na lógica do Governo, desmentem essa lógica fraudulenta social que apresentam aqui.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados estamos numa assembleia política, democrática, as pessoas têm o direito a exprimir-se, exprimiram-se, ouvimos o protesto, ouvimos o contraprotesto.-----

----- Não dei conta que houvesse insultos, houve naturalmente palavras quentes, houve palavras quentes, palavras, enfim, encaloradas. Tiveram ocasião de se exprimir e é isso que compete numa assembleia democrática e é assim que devemos ser, não temos que ser neutros e temos o direito de nos exprimir com as nossas opiniões e com a nossa maneira de ser e de estar. Se a Mesa tivesse registado insultos pessoais naturalmente teria chamado a atenção de quem os tivesse proferido, não me dei conta disso e, portanto, lamento se houve falhas da minha parte.-----

----- Vamos prosseguir Senhores Deputados.-----

----- Temos em consideração a Proposta 299/CM/2015. A Proposta 229/CM/2015 tem dois pontos. O Grupo Municipal do CDS-PP chamou-me a atenção que o Ponto n.º 2 não é competência desta Assembleia Municipal e já foi aprovado pela Câmara, que é a designação do diretor de finanças para ficar liquidatário com todas as, para ficar fiel depositário da documentação da liquidação da empresa. -----

----- Portanto, é apenas o Ponto n.º 1 e, portanto, isto tem que ficar registado na Ata, que na ordem de trabalhos estava a apreciação da Proposta 229/CM/2015 e é a apreciação do Ponto n.º 1 da Proposta 229/CM/2015, é apenas esse ponto que está à nossa que está à nossa consideração e que eu agora vou pôr à votação dos Senhores Deputados. -----

----- O Ponto n.º 1 que tem a ver com aprovar o relatório de liquidação, as demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2014 que contém as contas e respetiva reversão para o Município de Lisboa de todos os direitos ativos,

obrigações e passivos, no âmbito do processo de internalização da atividade da empresa dissolvida. É isto que está em causa e é isto que vamos votar.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 1 da Proposta n.º 299/CM/2015, ‘Encerramento da Liquidação da EPUL’**, apresentada pela CML. O Ponto n.º 1 da Proposta n.º 299/CM/2015 foi **aprovado por maioria**, com votos contra de PSD, PCP, BE e PEV, abstenção de CDS-PP, MPT, PAN, 1DM IND e votos a favor de PS, PNPN e 5DM IND.-----

----- Vamos terminar este ponto da ordem de trabalhos. Não sei se há pedidos de Declaração de Voto. Não há pedidos de Declaração de Voto.”-----

----- **PONTO 6 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 258/CM/2015 - REGULAMENTO DE INFRAESTRUTURAS EM ESPAÇO PÚBLICO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 7 DO ARTIGO 112.º E NO ARTIGO 241.º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, NO ARTIGO 3.º DO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL, NA ALÍNEA G) DO ARTIGO 14.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NO ARTIGO 27.º E N.º 1 DO ARTIGO 28.º DO DECRETO-LEI N.º 280/2007, DE 7 DE AGOSTO, NOS ARTIGOS 35.º A 37.º DO REGULAMENTO GERAL DE EDIFICAÇÕES URBANAS, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 38382, DE 7 AGOSTO DE 1951, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL, NOS ARTIGOS 135.º E SEQUINTE DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, E NA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 2 X GRELHA BASE, LIMITE 68 M; APRECIACÃO DO PARECER DA 3ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES.**-----

----- (A Proposta n.º 258/CM/2015 fica anexada à presente Ata como **anexo XV**, e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer conjunto da 3ª e 5ª Comissão, relativo à Proposta 258/CM/2015, fica anexado à presente Ata como **anexo XVI**, e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados temos um último ponto na ordem de trabalhos, eu sei que já estamos todos um pouco cansados, mas trata-se de um projeto de um projeto de regulamento que eu julgo que não tem grandes dificuldades e que há doze anos que a cidade está à espera deste regulamento.-----

----- Está pronto para ser apreciado, portanto, vamos ver se podemos realmente aqui terminar também este ponto.-----

----- Perguntava ao Senhor Vereador Manuel Salgado se quer fazer a apresentação ou se prescinde da apresentação?”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente eu penso que prescindindo da apresentação, até porque aceitamos todas as recomendações do relatório feito pela comissão.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, os Senhores Deputados Relatores são a Senhora Deputada Sofia Oliveira Dias e o Senhor Deputado Magalhães Pereira, respetivamente da 3ª e da 5ª, é o Senhor Deputado Magalhães Pereira que vem apresentar então o Parecer conjunto. --

----- A Mesa alerta o seguinte. O Parecer terminava com um conjunto de recomendações, essas recomendações foram autonomizadas na Recomendação 7/76. Das recomendações da comissão, havia duas que são precisões de redação, não são recomendações à Câmara. Essas precisões de redação têm que ser votadas por nós.-----

----- Nós temos competência para alterar a redação na especialidade. Aqui não há necessidade de voltar a haver consulta pública porque são alterações não substantivas, são apenas aditamentos e, portanto, chamo a atenção dos Senhores Deputados que teremos que também votar a proposta de aditamento apresentada pelas duas comissões.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** na qualidade de Relator apresentou o Parecer conjunto da 3ª e 5ª Comissão relativo à Proposta 258/CM/2015:-----

----- “Como já temos conhecimento de que a CML afirma aceitar as recomendações que aqui estão, com sua autorização Senhora Presidente, vou resumi-las de uma forma mais restritiva.-----

----- Analisada a proposta de Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público, e tendo em atenção o consenso existente de que este instrumento regulamentar é necessário e carece de uma rápida entrada em vigor, não compaginável com alterações de pormenor e de forma que não implicam nova audição pública, como aquelas que aqui são abordadas, a Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais da Assembleia Municipal de Lisboa recomendam que:-----

----- 1 - No n.º 1 do artigo 28.º, onde se lê “têm que ser removidas pelos proprietários”, se leia e entenda “têm que ser removidas pelos proprietários das redes”. Segue a explicação técnica;-----

----- 2 - Se adite no n.º 6 do artigo 5.º e passo a expressar “..., com devido acompanhamento da entidade municipal que tem por missão a execução/implementação do Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa”, e ao n.º 2 do artigo 15.º que se acrescente, adite, “..., em articulação com a entidade que tem por missão a execução/implementação do Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa.”, para que de facto exista a efetiva articulação;-----

----- 3 - Que Câmara clarifique se as taxas aplicáveis aos pedidos de licenciamento de ocupação e utilização do domínio público para a realização de obras de urbanização estão sujeitas a controlo prévio. Se estas são liquidadas nos termos do Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas

ou da Tabela de Taxas. Explicitando no fim das recomendações que é imperativo nesta fase, esclarecer desde já, se se aplicam as taxas previstas no RMTRAOUC ou as constantes na tabela de taxas. -----

----- 4 - Passa a ser enviado à Assembleia Municipal de Lisboa o programa de trabalhos das intervenções para o ano civil subsequente, já devidamente ajustado e compatibilizado com as comunicações das entidades públicas ou privadas e, muito importantemente, com a pronúncia das juntas de freguesia.-----

----- Senhora Presidente terminei. O nosso agrupamento, o Grupo Municipal revê-se nos termos deste parecer e essa constitui também a nossa intervenção.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado Relator.-----

----- Eu queria perguntar, eu não registo inscrições, mas há uma questão que eu gostaria que o Senhor Vereador esclarecesse. As comissões perguntam, neste ponto 3 das recomendações, se as taxas aplicáveis aos pedidos de licenciamento de ocupação e utilização para a realização de obras não sujeitas a controlo prévio, são liquidadas nos termos do Regulamento Municipal de Taxas relacionados com a atividade urbanística e operações conexas ou nos termos da tabela de taxas?-----

----- Eu gostaria que o Senhor Vereador esclarecesse isto. Se não puder esclarecer agora, faça chagar rapidamente à Assembleia um esclarecimento por escrito, de modo a que, ainda antes da entrada em vigor do regulamento este assunto fique absolutamente clarificado para não restarem depois dúvidas às pessoas que têm que cumprir este regulamento.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “São efetivamente cobradas as taxas de acordo com o Regulamento Municipal de Taxas Urbanísticas, o RMTRAOUC, é esse que é aplicado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas, é este que prevalece?”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Exatamente!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados ficou isto clarificado? Que é fundamental, para depois não haver hesitações na aplicação do regulamento.-----

----- Posto isto, a Mesa vai pôr então à vossa votação o Projeto de Regulamento que vinha anexo à Proposta 258/CM/2015 e que estamos aqui a apreciar.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 258/CM/2015, ‘Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público’**, apresentada pela CML. A Proposta n.º 258/CM/2015 foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- A Mesa vai agora pôr à votação as propostas de aditamento, atenção que há propostas de aditamento, aos artigos 28º, 5º e 15º. O Senhor Deputado Relator já aqui os especificou, estas propostas de aditamento, e vamos pôr à votação as propostas de aditamento.-----

----- Estão todos conscientes do que é que se trata, vamos pôr à votação as propostas de aditamento apresentadas pelas duas comissões.-----

----- A Mesa vai pôr à votação as **Propostas de aditamento ao texto do ‘Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público’**, apresentadas pela 3ª e 5ª Comissões Permanentes. As Propostas de aditamento foram **aprovadas por unanimidade**.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 7/76, ‘Propostas de aditamento ao texto do ‘Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público’**’, apresentada pela 3ª e 5ª Comissões Permanentes. A Recomendação n.º 7/76 foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Senhores Deputados muito obrigado.-----

----- Recordo mais uma vez o que disse no princípio da sessão. Na próxima quinta-feira, às dezoito e trinta, temos uma audição pública sobre a alienação dos terrenos da Feira Popular.-----

----- Os Senhores Deputados e os Senhores Vereadores não têm lugar marcado na sala, sentam-se no meio do público, apenas haverá lugar marcado para os membros da 1ª e 3ª Comissão. Só há lista de presenças para a 1ª e 3ª Comissão, os outros Senhores Deputados poderão estar presentes mas não têm lista de presenças nem é controlada a sua presença na sessão.-----

----- E, portanto, Senhores Deputados muito boa tarde e muito obrigado.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e vinte minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----